



REVISTA MUNICIPAL

Ano XXIV — Número 98
3.º Trimestre de 1963



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR

HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRÁFICO

JOSÉ ESPINHO

DESENHOS DE

CARLOS O. PINTO
CARLOS FERREIRO
LEONILDO DIAS
JOSÉ ESPINHO

CAPA DE

LEONILDO DIAS

SUMÁRIO

*A IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
(CONTINUAÇÃO)*

ANTÓNIO MACHADO DE FARIA

OLIVAIS-NORTE

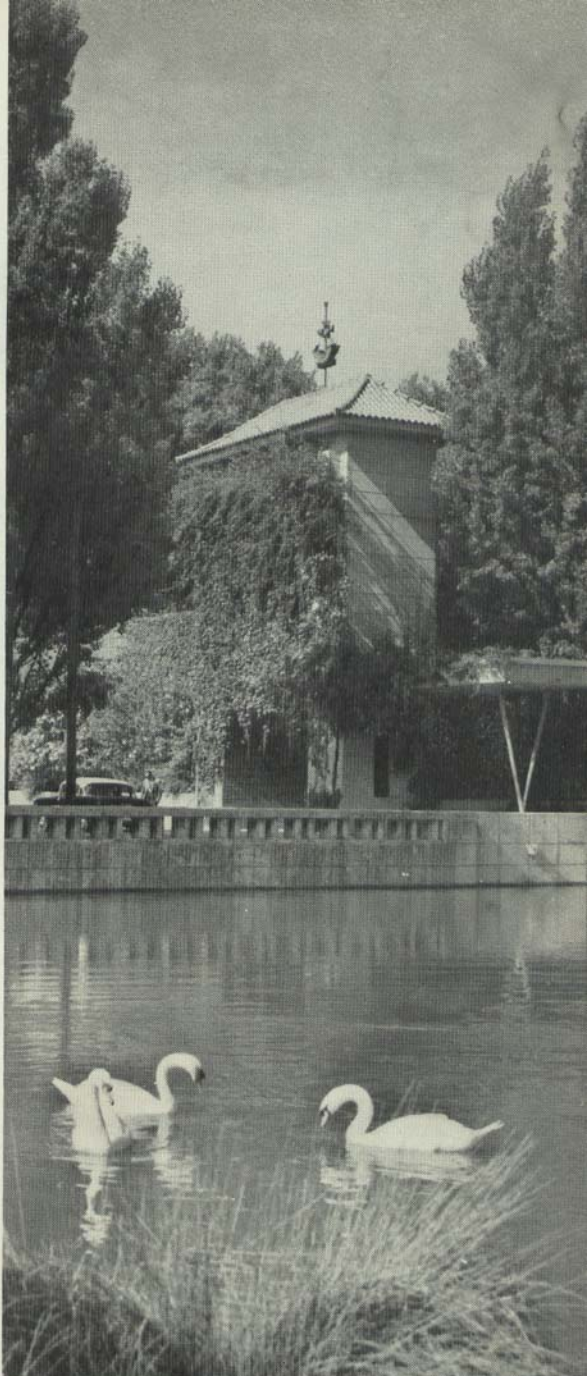
*O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES
FERREIRA DE ANDRADE*

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

*SÃO VICENTE O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA
P.^o JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURAO*

*O ACTO INAUGURAL DA ESTATUA DO REI D. CARLOS
DEFRENTE DO PALACIO DA AIUDA*

*HORS-TEXTE — IGREJA DE S. ROQUE — CAPELA DE
S. JOÃO BAPTISTA*



REVISTA MUNICIPAL

IMPRESSÃO

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

EDITORA

1950

EDITORA

1950

1950

1950

1950

1950

SUMÁRIO

ARTIGO DE A. M. SILVA

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





Frente da igreja vista por Luís Gonzaga Pereira

A IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

POR ANTÓNIO MACHADO DE FARIA

SACERDOTES AO SERVIÇO DA PARÓQUIA

Ficaria incompleta esta memória se não lhe juntássemos um catálogo dos sacerdotes que desde a fundação da freguesia até o presente se encontraram a dirigir-la. Não foi, todavia, fácil nem seguro fazê-lo.

A documentação, como já dissemos, é escassa e, por isso, tivemos de recorrer aos livros dos registos paroquiais para, indirectamente, formarmos a relação dos párocos e padres auxiliares.

É, por ventura, muito imperfeita, porque ignoramos nomeações, posses e categorias. Os registos mencionados apenas permitiram reconstituir com traços largos o catálogo dos que tiveram a seu cargo, mais de quatro séculos e meio, guiar para Deus as almas da paróquia de S. Sebastião da Pedreira.

Lembramos, pois, serem as datas indicadas, na sua quase totalidade, balisas aproximadas, haver aparentes incongruências de que não obtivemos explicação e os cargos não estarem, possivelmente, indicados com rigor. Também prevenimos que

entre os nomes recolhidos, há de certo, o de alguns padres que não foram coadjutores, mas substitutos de ocasião e, talvez mesmo, outros a quem o pároco deu licenças especiais para conferirem os sacramentos, mas nos livros compulsados não achámos tais declarações. Nem todos os clérigos referidos assinaram, pois houve alguns, poucos, cujos nomes apenas se encontram indicados no texto dos assentos, feitos pelos párocos.

Tentámos elaborar um rol dos sacerdotes que durante os trezentos e sessenta e seis anos decorridos entre o primeiro assento paroquial que existe ⁽⁷⁰⁾ e o tempo corrente se encontraram investidos nas funções de cabeça administrativa da freguesia, mas a confusão de pessoas achadas a ministrar os sacramentos e a fazer registos é tão grande que nos obrigou a desistir.

Há, sòmente, a certeza de estarem nestas funções os seis nomes indicados em itálico, que o P.^o Urbano de Melo aponta como tais na sua memória, e os posteriores a 1860.

Foram variados os seus títulos. O P.^o Urbano de Melo refere que o primeiro — António Vaz — foi cura e o Arcebispo D. Miguel de Castro o fez depois vigário, contudo não o encontramos nunca com esta categoria, que só vemos nos seguintes, a qual se manteve até Carlos José de Melo Pinto da Silva, assim intitulado ainda em meados de 1755, mas que, depois, se chamou reitor.

Não houve mais nenhum com esta designação e, posteriormente, todos se denominavam priores.

O P.^o Carvalho da Costa dizia em 1712 que a igreja era vigairaria colada, da apresentação dos arcebispos e rendendo 200\$000 réis ⁽⁷¹⁾; e o

P.^o Castro em 1758 ⁽⁷²⁾ e em 1763 ⁽⁷³⁾ informava que o vigário era apresentado pelo Patriarca e tinha 300\$00 réis.

António Vaz foi, conforme diz a memória de 1760, o primeiro cura que houve na paróquia, o qual faleceu a 23 de Dezembro de 1629.

A memória do P.^o Urbano de Melo informa que o Arcebispo D. Miguel de Castro, que fundara a freguesia e o nomeara seu pároco, «o fez vigário colado, pelos serviços que a Deus fazia em administrar os vltimos sacramentos a muitos empedados que da cidade vinhão convaler aos distritos desta freguezia» ⁽⁷⁴⁾.

No registo do seu óbito não se indica a qualidade de vigário, mas a de cura. Com esta subscreveu os seus registos paroquiais, incluindo o de 23 de Novembro de 1629, exactamente um mês antes da sua morte. Parece, portanto, que o P.^o Urbano de Melo se enganou quanto à vigairaria.

Também com a denominação de cura aparece a subscrever registos em 11 de Abril de 1597 o P.^o Luís Figueira, falecido em 12 de Abril de 1599, e o P.^o António Dias, a quem se devem registos paroquiais de 19 de Setembro deste ano a 14 de Novembro seguinte, data em que por «estar ausente» o cura, este foi substituído pelo P.^o Francisco Baptista, que por ele servia, como declarou.

Há, pois, dois curas anteriores ao P.^o António Vaz. Embora não pareça lógico tomá-los por coadjutores, visto se apresentarem com igual categoria à do pároco, temos de os admitir como tal.

Jerónimo Aires Camelo, que encontramos de 12 de Abril a 2 de Setembro de 1599, e o mencionado Francisco Baptista talvez não chegassem a ter tal categoria e fossem, apenas, substitutos ocasionais.

Álvaro Dias do Vale exerceu também as funções de cura em 9 de Dezembro de 1629, certamente na vacância aberta pela morte de António Vaz, e o mesmo aconteceu ao Licenciado Gaspar Matoso de Freitas, de 25 de Dezembro de 1629 a 3 de Março de 1630.

Licenciado Paulo Carreiro de Almada, diz a memória de 1760 que sucedeu a António Vaz, na

⁽⁷⁰⁾ Arquivo dos Registos Paroquiais — Lisboa, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, *Livro dos defuntos he seus assentos da igreja de São Sebastião da Piedreja extra muros desta cidade de Lisboa o qual está numerado he tem quarenta e sete folhas he começu aos onze dias do mes dAbril da era de 1597*. Na catalogação actual é o *Livro 1 de Óbitos*. Encontra-se na folha 1 o primeiro assento do próprio dia acima indicado.

Tanto o primeiro livro de baptizados como o primeiro de casados principiam em datas posteriores, decorridos alguns anos, o que nos põe em dúvida de serem os mais antigos, pois não é natural que nos primórdios da freguesia se não fizessem casamentos, nem baptizados.

⁽⁷¹⁾ *Corografia Portuguesa*, 1.^a edição, tomo III, pág. 429.

⁽⁷²⁾ *Mapa de Portugal*, 1.^a edição, quinta parte, pág. 718.

⁽⁷³⁾ *Idem*, 2.^a edição, tomo III, parte V, pág. 41.

⁽⁷⁴⁾ Documento IV, n.º 5.

«vigairaria», sendo o segundo pároco ⁽⁷⁵⁾. Ele próprio nos esclarece o caso, pois no rosto do livro dos defuntos principiado em Janeiro de 1631 deixou um assento, no qual diz que sendo provido na igreja de S. Sebastião da Pedreira anualmente, por carta do Arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça, soube que seu antecessor, o P.^o António Vaz, fora confirmado nesta igreja pelo Arcebispo D. Miguel de Castro. Dirigiu súplica a Sua Santidade, apresentando o título de confirmação do P.^o António Vaz, e foi colado e confirmado na igreja, da qual tomou posse a 14 de Outubro de 1631.

Aparece o nome de um António Álvares em 22 de Novembro de 1629 e em 7 de Fevereiro de 1630, sem qualquer denominação.

O vicariato de Paulo Carreiro foi até 23 de Abril de 1651, ano em que vemos o P.^o Rui Teixeira de Macedo, com a designação de encomendado, desde 12 de Março a 23 de Abril do mencionado ano.

Em 1 de Maio de 1651 figura nos assentos paroquiais o cura *João da Guarda Moniz*, que passou deste cargo ao de vigário em 24 de Dezembro de 1662 e com ele se prolonga até 19 de Março de 1698. Morreu em 6 de Junho de 1700. A memória de 1760 indica-o como terceiro vigário ⁽⁷⁶⁾.

No seu tempo foi coadjutor Paulo de Freitas, conforme registo de 14 de Dezembro de 1694.

José Rodrigues da Silva, a quem o P.^o Urbano de Melo dá por quarto vigário, foi nomeado pelo Cardeal-Arcebispo D. Luís de Sousa e colado por D. Tomás de Almeida, 1.^o Patriarca de Lisboa ⁽⁷⁷⁾. Dele há assentos desde 12 de Abril de 1698, assinados como encomendado ou só como pároco, passando em 10 de Maio de 1717 a intitular-se vigário. Em 12 de Julho de 1740 ainda fazia registos, vindo a falecer a 2 de Abril de 1741.

No tempo do P.^o José Rodrigues da Silva achamos os nomes de José António Martins, coadjutor em 1727, de Tomás Rodrigues, coadjutor de 11 de Fevereiro de 1737 a 1742, de Manuel de Sá Vilarinho, cura em 10 de Novembro de 1737 e ainda em 10 de Julho de 1740.

⁽⁷⁵⁾ *Idem*, n.^o 6.

⁽⁷⁶⁾ *Ibidem*.

⁽⁷⁷⁾ *Ibidem*.



Relicário com um osso de S. Sebastião

Sucedeu a José Rodrigues da Silva, o Rev. *Alexandre da Assunção*, mencionado em quinto lugar na memória de 1760, a quem o Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, a 3 de Abril do ano de 1741, deu a igreja de S. Sebastião da Pedreira, fazendo-o vigário colado. Morreu em 14 de Agosto de 1751 ⁽⁷⁸⁾.

Foi, em seguida, vigário encomendado Paulo de Aguiar Galvão, de quem os livros paroquiais nos deixaram a lembrança de 12 de Julho de 1740

⁽⁷⁸⁾ Documento IV, n.^{os} 18 e 19.

a 24 de Fevereiro de 1741. Este não foi referido pelo P.^o Urbano de Melo na sua memória, dando como imediato sucessor do vigário Alexandre da Assunção o P.^o Carlos José de Melo Pinto da Silva, desembargador da Relação Eclesiástica⁽⁷⁹⁾, que encontramos a lavrar assentos paroquiais em 13 de Fevereiro de 1752 com a designação de vigário, a qual em 20 de Agosto de 1755 vemos substituída pela de reitor, que usou até 21 de Setembro de 1772.

Durante o seu vicariato figura como pároco, classificação vaga do cargo, Urbano José de Melo Pinto da Silva, desde 25 de Julho de 1752 a 11 de Julho de 1756, e aparecem a assinar registos Francisco Ferro de Moraes em 29 de Setembro de 1744, António Vieira em Outubro de 1745, Silvestre Gomes Durães em Maio de 1747, Manuel Luís em Outubro de 1748 e Gregório Dias da Silva em 20 de Novembro de 1750, Bernardo Ferreira de Seixas, padre tesoureiro, de 11 de Agosto de 1755 até 1781, o Dr. Joaquim José de Melo Pinto da Silva, de 11 de Julho de 1756 a 10 de Novembro de 1767 como coadjutor, e de 8 de Dezembro deste ano a 23 de Novembro de 1768 como cura e Agostinho Ribeiro Coelho, coadjutor, desde 4 de Julho de 1767 a 16 de Outubro de 1773.

Gonçalo de Sousa serviu de coadjutor de 17 de Outubro de 1773 a 19 de Setembro de 1790, mas no dia 23 deste mês e ano já se intitulou prior, e assim continuou até 19 de Agosto de 1796, falecendo pouco depois, aos 7 de Setembro.

Foi coadjutor seu contemporâneo Tomás Rodrigues da Silva, padre tesoureiro, que lavrou assentos de 21 de Novembro de 1784 a 1792.

Como prior aparece ainda no priorado do P.^o Gonçalo de Sousa, José Bernardo do Amaral, desde 18 de Julho de 1785 até 22 de Julho de 1790.

António de Mesquita Lemos e Loureiro, que se assinou algumas vezes cura encomendado, figura nos livros paroquiais de 21 de Agosto a 15 de Outubro de 1796.

No dia 18 deste mês aparece António do Couto Ribeiro de Abreu, prior encomendado, que ainda fazia registos no 1.^o de Novembro de 1808.

José Vieira de Sampaio, denominando-se cura assinou de 8 de Outubro de 1796 até 17 de Março de 1802, coadjutor de 1811 a 1 de Janeiro de 1818 e prior encomendado de 22 dos referidos mês e ano a 3 de Dezembro de 1823.

A começar em 14 de Janeiro de 1798 até 28 de Julho de 1857 é o nome de José Ribeiro dos Santos que se nos depara como prior.

Domingos Manuel de Castro e Araújo fez um assento a 18 de Agosto de 1822, sem mencionar a sua categoria e José Barbas da Torre outro em 23 de Janeiro de 1824, na qualidade de cura.

Novo prior encomendado aparece com Alexandre José das Neves e Melo aos 22 de Agosto de 1833, que, mais tarde, se intitulou pároco, de 15 a 17 de Outubro de 1836.

Serviram de auxiliares em 6 de Agosto de 1827 o coadjutor João António Carlos de Carvalho e em 24 de Agosto de 1833 o coadjutor Boaventura Robalo.

Com a denominação de pároco encontramos o Dr. António Fernando Leite de Sousa, começando a assinar em 23 de Outubro de 1836 e terminando em 30 de Janeiro de 1839.

No seu tempo, o P.^o Bernardino Soares da Silveira, tesoureiro, fez um assento a 13 de Setembro de 1837 e Joaquim da Graça, cura, outros de 12 de Julho de 1838 a 13 de Março de 1839.

Manuel Pinto Correia de Araújo Lima surge-nos como pároco aos 19 de Março de 1839, o que, ainda, era em 25 de Abril de 1840.

Com o nome de coadjutores figuram também: Manuel Joaquim Pereira da Costa, de 23 de Outubro de 1842 a 9 de Janeiro de 1843; Francisco de Assis, de 19 de Janeiro de 1843 a 7 de Novembro de 1852, em que se denominou tesoureiro, até 13 de Julho de 1856; Jeremias de Génova em 16 de Fevereiro de 1843; Joaquim do Rosário Costa, tesoureiro serventuário, em 5 de Março de 1843 e Francisco Pereira de Almeida, coadjutor, de 3 de Outubro de 1856 a 8 de Abril de 1860.

Foi longuíssimo o período em que o prior José Ribeiro dos Santos exerceu o seu *munus* nesta igreja — quase sessenta anos — e nele achamos todos os auxiliares atrás mencionados, com variadas designações.

Em 13 de Maio de 1860 começa a figurar nos registos, como pároco encomendado, João Maria

(79) *Ibidem*, n.º 19.

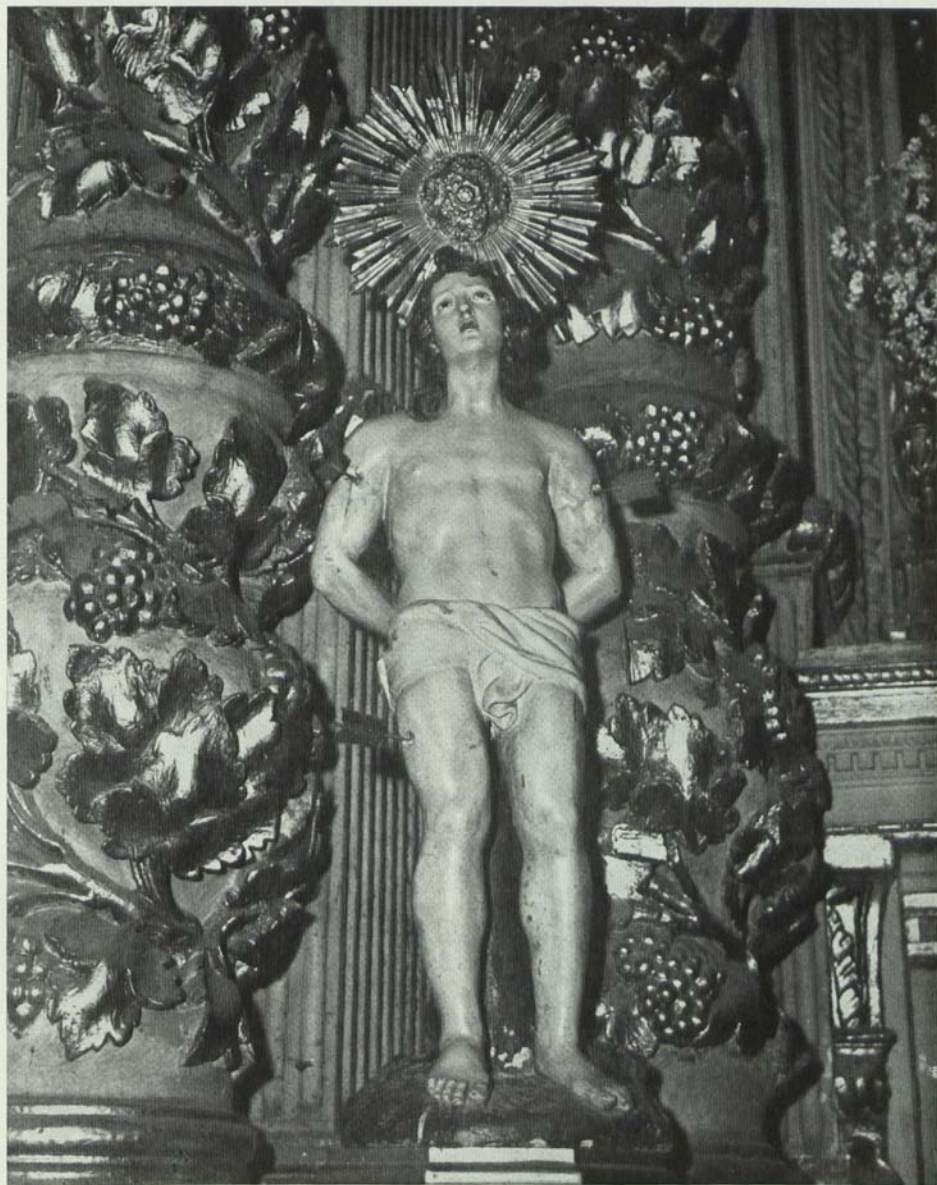


Imagem de pedra de S. Sebastião

Savedra Temes, que em 24 de Junho de 1862 se intitulou prior, voltando aquela designação até 25 de Dezembro de 1862.

No tempo deste pároco encontramos Fernando Tomás de Brito, coadjutor, em 22 de Agosto de 1860; Joaquim António Afonso, em 15 de Fevereiro de 1861, também denominado coadjutor; José Marques Guimarães, cura coadjutor, em 20 de Setembro de 1865; Manuel Marques da Silva Correia, sem designação em 4 de Abril de 1866, coadjutor em 26 de Abril do mesmo ano e encarregado na ausência do pároco em 29 de Outubro seguinte; Adrião Camolino França, coadjutor de 15 a 26 de Maio de 1869; e José Saraiva e Lima, presbítero autorizado na ausência do prior, aos 18 de Setembro do referido ano.

Domingos da Silva aparece como prior colado desde 4 de Janeiro de 1870 até 25 de Dezembro de 1880, mas em um assento do dia 23 já se

nomeava só prior e em outro de 25 dizia ser prior colado da freguesia de S. José, servindo de pároco na de S. Sebastião.

Aos 30 de Dezembro de 1869 começa a figurar nos registos paroquiais, sem designação, João Alves Martins, que em 1 de Fevereiro de 1870 se denominou tesoureiro, de 10 de Abril seguinte a 27 de Setembro de 1874 assinou como coadjutor e de 16 de Julho de 1876 a 12 de Janeiro de 1882 se intitulou de novo tesoureiro; a partir de 31 de Janeiro até 28 de Dezembro de 1875 era coadjutor José Joaquim de Sousa Júnior; de 12 de Janeiro de 1876 até 11 de Junho do mesmo ano o coadjutor chamava-se João Filipe Troca; e de 17 de Setembro deste ano a 8 de Dezembro de 1880 servia como coadjutor Carlos Honório da Costa Ribeiro.

Surge, depois, como pároco encomendado de 29 de Dezembro de 1880 a 31 de Janeiro de 1883 Francisco José de Oliveira, seguindo-se-lhe a 4 de Fevereiro deste ano João Bento Gil Carneiro, que assinou como cônego honorário e prior e em 25 de Março como prior colado ou somente prior até 2 de Janeiro de 1898, em que se denominou prior monsenhor até 1 de Agosto de 1907. Durante o tempo deste pároco os auxiliares foram: Joaquim Guilherme Pereira e Silva, coadjutor em 28 de Maio de 1883; Francisco António Quintão, encarregado da paróquia ou da paróquia-lidade em 24 de Agosto de 1884, tesoureiro em 30 de Novembro do mesmo ano e coadjutor de 5 de Janeiro de 1885 até 12 de Abril de 1886; Joaquim José de Almeida, tesoureiro em 10 de Julho de 1887 e encarregado da paróquia em 4 de Setembro deste ano até 28 de Setembro de 1889; João Pires Soares da Maia, intitulado coadjutor, desde 2 a 8 de Dezembro do sobredito ano; Silvestre José Gonçalves, coadjutor de 7 de Dezembro de 1890 e ainda em 29 de Abril de 1895, baptizando com licença a 4 de Maio; Justino Coelho de Lima, que em 1 de Setembro celebrava com licença, mas em 2 do mesmo se designava encarregado da freguesia; Bonifácio José Venâncio da Conceição, coadjutor de 1 de Janeiro de 1896 a 7 de Outubro de 1897; Vítor de Jesus Maria e Espírito Santo, coadjutor em 2 de Janeiro de 1898; António José da Costa Pinto, coadjutor de 1 de Novembro de 1898 a 3 de Fevereiro de 1906, tesoureiro em 16 de Dezembro de 1907, coadjutor de 31 de Março de 1911

Imagem de roca de Nossa Senhora da Saúde



a 5 de Janeiro de 1925, aparecendo ainda a 12 de Maio de 1935, a conferir o Baptismo com licença; Jaime Agostinho da Silva Pereira, coadjutor interino de 27 de Fevereiro a 30 de Abril de 1905; Manuel Francisco Pessoa da Luz, coadjutor em 18 de Junho de 1905.

Aparece novo pároco — Francisco Carreira Poças — em assento de 10 de Dezembro de 1907, mantendo-se até 18 de Julho de 1908.

Aos 26 deste mês e ano figura nos registos como prior Manuel Frederico de Almeida, que conservou o *munus* até 16 de Fevereiro de 1923. Assistiram-lhe no serviço António Martins da Silva, encarregado da paróquialidade em 18 de Agosto de 1912 e que desde 2 de Junho a 9 de Dezembro de 1917 usou o mesmo título adicionado ao de cônego honorário; João António Fidalgo, encarregado da paróquialidade de 19 de Setembro de 1914 até 31 de Agosto de 1915 e servindo de pároco ou de prior em 3 e 4 de Outubro do dito ano; Francisco Maria da Silva, encarregado da paróquia em 28 de Março de 1917 e coadjutor de 26 de Junho de 1918 a 3 de Maio de 1922; e António Fernandes Duarte, coadjutor desde 20 de Julho de 1922 até 3 de Maio de 1924, encarregado da paróquia em 9 dos referidos mês e ano e o mesmo com a dignidade de Monsenhor em 1 de Junho seguinte.

Em 8 de Junho de 1924 aparece nos assentos paroquiais o nome do prior António de Oliveira Reis, que em 1948 foi também elevado a Monsenhor e se manteve à frente da paróquia até a sua morte em 22 de Junho de 1962.

No seu priorado exerceram funções de auxiliares Augusto José Marques Soares, coadjutor entre 1 de Janeiro de 1925 e 20 de Maio de 1930; Manuel Carneiro Leão, encarregado da freguesia em 21 de Setembro de 1931; José Gomes Loureiro, que muitas vezes conferiu sacramentos por licença, comissão ou ausência do prior de 20 de Março a 28 de Agosto de 1932, serviu de pároco interino no dia 30 deste mês, de coadjutor desde 22 de Dezembro do mesmo ano até 31 de igual mês de 1935 e assinou pelo pároco, sem especificar em que função, aos 28 de Fevereiro de 1938; Sebastião Antero Gonçalves, por comissão do pároco em 7 de Agosto de 1932; Jacinto de Sousa Borba, o mesmo em 21 de Agosto de 1932; Joaquim de Almeida Costa Nunes, também por comissão do pároco aos 6 de Novembro

de 1932; Manuel Vicente Rafael Gameiro por comissão do prior em 2 de Maio de 1936, pelo pároco de 21 de Julho do dito ano a 10 de Janeiro de 1937, coadjutor em 28 de Junho de 1938 a 25 de Outubro de 1939, pelo pároco de 5 de Novembro a 17 de Dezembro do mesmo ano; João Ramos Ferreira, coadjutor de 11 de Janeiro a 31 de Maio de 1937; Joaquim Dias Afonso, coadjutor em 2 de Março de 1938; António Augusto Pires, coadjutor de 10 de Julho de 1941 a 28 de Novembro de 1943; Jacinto dos Reis, encarregado do serviço paroquial em 2 e 27 de Fevereiro de 1944; Alfredo Alberto Gomes, coadjutor entre 21 de Abril de 1945 e 2 de Julho de 1950; e Adelino Alves Genro, que entrou na igreja aos 9 de Janeiro do mesmo ano e serviu de coadjutor de 26 de Agosto desse ano até 25 de Junho de 1962, data em que passou a assinar como prior interino, função em que se mantém presentemente.

IRMANDADES ERECTAS NA FREGUESIA

Na igreja de S. Sebastião da Pedreira houve várias irmandades, que em 1758 eram quatro: a do Santíssimo, a das Almas, a de S. Sebastião e a do Senhor Jesus da Via Sacra.

A do Santíssimo Sacramento foi erigida no tempo do P.^o João da Guarda Moniz, quer dizer na segunda metade do século XVII, «logo nos seus principios de vigario», «a qual fundov de novo a capela mayor, e tribuna e acabou de dovrar na forma que ao presente existe» como escreveu em 1760 o P.^o Urbano de Melo. Tinha nesta ocasião perto de quatrocentos irmãos e capelão que rezava missa diária pelos confrades vivos e defuntos, ao qual dava 60 000 réis por ano ⁽⁸⁰⁾.

Apresentava esta irmandade em 1763 três capelas, uma de 75 000 réis e duas de 60 000 cada uma ⁽⁸¹⁾.

Tinha «huma caza do despacho custozamente acabada, ornada de laminas e figuras dovradas sahidas do tecto, e paredes, da mesma caza adonde esta hum preciozo sacrario adonde se deposita o

⁽⁸⁰⁾ *Idem*, n.º 8.

⁽⁸¹⁾ *Mappa de Portugal, Antigo e Moderno*, tomo III, parte V, f.ºg. 431.



Casa de despacho da irmandade do Santíssimo

Santíssimo Sacramento em quinta feira mayor até à domingo da Resurreição); e também «sacristia muito composta, secretaria cazas de ornamentos, e cera, e hum grande coval adonde só sepultão os irmãos do Senhor, suas mulheres, e filhos»⁽⁸²⁾.

Assim o escrevia o pároco atrás mencionado, em 1760. O P.º João Baptista de Castro encareceu em 1763 igualmente esta peça, dizendo: «Possue huma caza de despacho das mais nobres, e asseadas, que tem a Corte, com hum precioso movel de todos os paramentos preciosos para o culto divino»⁽⁸³⁾.

A irmandade do Santíssimo tem vistosa casa de despacho no andar superior da igreja, mas o seu

arranjo não parece o atrás descrito, pois as figuras dos medalhões, em relevo, não se encontram no tecto e paredes, mas só na parte superior destas.

Admitindo má descrição temos que observar: tais figuras não são douradas, mas coloridas. Por outro lado, o estilo é posterior a 1760, o de Luís XVI, correspondente à época de D. Maria I, com laços, panejamentos em duplo arco, grinaldas, etc. No centro do tecto, do mesmo estilo, existe uma pintura com a custódia rodeada de anjos.

Os medalhões são onze, representando Cristo o que fica defronte do altar.

O sacrário, com porta esculpida, é dourado, como todo o altar, mas não corresponde à classificação de «precioso», dada pelo P.º Urbano de Melo, além de se integrar no estilo mencionado.

⁽⁸²⁾ Documento IV, n.º 8.

⁽⁸³⁾ *Mappa de Portugal*, 2.ª edição, lugar citado.

Representa o painel do altar a adoração da Sagrada Eucaristia — a custódia, encimada pelo Espírito Santo e pelo Padre Eterno — feita por figuras terrenas e celestes.

A sala tem silhar de azulejos azuis.

Deve ter sido transformada pela época em que se edificou a capela do Santíssimo, pois a construção é de 1748, como diz uma pequena lápida, de uns 25 por 40 e tantos centímetros, aproximadamente, embutida na parede sul, entre o dintel de uma das janelas desta casa do despacho e a moldura de suporte do beiral.

A leitura da inscrição é difícil pois o lugar onde se encontra, não permite, sequer, tirar uma fotografia que dê boa gravura.

Vai em itálico a parte da leitura que nos deixou dúvidas.

Aí se encontra insculpido o seguinte:

CAZA DA IRMANDADE DO SANTISSIMO
FEITA NO ANO DE 1748

Pertencia-lhe a capela-mor, pelo que, desconfiamos, não foi concedida a D. Filipa de Távora para cabeça de vínculo, como autorizara o Rei em 1620, dúvida já, atrás, posta por nós.

A irmandade das Almas em 1758 provia oito capelas, das quais seis de 60 000 réis cada uma e duas de 50 000 réis ⁽⁸¹⁾. Teve também o nome de S. Miguel e Almas e, por isso, existe na igreja uma imagem antiga do Arcanjo, a que já nos referimos.

Em 1760 tinha mais de trezentos irmãos, sacristia e casa de despacho, dez capelães que diziam missa cotidiana no altar, percebendo os mais antigos 60 000 réis anuais cada um e os outros 50 000 réis ⁽⁸²⁾.

Na parede exterior da sacristia velha, do lado do Norte, encontra-se uma lápida de mármore, na qual se lê:

ESTA SANCRISTIA E CAZA DE DESPACHO
MANDARAO FAZER OS IRMAOS DA IRMAN-
DADE DE S. MIGUEL E ALMAS COM
PROVIZAO DO EMINENTISSIMO SENHOR
CARDEAL PATRIARCHA, REGISTRADA NO
LIVRO 5.º A FOLHAS 6 NO ANO DE 1740
PELAS ALMAS PADRE NOSSO AVE MARIA

Tinha altar próprio, o que fica fronteiro ao do Santíssimo. A irmandade de S. Sebastião «cujos



Lápida existente no pátio da actual sacristia

irmaons são pouco mais de duzentos, tem sacristia, e caza de despacho, tudo separado das oficinas das mais irmandades e fabrica da igreja, tem capelão a quem daõ de esmola sincoenta mil reis cada hum anno, e festejão o mesmo santo em o dia vinte e hum de janeiro, immediato ao sev dia em que o festejão os moradores que forão da Rua das Arcas», nas palavras do P.º Urbano de Melo ⁽⁸⁶⁾.

Existe no exterior da igreja, na fachada do Nascente, uma inscrição que diz ⁽⁸⁷⁾:

ESTA CAZA MANDOU FAZER A IRMANDADE
DO MARTYR S. SEBASTIAO DA PEDREIRA NO
ANO DE 1737

Não está ao presente visível, decerto por a encobrir edificação posterior, neste lado a Casa do Patronato de S. Sebastião, que se encosta à igreja e tem ligação interna com ela.

A irmandade do Senhor Jesus da Via Sacra possuía «seu deposito, e Oratorio separado pouco mais abaixo da Igreja», como dizia em 1763 o P.º João Baptista de Castro ⁽⁸⁸⁾, indicação vaga, que nos dá a ideia de tais acomodações ficarem distantes do templo.

⁽⁸¹⁾ *Idem*, 2.ª edição, pág. 378.
⁽⁸²⁾ Documento IV, n.º 10.

⁽⁸⁶⁾ *Idem*, n.º 13.

⁽⁸⁷⁾ Informação colhida na memória do Sr. Joaquim Luís Cardoso.

⁽⁸⁸⁾ *Mappa de Portugal, idem*.



Lápida posta da parede sul da casa do despacho da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de S. Sebastião da Pedreira

Se assim foi, mais tarde mudou de sítio, construindo-se uma capela pegada à igreja, do lado do Norte. No tímpano da porta o coração inflamado de Jesus, encimado por uma filactera ondeante, com inscrição, por cima da qual está a coroa de espinhos sobreposta nos três cravos. Assentam estes símbolos num grupo de raios tríplexes, que saem do centro da figuração.

Dois óculos elípticos, com o eixo maior vertical, ladeiam a porta. Na parte superior do óculo esquerdo lê-se:

CAZA DA IRMANDADE DO SENHOR JESUS
DOS PECADORES, SENHORA DAS DORES.
E VIA SACRA.

No direito continua-se a inscrição, posta em lugar igual, dizendo:

A MESMA IRMANDADE A MANDOU
EDIFICAR PARA SUA ACOMODAÇÃO.
NO ANO DE MDCCXCI.

Ao presente, está secularizada e nela se encontra o grupo dos escuteiros da freguesia. Foi anteriormente capela dos mortos, depois de haver servido de casa do sacristão (**).

Conforme a informação de 1760 possuía altar próprio, o do Senhor Jesus crucificado, junto do arco triunfal, do lado da Epístola, a quem a irmandade tratava do seu culto e fazia anualmente festa no dia do Santíssimo Nome de Jesus.

Não existe na igreja a imagem de Nossa Senhora das Dores, nem a memória de 1760 fala nela. Vemos esta Senhora ligada, na denominação da irmandade, a Jesus dos Pecadores, também não designado com esta invocação nos escritos anteriores às epígrafes mencionadas. Se a Senhora das Dores não foi introduzida depois daquela data, temos de a identificar com a Senhora da Soledade.

(**) Memória do Sr. J. L. Cardoso.

ALGUNS FACTOS NOTÁVEIS LIGADOS À IGREJA

Não devemos deixar sem referência alguns factos importantes relativos à vida da igreja de S. Sebastião da Pedreira. São eles:

1.º — Pela bula áurea *In supremo apostulatus solio*, que o Papa Clemente XI expediu em 7 de Novembro de 1716, foi Lisboa dividida em duas metrópoles⁽⁹⁰⁾, cabendo à Ocidental a freguesia de S. Sebastião da Pedreira⁽⁹¹⁾, que nela se conservou até se reunirem novamente as duas partes da cidade, conforme dispôs a bula áurea *Salvatoris nostri mater*, do Santo Padre Benedito XIV, de 13 de Dezembro de 1740⁽⁹²⁾.

2.º — Ter o primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, tomado nela o pálio de arcebispo, com a assistência de El-Rei D. João V e da Família Real, a 1 de Fevereiro de 1717⁽⁹³⁾.

3.º — Encontra-se o templo de S. Sebastião da Pedreira protegido contra as depredações dos homens por estar incluído na categoria de imóvel de interesse público, conforme o classificou o Decreto n.º 39 521, de 30 de Janeiro de 1954, no seu artigo 2.º, publicado no *Diário do Governo*, I série, n.º 21.

Ficaram, assim, os seus administradores impedidos de nele fazer qualquer obra sem autorização do Ministério competente, evitando-se, por este modo, que se altere o que aí existe de valioso.

DOCUMENTOS

I

O juiz e officiaes da igreja de Sam Sebastião da Pedreira

Eu El Rey faco saber a vos prouedor das capellas desta cidade de Lixboa que o juiz e officiaes da igreja de São Sebastião da Pedreira da dita cidade me jnvjão dizer por sua petição que a dita jgreja estaua muito danificada e pera cair e porque era muito neçessario derrubar se e fazer se de nouo, e assy era mandado

(90) *História da Igreja em Portugal*, por Fortunato de Almeida, tomo III, parte I, Coimbra, 1912, págs. 17 e 18.

(91) *Idem, idem*, apêndice III, págs. 822 a 857; e Documento IV, n.º 6.

(92) *História citada*, apêndice V, págs. 863 a 877.

(93) Documento IV, n.º 6.

em muitas vesitações e se não podia fazer sem se fin-tarem os fregeses da dita jgreja conforme a suas fazendas, me pedjão lhes mandasse passar proujsão para se poderem fintrar as fazendas dos ditos fregeses avendo respeito a ser fregesia e muito neçessaria a dita obra e receberjão merce. E visto seu requerjmento, antes de lhes dar despacho mandey vos informaseis do sobre-dito e fizeseis fazer as traças da jgreja que de nouo se auia de fazer e se fizesse orçamento do que poderja custar a obra della e me escreuessesis o que achasseis com vosso parecer ao que satisfeito pera constar da jnformação que me jnujaste da neçessidade que auia de se fazer a dita obra e conforme a traça da obra que na dita jgreja conuinha se fizesse fora orcada em contia de dous contos trezentos e cincoenta mil reis conforme ao orçamento que fizerão Bras Cordeiro, e Gaspar Gonsaluez mestres de obras de pedraria e carpentaria pelo juramento dos Santos Euangelhos que por vos lhe fora dado, e assy por serem os ditos fregeses contentes de serem fintados, ey per bem e vos mando façais lançar a dita finta em contia de dous contos trezentos e cincoenta mil reis per todos os mosteiros e pesos da dita fregesia e que no limite della tjuerem fazendas de qualquer calidade e condjção que sejão a rezão de cinco por cento, a qual finta e lancamento se fara pela maneira adjante declarada ./.. Todas as pessoas da dita fregesia de São Sebastião da Pedreira que tjuerem casas, quintas, ortas, oljuaes, e outras quaesquer fazendas de rais, e as alugarem e arrendarem pagarão do aluguer e renda dellas a rezão de cinco por cento, e pela mesma maneira, e ao dito respeito de cinco por çento pagarão as pessoas que ujuerem em casas, quintas ortas e oljuais e outras quaesquer fazendas e propiades suas propias que não tjuerem alugadas nem arendadas, e isto sendo lhe os ditos alugueres e rendas das ditas propiades aualjadas por pessoas que o bem emtendão assy como se estiuerão arendadas e alugadas por seus donos e senhorjos, e as pessoas que pera jssó ordenardes dareis juramento dos Santos Euangelhos que fação a dita aualjação bem e verdadeiramente e pareçendo uos que sera mjlhor fjar no juramento dos donos e senhorjos das ditas propiades assy se fara e ordenara ./..

E as pessoas que não tjuerem casas propias na dita fregesia de São Sebastião da Pedreira e lemjte dell' e ujuerem nelle em casas daluguer se aualjarão pelos ditos aualjadores suas fazendas e os que tjuerem çem mil reis de fazenda pera sima pagarão no dito lançamento quatroçentos reis e dahy pera baixo ate cincoenta mil reis pagarão trezentos reis e dos ditos cincoenta mil reis pera baixo pagarão a çem reis e a sesenta, trjnta e vinte a soldo a liura ou como mjlhor parecer segundo a posse e ujuenda de cada hũ porque os que na dita fregesia tjuerem casas posto que ujũão em outras daluguer não pagarão senão pelo aluguer das suas propias casas ao dito respeito de cinco por çento como atras he declarado ./..

E asy ej per bem que dos foros das casas, quintas oljuaes, ortas e outras quaesquer propriedades que na dita fregesia estiuerm paguem tambem os ditos senhorios dellas a rezão dos ditos cinco por çento no dito lancamento.

Auera hum escriuão e recebedor do dinheiro da dita finta e lancamento que pela maneira acima dita se fizer a arrecadar pelos ditos fregeses, os quaes serão eleitos per uos e serão pessoas de tanto credito e confiança que possa estar bem seguro o dito recebimento pera o qual auera hum livro numerado e asjnado por vos com declaração de quantas folhas tem em que seia caregado todo o dito dinheiro que ouuer e se arrecadar da dita finta e auera nelle titolos apartados . a saber. hum do dinheiro que se tjrar pelos alugueres das casas e outro do que pagarem as pessoas por suas fazendas e outro das esmolas que se derem pera a dita obra os quaes titolos se farão com todas as declarações que vos parecerem necessarias e asj auera outro livro numerado e asjnado pela dita maneira em que se escreua toda a despesa que o dito recebedor ade fazer do dito dinheiro pera pelos ditos livros auer de dar conta com entrega de tudo o que recebeo e despendeo.

E o dito dinheiro se não despendera em outra couza alguma senão nas obras da dita jgreja para que somente conçoedo esta licença e asy como se for arrecadando por vossa ordem se entreguara ao mestre das obras da dita igreja do qual tomareis conta como a dita obra fora acabada ou nos tempos que vos mjllhor parecer vendo os ditos livros e sabereis se se despendeo em outras cousas e achando que se fez a dita finta e apljeou o direito della conforme a este aluara o leuareis em conta e pelo contraio procederéis nisso na forma delle e como sois obrjgado por bem de vosso regimento e de mjnhas ordenações.

E o dito escriuão ter a cuidado de dar conhecimentos as pessoas que pagarem dinheiro pera a dita finta por elle e pelo dito recebedor asynados em que se declare a contia que recebeo e como fica em receita no dito livro ao dito recebedor a tantas folhas delle, os quaes conhecimentos os ditos alugadores darão em pagamento das contias nelle declaradas aos senhorios das casas fazendas e propiidades em que estiuerm de aluguer, ou de renda e os ditos senhorios os receberão sem a isso porem duujdas nem embargo algum nem obrigarão aos ditos alugadores ou arrendadores que lhe tornem o dinheiro conteudo nos ditos conhecimentos. E asj ey por bem que do dito lancamento se não possa escusar pessoa alguma de qualquer caljidade e condição que seja posto que sejam pessoas de titollo ou fidalgos, ou desembargadores sem embargo de quaesquer perujlegios, liberdades, isenções e prehemjncias que tenham posto que dos tais lançamentos os escuze e faça expressa e particular menção que não pague para a obra da dita igreja e de quaesquer outras clausullas derogatorias que seus preujlegios tenham

porquanto por asy se fazer em tempo dos reis meus antecessores em semelhantes lançamentos o ey assj por bem.

E sendo caso que algumas das ditas pessoas não quejirão pagar no dito lancamento pela maneira declarada neste aluara ey por bem e, vos mando façais execução nas fazendas das ditas pessoas e no remdimento dellas pelas contias que lhe couber pagar a rezão dos ditos cinco por çento e asy o fareis nas fazendas dos ditos senhorios pelo que das rendas dos foros lhe couber pagar e nas dos alugadores que não quysrem pagar pelos alugeres das casas e rendas das quintas, ortas, oliuaes, e quaesquer outras propriedades que tiuerem arrendadas de maneira que com toda a breuidade posiuel paguem todos huns e outros e se possa fazer a dita obra pera a qual fareis dar todos os officiaes, scruidores e materjaes que forem neçessarios os quaes lhe não serão tomados por pessoa alguma amdando na dita obra e toda ajuda e fauor que comprir assj pera arrecadação do dinheiro da dita finta e lancamento como para se acabar a dita obra com a breuidade que conuem sob pena de quem o contraio fizer emcorer em pena de çem cruzados ametade pera os catiuos e a outra ametade pera a dita obra pela qual fareis execução nos que nella emcorerem, e hum dos officiaes da dita confraria que por vos for eleito tera particular cuidado de no fim de cada mes jr dar conta ao arcebispo desta cidade do que na dita obra he feito e de como se procede nella e este aluara comprjreis como se nelle contem o qual me praz que valha tenha força e vigor posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do livro segundo titulo quarenta que o contraio dispoem. João Rodriguez o fez em Lisboa a tres de Janeiro de mil e seisçentos e quatro, Vjcente Vaaz Ramos o fez escrever ./; E auera huma arca em que se meta o dinheiro que se arrecadar desta finta que tera tres chaues com fechaduras de djferentes guardas das quaes tera o prouedor huma e outra o thesoureiro e outra o escriuão, e quando se ouuer de tirar dinheiro da dita arca estarão todas presentes, e o prouedor emcarregará muito a hum dos officiaes da confraria de que tjuer jnfomação que o fara mjllhor por seruiço de Deus e da dita confraria que vezite a dita obra e achegas cada somana huma vez pollo menos e uera se se continua com ella e as achegas, se sam boas.

Conçertado Pero Castanho

Arquivo Nacional da Torre do
Tombo — *Cancellaria de D. Filipe II*, livro 22, fl. 88 verso.

II

Dona Felipa de Tavora

Ev El Rej faco saber aos que este aluara uirem que auendo respeito ao que na petição atraz esçrjta dizem Francisco Esteues e Lourenço da Costa juizes superjntendentes das obras da igreia noua de São Sebas-

tião da Pederneira e uista a emformação que sobre o conteudo na dita petissão mandej tomar pello prouedor dos rezidos desta cidade e seu pareser ey por bem quelles possão dar a Dona Fillipa de Tauora pera ella e sussesores de seu morgado a capella mor da dita jgreia noua com declaração que a dita Dona Fillipa pagara o custo que ategora se tem feito na dita capella mor, e a sua custa a acabara e prefeisoara na forma das tracas que delle se tem feito quando aos freguezes da dita jgreiga poderem vzar liurementemente da dita capella mor em todo o seruisso do cluto (*sic*) deuino e nas escrituras que disto se fizerem asistyra o dito prouedor dos residos e mais quatro freguezes da dita jgreia que bem lhe parescer dous nobres e outros dous de menos comdisão nos quaes se porão as clausullas obrigasões e seguransas neserarias o que asim me praz uista a reposta e comsytimento que a jso derão os freguezes e offisiaes da dita jgreia e pera a dita capella mor se tresladara o corpo do patriarca Dom João Bermudes que esta na jgreia uelha e mando ao dito prouedor dos rezidos e mais justissas offisiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertencer cumpião e goardem este aluara como nelle se contem o qual se tresladara nas escrituras que se fizerem pera todo tenpo se saber como se fez com minha licenca João Tavares o fez em Lixboa a uinte e sete de Nouembro de mil e seiscentos e uinte Duarte Correa de Sousa a fez escrever.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo—*Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, livro 44, fl. 223 verso.

III

Os fregueses da jgreja de Sam Sebastião da Pedreira pera o Doutor Gonsalo de Sousa

Eu El Rej faso saber aos que este aluará virem que auendo respeito ao que nas petições aqui juntas e sinadas por Manoel Fagundes meu escriuão da camera dizem os fregueses da jgreja de Sam Sebastião da Pedreira extramuros desta cidade de Lixboa e vistas as causas que alegão a informação que se ouue pello prouedor dos residuos da dita cidade e o que della constou ej por bem que o Doutor Gonsalo de Sousa do meu Desembargo desembargador dos Agrauos da Casa da Suplicação seja juiz supertendente das obras da dita jgreja de Sam Sebastião assi e da maneira que o forão os pasados que se apontão pellas prouizões conscedidas e o ouuera de ser o desembargador Jorge Correa que se escusou por ir fora pello que mando ao dito desembargador Gonsalo de Sousa e mais justicias e que o conhecimento disto pertencer cumpião este aluara inteiramente como nelle se contem o qual me praz que ualha tenha forca e uigor posto que o effeito delle aja de durar mais de hum ano sem embargo da ordenação do 2º livro e titulo 40 em con-

trairo Pedralures a fez em Lixboa a sette de Janeiro de mil e seis centos e uinte e dous Manuel Fagundes a fez escrever.

Concertado Aluaro de Madureira
Consertado Ferreira

Arquivo Nacional da Torre do Tombo—*Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, livro 1, fl. 249 verso.

IV

S. Sebastião da Pedreira

§ 1 Esta parouquia igreja de S. Sebastião da Pedreira esta situada extramuros desta cidade de Lisboa para a parte do Norte; he de huma so naue com tres portas, a principal para o Poente, e duas travessas, a da parte do Evangelho, para o Norte, e a da parte da Epistola para o Sul; he reytoria colada da apresentação do Emminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa.

2—O districto desta freguezia comprehende varios sitios com antigvas denominaçoens, como são o chariz de Andulus a donde começa esta freguezia da parte da cidade e continua huma rua dilatada que sempre vay subindo athe chegar adonde está fundada a igreja, que he sitio muito aprazivel e lavado do Norte, e dela continua a rua athé o sitio de Palhavá; e dahy se reparte em outros diferentes, como são, Marexal, Ponte de Palhavá athe à Convalença ou Crus da Pedra, Ponte Velha; Larangeiras; Palma de Baxo; parte de Palma de Sima; Rego; Campo Pequeno; Arco do Cego; Picoas; Crus do Taboado; que confina com o sitio de Andalus donde principia a freguezia; da parte do Poente pertence a esta freguezia parte do sitio de Val de Pereiro, e parte do sitio de Campolide.

3—Da parte do Nacente, he esta freguezia adherente à de Nosa Senhora dos Anjos desta cidade; da parte do Sul, a de Nosa Senhora da Pena, e S. Jozé da mesma cidade, da parte do Poente, confina com as freguezias de Nosa Senhora da Ajuda do lugar de Belem, e de Nosa Senhora do Amparo do lugar de Bemfica, e de parte do Norte com a freguezia dos Santos Reyes do Campo Grande extramuros desta cidade.

4—Esta igreja antes que se fundase, ja era freguezia em huma ermida de S. Sebastião que neste sitio havia antes de ser freguezia, a quem os moradores da Rua das Arcas da freguezia de S. Nicolao da cidade de Lisboa, tomarão por protetor para os livrar do mal da peste, que naquele tempo havia na cidade, e com voto solene lhe prometerão de virem todos os domingos com hum sacerdote que celebrase missa na dita ermida; e de festejarem o mesmo santo no seo dia que hé a vinte de janeiro, o que athe ao prezente tem observado, vindo da sua freguezia de S. Nicolao, à vespora em porção com o dito santo, em hum bem ornado andor e em outro andor o Menino Jesus, com huma comunidade de religiozos, e toda a sua irman-

dade, com huma reliquia do Santo Lenho debaixo do palio, e em chegando a esta igreja se cantão vesporas com toda a solemnidade, e no dia seguinte, depois de acabada a missa da festividade, que sempre concorre com o sagrado lausperene, voltão com a procissão na mesma forma, pera a sua freguezia de S. Nicolao, cuja freguezia executarão sempre athe o dia do primeiro de Novembro de mil e setecentos e cincoenta e cinco, e como no dito dia hoveo o fatal terremoto, que destruiu, e reduziu com fogo a cinzas muitos templos entre os quaes foy a dita freguezia de S. Nicolao, desde entao athe ao presente, sahe e recolhe a dita procissão sempre com a mesma solemnidade da freguezia, ou templo para donde se encaminha a melhor commodidade.

5—Pelos anos de mil e qvnhentos e noventa sendo arcebispo desta cidade de Lisboa o senhor D. Miguel de Castro, fes a tal ermida de S. Sebastião, freguezia, e as mais circumvizinhas, que as dezanaxov da freguezia de Santa Lusta, a cujo prior e beneficiados pertencem ao presente parte dos dizimos desta freguezia, e na tal ermida, aprezentov hum sacerdote por nome Antonio Vas para cura desta freguezia que de novo creov e despois o fes vigario colado, pelos serviços que a Deus fazia em adminstrar os vltimos sacramentos a muitos empastados que da cidade vinhão convalecer aos distritos desta freguezia.

6—Por falecimento do dito vigario Antonio Vãs lhe sucedev nesta vigairaria Paulo Carreira de Almada, que foy colado pelo Pontifice, e no seu tempo, se fundov de novo a igreja que hoje existe, e por falecimento deste lhe succedev Ioaõ Gvarda Munis, terceiro vigario desta igreja, que tambem foy colado pelo Pontifice, e logo nos seus principios de vigario se acabou a construção desta igreja, e se erigio a irmandade do Santissimo Sacramento, a qual fundov de novo a capela mayor, e tribuna e acabou de dovrar na forma que ao presente existe; e falecendo o dito vigario em 6 de Junho de 1700 sendo o arcebispo desta cidade o Senhor D. Luis de Sovza cardeal da Santa Igreja Romana nomeov para vigario desta igreja o Padre Iozze Rodrigues da Sylva natural e batizado nesta freguezia que nela foy o qvarto vigario, e nela foy colado despois pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Tomás de Almeida primeiro Patriarcha de Lisboa, que despois foy cardeal da Santa Igreja Romana a esta igreja veyo tomar o palio de arcebispo com a assistencia do Senhor Rey D. João o 5.^o e mais pesoas reais em o 1 de Fevereiro de 1717 no qual ano se dividio esta cidade em duas huma com o nome de Ocidental, outra de Oriental, e ficov esta fregvesia pertencendo a Lisboa Ocidental.

7—Em o ano de 1718 se principiarão nesta igreja varias obras de pedra e cal e pedraria fazendo se lhe correspondencias que não tinha levantov se o tecto, e gvarnecerão se as paredes e coro de talha dovrada, e apaynelada sendo os payneis do corpo da igreja os doze apóstolos da companhia de Christo senhor noso de excelente pintura, e da mesma sorte os do coro e

subpedaneos do mesmo coro; do cruzeiro, e capela mor, e com especialidade o da boca da tribuna que he da cea do Senhor obra de Marcos da Crus o mais insigne pintor que houve nesta cidade no seculo pasado; o tecto he feito em volta redonda de estuque com pintura de architectura; tem muitas pesas de prata, e varios ornamentos entre os quaes tem hum ornamento branco tão primorosamente bordado de ouro comprehendendo palio, e panos dos pulpitos, que se averigva ser o milhor que há em toda a cidade.

8—Tem a dita irmandade do Santissimo ao presente perto de qvatrocentos irmaons, tem capelaõ que dis todos os dias missa pelos irmaons vivos e defuntos, a qvem da secenta mil reis em cada hum ano tem huma caza do despacho custozamente acabada, ornada de laminas e figuras dovradas sahidas do tecto, e paredes, da mesma caza adonde esta hum preciozo sacratio adonde se deposita o Santissimo Sacramento em quinta feira mayor athé à Dominga da Resureição; tem sacristia muito composta, secretaria cazas de ornamentos, e cera, e hum grande coval adonde só sepultão os irmãos do Senhor, suas mulheres, e filhos.

9—Esta o sacratio no altar mayor preciozamente ornado tem hum nicho de cada parte; no da parte do Evangelho está a perfectissima imagem de Maria Santissima com o titulo de Senhora da Saude, da qual tratão, e do seu culto, com preciozos vestidos, e varias pesas de diamantes que tem a mesma Senhora a confraria dos seus devotos fazendo lhe a sua festa todos os anos em dia da Natividade da mesma Senhora; no da parte da Epistola, está a imagem de S. Sebastião chamado da Pedreira, por ser feito de huma pedra que se tirov neste sitio de huma pedreira, sobre a qual esta fundada esta igreja.

10—Tem mais esta igreja qvatro capelas todas no cruzeiro; a coateral da parte da Epistola he do Senhor Jesus Crucificado, imagem perfectissima, e muito natural que a todos cauza a mayor atenção e respeito; tem mais as imagens do Menino Jesus, e de Maria Santissima com o titulo de Senhora da Soledade, e a do Patriarcha S. Iozze; tem este Senhor sua irmandade que trata do sev culto, e lhe consagrão anualmente a sua festa em dia do Santissimo Nome de Jesus; junto a esta capela está a das Almas, que tem sua irmandade que se compoem de mais de trezentos irmaons com sacristia, e caza de despacho, com dés capelaens que qvotidianamente dizem missa no dito altar, os mais antigos percebem (cada hum) em cada hum ano secenta mil reis, e os mais a cincoenta mil reis; estão colocadas neste altar as imagens do Principe dos Apóstolos S. Pedro e de S. Bras Bispo e Martir.

11—Da parte do Evangelho, está a capela coateral de S. Antonio, tem confraria que o festeja no seu dia, e neste mesmo altar estão colocadas as imagens de S. Ioaõ Batista de Santa Catharina Virgem Martyr, e S. Luzia e Santa Roza de Lima; junto a esta capela está a de S. Amaro, em cujo lugar está colocada huma muito deuota imagem do Senhor Crucificado, que foy tresladada para esta igreja juntamente

com a imagem da Senhora da Soledade/de que ja dey noticia/por ordem do Emminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha que ao prezente felismente existe, porque estavam em huma caza indecente; no mesmo altar aos pes do Senhor está novamente colocada a Senhora da Piedade, com o titulo de Senhora do Resgate, da parte direita Santo Amaro, e da esquerda S. Gonçalo de Amarante.

12—Nesta igreja estão incesantemente accezas cinco alampadas, no altar mor estão tres, a da parte da Epistola, hé da irmandade do Santissimo, a da parte do Evangelho, que he em tudo similhante a do Santissimo he de Nosa Senhora da Saude, a que esta em o meyo he do glorioso Martir S. Sebastião, a qual no dia dezoito de Janeiro de mil e setecentos e trinta e cinco, o senhor D. João o Quinto de glorioza memoria mandov colocar no lugar em que se acha, he de extraordinaria grandeza foy feita em Roma, teve a El Rey em seo palacio mais de hum anno, e mandov lhe acrescentar algumas pessas reguladas pela sua singular ideia de sorte que não ha noticia que haja em todo este reyno, alampada igval a esta; dotou a para sempre com oito cantaros de azeite em cada hum ano, que he pago pelo tezureiro das despesas do Concelho da Fazenda pelo preço que correr em cada hum ano com certidão do paroco da qual conste estar sempre acceza a dita alampada; no altar coateral do Senhor Jesus da parte da Epistola está a quarta alampada sempre acceza; no altar coateral da parte do Evangelho de Santo Amaro esta a quinta alampada sempre acceza em obsequio a Senhora do Resgate, como disse, novamente colocada no dito altar.

13—Falando da imagem de S. Sebastião da Pedreira, não adverty dizer que tem irmandade, cujos irmaons são pouco mais de duzentos, tem sacristia, e caza de despacho, tudo separado das officinas das mais irmandades e fabrica da igreja, tem capelão a quem dão de esmola sincoenta mil reis em cada hum anno, e festejão o mesmo santo em o dia vinte e hum de janeiro, immediato ao sev dia em que o festejão os moradores que forão da Rua das Arcas como fica dito.

14—No cruzeiro desta igreja está a campa e sepultura do Reverendisimo Patriarcha de Alexandria D. João Bermudes com brazão de suas armas, e Mitra Patriarchal, o qual era natural do reyno de Galiza onde tem sev solar os Bermudes; pasov à India a primeira ves, em tempo do governador Lopo Vás de S. Payo no ano de mil e qvnhentos e vinte e seis; e a Etiopia com Heytor da Sylveira, quando foy por capitão do Mar Roxo donde em breve tempo ganhou a graça do Imperador David, e depois de rezidir lá sete anos, veyo com os embaixadores a dar obediencia ao Papa Clemente Terceiro que então prezidia na igreja de Deos; e pasados alguns anos ordenado D. João Bermudes de todas as ordens por Abuna Marcos, e nomeado patriarcha, o Imperador o mandov por sev embaxador ao noso Rey D. João o Terceiro, requerendo a sua amizade, e pedindo ajuda, e socorro contra El Rey de Ceilão, que lhe fazia cruel guerra, e vindo por terra,

em Roma, o confirmov o Papa Paulo Terceiro no Patriarcado de Alexandria; e como tal, chegando a esta cidade de Lisboa, foy recebido de nosso Rey D. João o Terceiro com grande pompa e magestade.

15—Foy segunda ves a India no ano de mil e qvnhentos e trinta e nove; em Goa foy recebido com a mesma pompa de Vice Rey, D. Garcia de Noronha, e do Bispo D. João de Albuquerque, e levado à sé com crus alçada em hum palemquiv riquissimo, que para esta entrada lhe havia dado El Rey de Portugal; e depois de assistir em Goa dando mostras de varão exemplar, prudente, e virtuozo, athe que no governo de D. Estevão da Gama no ano de mil e qvnhentos e quarenta e hum, pasou segunda ves a Ethiopia, e deteve se no Abexim, e vendo o pouco fructo que fazia nas suas ovelhas, as almaldicoov, e vindo para a India, teve no mar muitos tormentos, de que milagrosamente escapov.

16—Desembarcado em Goa rendev com publica demonstração as dividas graças a Noso Senhor no colegio de S. Paulo, onde esteve pouzado, athe que fes viagem para esta cidade, adonde chegov com prospera comodidade no anno de mil e qvnhentos e sincoenta e nove, governando este reyno o Senhor Rey D. Sebastião, que se agradov tanto do Reverendisimo Patriarcha, que não consintio sahysse de Lisboa, e se retirov a este sitio, adonde pasov o restante de sua vida, fazendo grandes serviços a Deus no tempo da peste; celebrava qvazi todos os dias o sacrificio da Misa com muita devoção achando se algumas vezes prezente El Rey D. Sebastião, que muitas vezes visitava ao Reverendisimo Patriarcha, para gozar da sua afavel, e santa conversação; finalmente entendendo que seus dias serião ja pouco, porque estava em idade muito projecta, tratou mandar fazer sua humilde sepultura à porta da ermida, de que todos os dias tomava pose com a consideração da morte que lhe foy suavissima em o ano de mil e qvnhentos e setenta; seos osos forão tresladados para o cruzeiro da nova igreja em 16 de Outubro de 1653. depois de pasados 83 anos, sem mão cheyro, e com a mayor parte das sagradas vestes pontificays incorruptas.

17—Tornão à serie dos vigarios desta fregvezia que se interrompeo no paragrafo sexto deste papel; foy o quarto vigario desta fregvezia o Padre Ioze Rodrigues da Sylva como se dis no dito paragrafo; este foy Deus servido levado para sy em dia de Pascoa dois do mes de Abril de mil e setecentos e qvarenta e hum; foy sepultado na sepultura de seos pais, ao lado da do Reverendisimo Patriarcha D. João de Bermudes.

18—No dia segvinte tres do mesmo de Abril dev esta igreja o senhor Cardeal Patriarcha ao Reverendo Padre Alexandre da Assumpção, que nela foy qvinto vigario colado, e no ano segvinte de mil e setecentos e quarenta e dois, creov de novo, o Emminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha D. Tomas de Almeida a fregvezia de Santa Izabel para o que tirov a esta fregvezia do sitio de Alcantara, e Campolide cento e noventa e dois fogos a mayor parte dos qvais está

mais contigva a esta freguezia do que à de Santa Isabel.

19 — Falleco o padre vigario Alexandre da Assunção em 14 de Agosto de 1751 e logo, o mesmo Senhor Cardeal Patriarcha dev esta igreja ao Reverendo Carlos José de Melo Pinto da Sylva dezembargador da Relação Ecclesiastica, que ao presente existe.

20 — Adverte se que o quarto vigario desta igreja o Padre Iozé Rodrigues da Sylva de que se fas menção no paragrafo 17 deste papel instituio huma capela de missa qvotidiana de esmola de setenta e tres mil reis para o que deixov a irmandade do Santissimo seis moradas de cazas no sitio do Marexal, que rendem oitenta e tantos mil reis, e tres mil cruzados mais, pela administração da dita capela.

21 — Tem esta igreja huma só torre com dois sinos, da qual e do sev adro para a parte do Sul se descobre, a vila de Almada, e parte da serra da Arrábida; e para a parte do Norte a serra de Cintra.

22 — Há no distrito desta freguezia tres conventos. O primeiro com o sitio da Crus da Pedra, de que he padroeyro o correyo mor do Reyno, em huma quinta que seos antepasados derão aos religiosos capuchos do convento de Santo Antonio desta cidade para canvalença dos seos doentes, (motivo porqve ao presente se denomina por antenomazia o convento da Convalença) e aumentando com assistencia de alguns religiosos com seu prezidente, qvando esta provincia de Santo Antonio que constava de vinte e seis conventos se dividiu em duas, em razão do muito trabalho que tinham os provinciaes nas vizitas, se creov de novo a provincia da Conceição com treze conventos, ficando a de Santo Antonio com outros treze, em que entrava o da vila de Cantanhede perto da cidade de Coimbra adonde acaba a dita provincia; e como gvardião que naquele tempo existia o elegesem para provincial da provincia da Conceição, quis que lhe pertencesse o tal convento, alegando que o desta freguezia, suposto ser para canvalença dos doentes, era já convento para completar o numero dos treze que constavão da bula do Summo Pontifice pelo prezidente ter a regalia de votar em capitulo sobre o que tiverão as duas provincias huma grande demanda athe que vltimamente se determinov pertencer o tal convento da vila de Cantanhede a esta provincia de Santo Antonio, e este da Convalença se tem aumentado, terá vinte religiosos com gvardião, e prezidente na forma de outro qualquer convento da sua provincia; tinham estes religiosos no ano de mil e setecentos e sincoenta e quatro, acabado de construir, huma notavel igreja, que era hum bem magestozo templo, porem no primeiro do mes de Novembro de mil e setecentos e sincoenta e sinco, o fatal terremoto que succedev no dito dia totalmente lha arazov, pelo que fizeram huma igreja pequena de barraca adonde actualmente estão celebrando os officios divinos.

23 — Ha outro convento na Rua Direita desta freguezia que he dos religiosos agostinhos descalços com a invocação de Santa Rita, esta fundado em huma

quinta que foy de Daniel de Ferrara, que o senhor Rey D. Ioão o Qvinto lha dev para se fundar hum colegio para estudo dos seos religiosos, e no dito convento asistem quinze ou dezaseis religiosos, e se celebrão os officios divinos, como em outro qualquer colegio, digo convento da sua religião.

24 — Há outro convento no districto desta freguezia que está fundado na quinta chamada dos Louros por ter muitos loureiros, sita na estrada que vay do sitio do Rego para o Campo Pequeno, a qual comprarão as religiosas de S. Bernardo, que tinham o seu convento na freguezia de Santos desta cidade no sitio do Mocambo o qual totalmente ficov aruinado pelo terremoto fatal do primeiro de Novembro de mil e setecentos e sincoenta e sinco; a ermida desta quinta em que estão as ditas religiosas lhe serve ao presente de igreja adonde se celebrão os officios divinos e nas cazas da dita fizeram acomodaçoens para as religiosas que serão perto de qvarenta sendo as millores as que fizeram para os padres confesores profesos na mesma religião de S. Bernardo.

25 — Ha no distrito desta freguezia onze ermidas com sino, e porta franca para a rua. A primeira he na Rua Direita desta freguezia com a invocação de Nosa Senhora do Cabo, he vulgarmente chamada a ermida do Prego, por ser seu dono Francisco Antonio Prego, morgado e morador em huma barraca sita em huma quinta contigua à mesma ermida; tem esta Senhora huma confraria pela qual he celebrada com muita soledade todos os anos em o mes de Agosto.

26 — Ha outra ermida em huma quinta no sitio de Campolide em que assiste sev dono Estevão Pinto de Moraes Sarmento creado particular de Sua Magestade Fidelissima; tem a invocação de Nossa Senhora de Penha de França; tem torre de sinos, e na dita ermida se fazem varias festividades muitos sermoens, semana santa com licença do reverendo vigario desta freguezia de que tudo rezulta hum grande bem e espectral aos vizinhos da dita ermida.

27 — Ha outra ermida no largo desta igreja no quintalão de Christovão Paes Pacheco de Alpoim (roto) Porteiro do Concelho da Fazenda que he sev dono, tem a invocação da Senhora May dos Pecadores.

28 — Ha outra ermida pertencente ao Passo de Palhavã dos Serenissimos Infantes os Senhores D. Antonio e D. José; tem a invocação de S. Ioão Batista.

29 — Há outra ermida de D. Antonio da Sylveira camarista do Senhor Infante D. Manoel, a qual tem a invocação de Maria Santissima e Senhora do Rozario, no sitio de Sete Rios.

30 — Há outra ermida no sitio da Convalença com a invocação de S. Antonio cujo dono he o Dezembargador Ioão Inácio Dantas corregedor do Crime.

31 — Ha outra ermida na quinta chamada de Mil Flores junto no sitio das Laranjeiras que está na estrada que vay para Ponte Velha e Palma de Baxo, que he de Ioão Inacio Olbege tezoveiro da Caza Real que he da invocação de Nosa Senhora da Assunção.

32—Junto a esta na quinta chamada do Pinheiro que he, e nela assiste Afonso da Sylva dezembargador da Casa da Suplicação, ha outra da invocação de Santo Antonio.

33—No sitio do Rego em huma quinta que tem cazas nobres que he de hua filha de Iacinto Dias Braga que foy homem de negocio nesta cidade já falecido na qvais cazas assistem como em recolhimento as Terceiras da Ordem de S. Francisco e tambem alguns terceiros os qvais todos pertencem à freguezia de Nosa Senhora dos Martires desta cidade, adonde tinham o sev recolhimento, que extinguindo se pelo terremoto do primeiro do mes de Novembro de mil e setecentos, e sincoenta e sinco razão porque se refugiarão para esta quinta de que o sev sindaco paga renda à sua dona; está nesta quinta, huma notavel ermida com a invocação de Nosa Senhora dos Martires.

34—No sitio chamado das Picoas há huma quinta com cazas nobres que he de Antonio das Neves Colaço homem de negocio nesta cidade na qual há huma ermida com a invocação de Nosa Senhora do Carmo, adonde no dia da mesma Senhora havia indulgencia plenaria para os que vizitavão a dita ermida; cuja devoção cesov haveria tres anos.

35—Na rua do Arco do Cego que vay para o Campo Pequeno há huma ermida da invocação de S. Francisco de Borja, na qual no dia do mesmo Santo o aplavdem com missa cantada e sermão; adonde tambem ha sermoens nas tardes dos domingos das Qvaresmas; he seu dono Ioze da Mota, que tem o officio de livreiro.

36—Tem esta freguezia oitocentos e secenta e dois fogos, pesoas tres mil quatrocentos e vinte e sinco, destas pertencem a outras freguezias, cento e sinco, em cujo numero entra huma menor, e das que pertencem a esta freguezia de S. Sebastião secenta e duas são menores; este numero he variavel em todos os anos, em os qvais hum por outro rendera esta igreja qvnhentos mil reis.

37—Ha nesta freguezia algumas minas de excelente agoa, huma na quinta de Palhavã em que assistem os Serenissimos Infantes os Senhores D. Antonio, e D. Ioze inqvizidor geral; há outra mina em huma cazal no sitio de Palma de Sima, chamado o Casal do Ramiles; há outra na quinta chamada de Mil Flores, na qual está a ermida de Nosa Senhora da Asunção, de que assim se dá noticia que he de Ioaõ Inacio Obbeje; em huma quinta junto a esta chamada a quinta do Pinheiro que he do dezembargador Afonso da Sylva, há outra mina; na fazenda em que assiste, e de que he dono Gaspar dos Reis, há tambem huma mina de agoa no sitio de Campolide.

38—Ha tambem no distrito desta freguezia duas fontes a que chamão xafarizes, com tanques, e bicas que lanção povca agoa e salobra, hum no sitio de Andalus, outro em Campolide; e como nesta freguezia não há mina ou fonte de agoa potavel que esteja exposta ao povo, padeçe este grande detrimento por

falta de agoa, e a mandão conduzir do xafaris do sitio do Rato, excepto algumas pesoas que tem amizade com os donos das minas particulares.

39—Ao interrogatorio que inquire se no terremoto do primeiro de Novembro de mil e setecentos e sincoenta e sinco, hovve ruina, e em que, e se está ja recuperada; responde se, que o dito terremoto aruinov gravemente o palacio do Campo Pequeno, que ao presente pertence ao Fisco Real, cuja ruina não se recuperov, chamo lhe palacio porque no tempo do Senhor D. Ioaõ o Quinto, esteve nele convalecendo o Senhor Infante D. Carlos sev filho, e nos dias em que fazião anos as pesoas reais, havião serenatas a que assistião os mesmos senhores, e adonde hião em outras ocazioens.

40—Aruinaram se por ocazião do mesmo terremoto as cazas nobres da quinta chamada de Mil Flores de que he dono, e em que assiste Ioaõ Inacio Olbege (como ja disse) mas achão se recuperadas.

41—No sitio chamado Carreira dos Cavalos, se aruinarão totalmente pelo terremoto supradito humas cazas nobres de huma quinta em que assiste Antonio Froes de Azevedo, a qual ruina se acha recuperada.

Aruinou o mesmo terremoto varias moradas de cazas ordinarias que serião nove ou des em que percerão algumas pesoas, como tambem a ermida da quinta dos religiozos de S. Camilo na estrada das Larangeiras que vay para o sitio da Ponte Velha; cujas ruinas se não recuperarão athe ao presente.

42—Nesta freguezia está o Tribunal do Santo Officio no sitio de Palhavã em humas cazas do Excelentissimo Conde de Vilaflor copeiro mor, para as qvais no dia de Tribunal sabindo do sev palacio, vay por hum pasadiso o Serenissimo Senhor Infante D. Ioze inqvizidor geral, neste reyno e dominios de Portugal.

43—Assistindo neste mesmo Passo de Palhavã o Serenissimo Senhor Infante o Senhor D. Gaspar, foy eleito arcebispo de Braga, nele recebev as ordens, e foy sagrado, e dele sahio em via recta para o sev arcebispadov, o qual está ao presente felismente governando.

44—O distrito desta freguezia se compoem de muitas terras de semear pam e de algumas ortas, e pumares, em grandiozas quintas, onde tem magestozos palacios e cazas nobres, como são no sitio de Palhavã o do Duque do Cadaval, que ao presente ocupa monsenhor Peixoto; o do Conde de Vilaflor em que está ao presente estabelecido o Tribunal da Santo Officio. He magestozo com muita especialidade no mesmo sitio o passo em que rezidem os serenissimos senhores infantes, que he dos erceiros do Conde de Sarzedas; tem huma notavel quinta, com tres jardins, com fontes de agoa, com varias figuras de iaspe feitas em Itália, com dilatadas ruas, e grandes paseyos, com lamedas de arvores sylvestres que a fazem muito aprazvel.

45—Neste sitio de Palhavã, ha huma ponte por onde pasa qvasi toda a agoa desta freguezia e do Campo Grande, que pasa por outras duas pontes, huma no sitio do Rego na estrada que vay para Palma de Sima, e a

outra que vay da estrada do Rego, que vay para o Campo Pequeno, defronte do convento das religiosas de S. Bernardo, de que já dey noticia.

46—Continuando a mesma estrada no fim dela, estão humas cazas nobres com jardim e quinta, que mandov fazer Ióão Xavier da Sylveira escribeiro menor da Rainha Nosa Senhora D. Mariana de Austria que Deus tem em gloria; desta quinta he ao prezente possuidor e assiste nela Feliciano Velho Oldemberg, escrivão da camera de S. Magestade Fidelissima na Meza da Conciencia, na Repartição da Ordem de Christo.

47—Em este mesmo sitio do Campo Pequeno, está hum palacio, de que ja dey noticia, (dando a das ruínas que succederão pelo terremoto do primeiro de Novembro de mil e setecentos e sincoenta e sinco) no qual assistio, o Senhor Infante D. Carlos ja falecido, irmão do noso Fidelissimo Rey e Senhor D. Iozé, por duas vezes o honrrov, e em cada huma mais de hum ano, para convalecer das suas queixas, onde se achavão muitos dias, a Raynha Nosa Senhora, e mais pessoas reais, e se devirtião em pascar pela quinta, e quando occorria dia de anos de alguma das pessoas reais, havia na sala vaga serenata.

48—Na estrada deste mesmo sitio que vay para Aroyos, à mão esquerda esta huma grandioza quinta que foy do general de batalhas Inacio Xavier Vieira Matoso, e há poucos tempos estão de pose da dita quinta os religiosos da Congregação do Oratorio, he a quinta morada toda em roda, e com cazas nobres; no meyo do muro da frente da estrada tem hum padrão com o letreiro segvinte=Santa Izabel Raynha de Portugal, mandov em este lugar colocar este padrão em memoria da pacificação que nele fez, entre El Rey D. Dinis sev marido, e El Rey D. Afonço o quarto seu filho, estando para neste lugar darem batalha no ano de mil trezentos, e vinte e tres.

49—A vista da igreja onde principião as duas estradas que vão para o Rego, e Palhavã estão humas cazas de campo nobilissimas que são de Fernando de Larre provedor dos Armazens da Coroa, tem jardim, e grandes ruas de paseyo.

50—Na travesa que fica defronte da igreja que he o caminho que vay para Campolide esta hũa grandiosa quinta que foy do Duque de Aveiro e hoje he de Antonio Vas Coimbra, em a qual assiste. Neste mesmo sitio da parte da mão esquerda está huma grandioza quinta que he de Ieronimo Leite de Vasconcelos Paxeco Malheiro, com hum notavel portal, por onde se entra em hum grande corredor que vay parar em hum grande pateo adonde tem cazas nobres com huma vistosa vara[n]da as quaes estão condecoradas em palacio, porque nelas por duas ocaziões assistio por mais de dojs anos para melhorar das suas queixas o Senhor Infante D. Carlos, adonde concorrião todas as pessoas reais e nobreza da Corte; estas cazas e quinta ocupa ao prezente o Excelentissimo Principal D. Lazaro Leitão Aranha.

51—Continuando a mesma estrada para a parte de Campolide hua boa quinta e rendoza que dos padres da Companhia tem lugar de azeite, e moinho de vento, que por todos são vinte os que ha neste sitio de Campolide na parte que pertence a esta fregvezia, como tambem das azanhas de agoa de tres rodas cada huma, em que se fazem muitas farinhas para as padieiras cozerem pão, porque o mayor trato que tem muita parte das mulheres desta fregvezia, he amaçarem pão, para hirem vender fora desta fregvezia.

Não se responde aos mais interrogatorios, porque alem do referido, não ha mais couza alguma notavel nesta fregvezia de que se posa dar noticia. S. Sebastião da Pedreira 9 de Janeiro de 1760.

O Paroco Urbano Iozé de Melo Pinto da Sylva.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Dicionário Geográfico de Portugal*, vol. 20, pág. 917.

V

Para comodidade dos fiéis, desta parochial de S. Sebastião da Pedreira, foi necessário nivelar o piso do corpo da igreja. Dessas obras resultou descobrir-se a campa onde repousam os ossos do Patriarca da Alexandria. Como as obras em referença obrigaram a mexer na dita sepultura a fim da pedra tumular descer de nível, foi necessário abrir a sepultura o que se fez com a pompa e dignidade próprias da figura daquele illustre prelado. Desse piedoso acto, elaborou-se o seguinte documento feito em triplicado; um para figurar junto dos ossos de D. João Bermudes, outro para o arquivo do Patriarcado, e o terceiro para o cartório da igreja de S. Sebastião da Pedreira.

Acto de exumação na igreja de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa

Aos catorze dias do mês de Setembro de mil novecentos cinquenta e quatro, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, pelas dezoito horas e meia, horas officiais, na presença de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo de Priene, Digníssimo Vigário-Geral do Patriarcado de Lisboa, adido à Secção Administrativa da Polícia de Segurança Pública, Doutor, Francisco Félix Machado, do architecto da Câmara Municipal de Lisboa e orientador das obras acima referidas, João Antunes, do representante da Irmandade do Santissimo, mesário, Mário Xara Brasil, do Reverendo Padre Adelino Alves Genro, Coadjutor, e de mim Monsenhor, António Oliveira Reis, Pároco desta mesma freguesia, procedeu-se à remoção da lápide sepulcral que estava junto do arco da capela-mor, a qual estava oculta pelo pavimento de madeira, vendo-se nela

a seguinte inscrição: «S.^a DO PATRIARCA DE ALEXAN/
/DRIA DOM JOÃO BERTUDES FL./NO ANO DE 1570.
TRASLADA/AM-SE OS OSSOS EM/16 DE OUTUBRO DE
1653»=Feita uma pequena escavação, encontraram-se
vários ossos, postos ali sem ordem, e como apareceram
em número superior ao normal concluiu-se ter sido
feita a trasladação dos ossos de D. João Bermudes, que
primitivamente fora sepultado algures, por forma atra-
biliária e ali deposto, sem qualquer resguardo de mis-
tura com outros provenientes de enterros feitos na igreja
como sucedia em todas até 1835.=Não foi encontrada
qualquer insígnia das usadas pelos Venerandos Prela-
dos, nem mesmo a eles estranha.

Examinados os ossos por todos e em especial pelo
referido Delegado de Saúde e na impossibilidade de
se separarem os que teriam pertencido ao Ilustre Pa-
triarca, foram os mesmos encerrados em singela urna
de madeira, que de seguida foi colocada em caixa de
alvenaria de tijolo feita no mesmo local e sobre este
conjunto, colocou-se a mesma lápide, à altura conve-
niente para se harmonizar com o novo pavimento,
porém, de forma a não sofrer mais danos além dos que
nesta data apresenta porquanto letras e atributos nela

inculpados, já se encontram bastante danificados.=
De tudo para constar, se lavrou o presente auto assi-
nado pelas entidades acima referidas

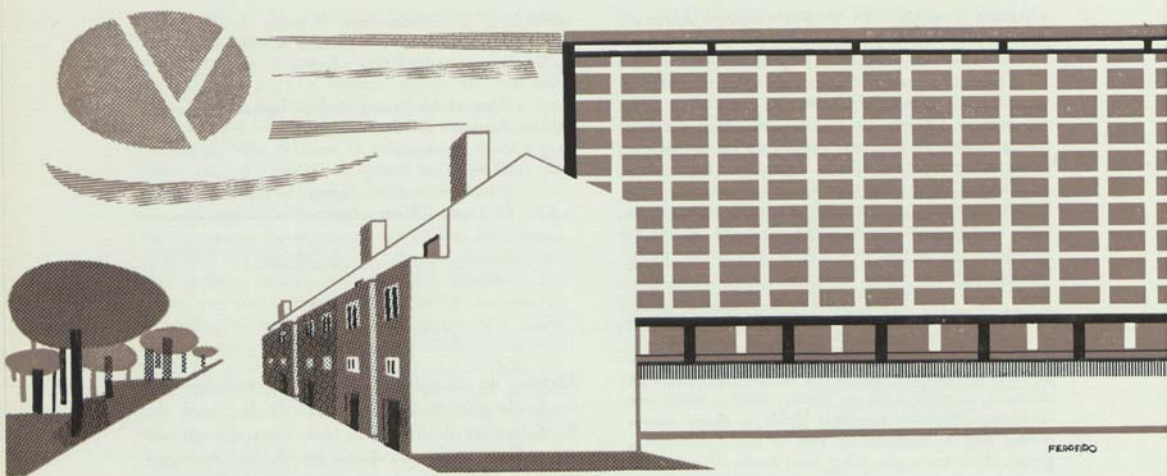
+ *Manuel dos Santos Rocha*, Bispo de Priene
Francisco Félix Machado
João Antunes
Mário Xara Brasil.
P.^o Adelino Alves Genro, Coadjutor
O Pároco—*Mons. António de Oliveira Reis.*

Igreja de S. Sebastião da Pedreira
— *Arquivo Paroquial.*

ADITAMENTO

Depois de composto o presente trabalho foi
nomeado pároco encomendado da freguesia de
S. Sebastião da Pedreira, por carta de 28 de
Setembro de 1963, Monsenhor Mário Antunes
Correia, o qual tomou posse aos 20 de Outubro.





FERRÊDO

OLIVAIS—NORTE

1. Em 18 de Agosto de 1959 promulgou o Governo o Decreto-Lei n.º 42 454, pelo qual foi estabelecido o condicionalismo especial a observar na estruturação das novas unidades urbanas da Cidade, com vista, fundamentalmente, ao fomento da construção de habitações com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais tracos recursos.

2. Estabeleceu-se no mesmo diploma que o primeiro Plano de distribuição de terrenos subordinado às suas disposições fosse apresentado pela Câmara ao Governo até 30 de Novembro do mesmo ano de 1959.

3. Dada a exiguidade de tempo disponível — cerca de 3 meses — aproveitou a Câmara para o efeito a zona da Cidade designada por Célula A no estudo de urbanização dos Olivais, por ser aquela que reunia as condições mais favoráveis para a construção de habitações com maior brevidade, dado que:

Os terrenos eram todos municipais, à excepção duma quinta; os arruamentos principais estavam construídos; os estudos de urbanização estavam

praticamente concluídos, bem como os projectos das habitações, muito embora uns e outros não se ajustassem exactamente ao condicionalismo do Decreto-Lei n.º 42 454, por a sua realização se ter desenvolvido quase inteiramente antes da promulgação do mesmo diploma.

4. Apesar destas dificuldades, apresentou a Câmara ao Governo o primeiro Plano de distribuição de terrenos elaborado em cumprimento do decreto-lei citado dentro do prazo fixado, vindo o mesmo a ser aprovado em 18 de Março de 1960, depois de ajustadas as divergências mais salientes resultantes dos factos antes referidos

5. A composição deste Plano ficou assim estabelecida:

<i>Categoria</i>	<i>Renda mensal</i>	<i>N.º de fogos</i>
I	200\$00 a 300\$00	604
II	400\$00 a 600\$00	753
III	700\$00 a 900\$00	128
IV	até 1500\$00	80
Total		1565

6. A distribuição dos terrenos destinados à construção das mesmas habitações pelas entidades beneficiárias do Decreto-Lei n.º 42 454 e pela Câmara foi a seguinte:

Instituições	N.º de fogos				Total
	Por categorias				
	I	II	III	IV	
Federação de Caixas de Previdência	56	216	32	—	304
Caixa Geral de Depósitos ...	139	189	—	20	348
Cofre de Previdência do Ministério das Finanças	17	45	32	—	94
Serviços Sociais das Forças Armadas	35	79	64	20	198
Fundação Cardal Cerejeira	156	—	—	—	156
Totais para as instituições beneficiárias	403	529	128	40	1100
Câmara — realojamento ...	201	96	—	—	297
Câmara — hastas públicas	—	128	—	40	168
Totais para a Câmara	201	224	—	40	465
Total global	604	753	128	80	1565

Além destas habitações, encontram-se concluídas na mesma zona 152 casas económicas edificadas pelo Ministério das Obras Públicas.

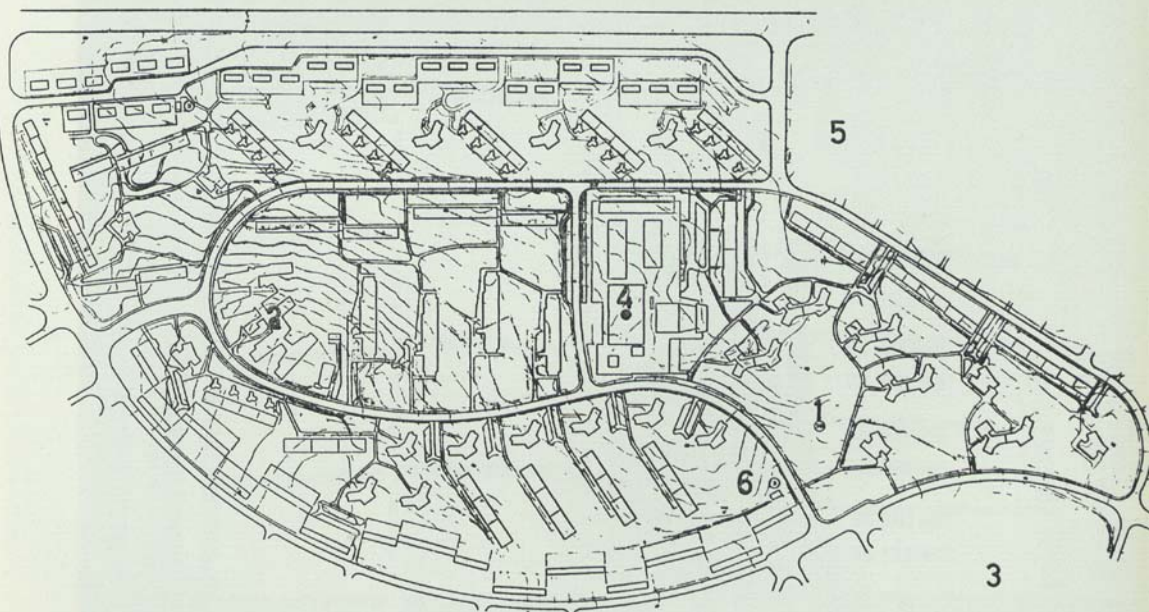
7. Dispõe também a mesma zona do seguinte equipamento:

- Escola primária.
- Escola pré-primária.
- Escola técnica.
- Centro cívico-comercial, com anfiteatro polivalente, biblioteca, café-restaurant, lojas e escritórios.
- 2 garagens colectivas, uma delas com estação de serviço.

Situa-se ainda na mesma zona o viveiro de plantas municipal localizado no extremo nescente da célula.

LEGENDA DO PLANO GERAL

- 1 Escola pré-primária
- 2 Escola primária
- 3 Escola Técnica
- 4 Centro Cívico Comercial
- 5 Garagem Colectiva com estação de serviço
- 6 Garagem colectiva



8. Está em desenvolvimento a revisão do estudo de urbanização duma pequena parcela desta zona por forma a permitir a construção de mais cerca de 200 fogos destinados a outro Plano de distribuição de terrenos, pelo que virão a ficar nela edificadas cerca de 1900 habitações, comportando uma população de cerca de 8500 pessoas.

9. A construção das habitações incluídas no primeiro Plano de distribuição de terrenos encontra-se na seguinte posição:

Habitações concluídas e em construção	1505
Habitações com construção a iniciar no ano corrente	44
Soma	1549

Nota — A diferença para o total do I Plano — 1565 fogos — resulta da revisão do plano de urbanização a que se aludiu atrás e obrigou ao deslocamento de algumas habitações do mesmo Plano para outra zona da Cidade.

10. Dados gerais sobre a zona de Olivais-Norte:

Área urbanizada, descontado o viveiro, 40 hectares.

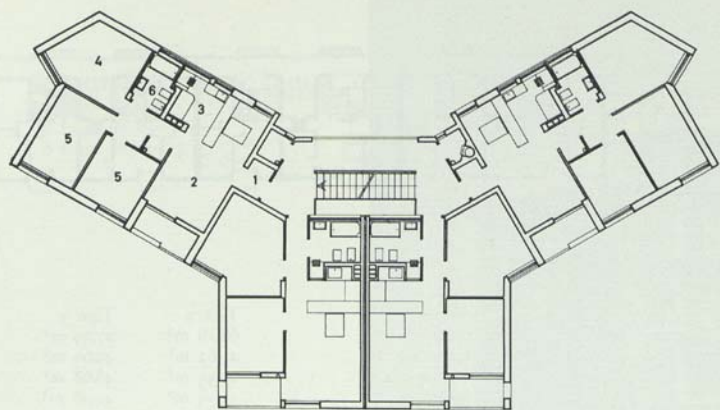
Número de fogos, 1900.

Número de habitantes, 8500.

Densidade bruta, hab./Ha., 200.

Volume dos investimentos necessários à urbanização (em contos):

Aquisição e urbanização dos terrenos	40 000
Construção de habitações	150 000
Outras construções (escola técnica, centro cívico-comercial e garagens colectivas)	20 000
Total	210 000



- 1 — vestíbulo.
- 2 — sala comum
- 3 — cozinha
- 4 — quarto principal
- 5 — quarto
- 6 — lavadouro

EDIFÍCIO DE 4 PISOS

8 fogos do tipo 2

8 fogos do tipo 3

FICHA TÉCNICA

Arquitecto: João B. V. Esteves

Eng.º civil: Vasco Gonçalves

Construtor: Eng.º Antunes Ferreira

ÁREAS

bruta

total útil

útil líquida

habitável

Tipo 2

50,17 m²

47,92 m²

45,06 m²

34,60 m²

Tipo 3

80,11 m²

61,36 m²

59,59 m²

46,77 m²

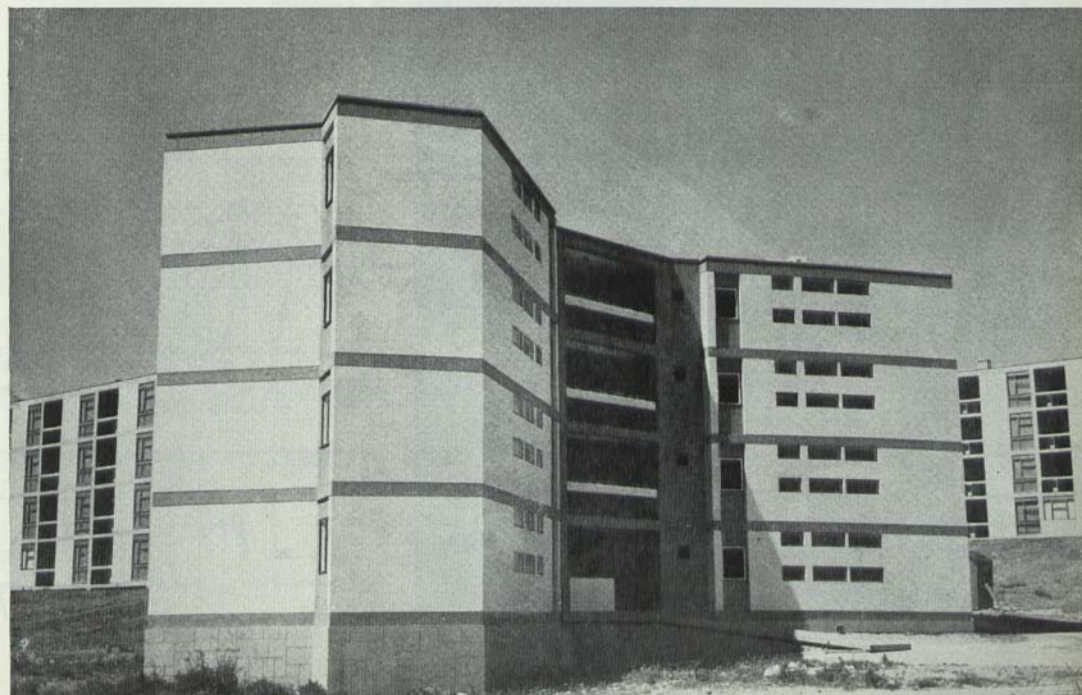
CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

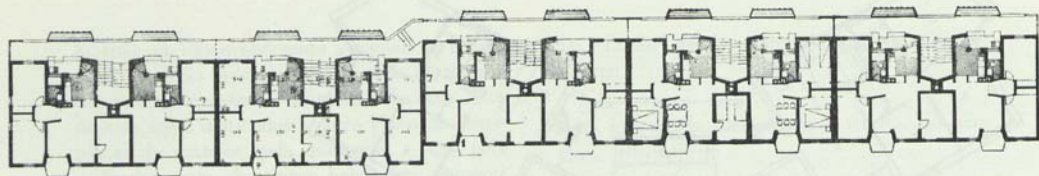
orçamentado:

999 000\$00

adjudicado:

1 082 000\$00





EDIFÍCIO DE 4 PISOS

40 fogos do tipo 2

40 fogos do tipo 3

FICHA TÉCNICA

Arquitectos: Braula Reis

João Matoso

Eng.º civil: F. Duarte Silva

Construtor: Sociedade de Construções Lopes e Irmão

ÁREAS

bruta

total útil

útil líquida

habitável

não encerrada

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:

adjudicado:

Tipo 2

68,16 m²

41,63 m²

40,35 m²

33,75 m²

4,71 m²

Tipo 3

77,59 m²

49,69 m²

48,68 m²

42,08 m²

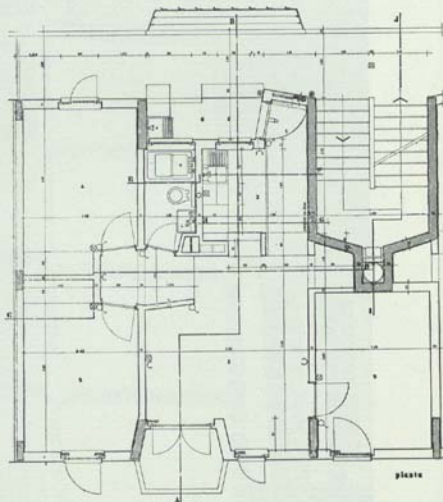
4,71 m²

9 250 000\$00

10 435 700\$00



- 1 — vestíbulo.
- 2 — sala comum
- 3 — cozinha
- 4 — quarto principal
- 5 — quarto
- 6 — lavadouro



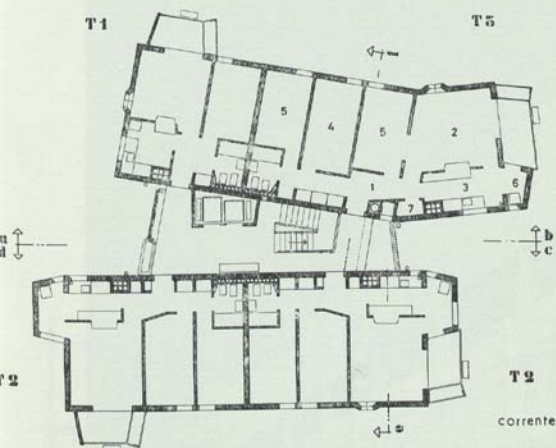
planta

EDIFÍCIO DE 8 PISOS

- 8 fogos do tipo 1
- 16 fogos do tipo 2
- 8 fogos do tipo 3



- 1 — vestíbulo.
- 2 — sala comum
- 3 — cozinha
- 4 — quarto principal
- 5 — quarto
- 6 — lavadouro
- 7 — arrecadação



FICHA TÉCNICA

Arquitectos: Nuno Teotónio Pereira
António Freitas

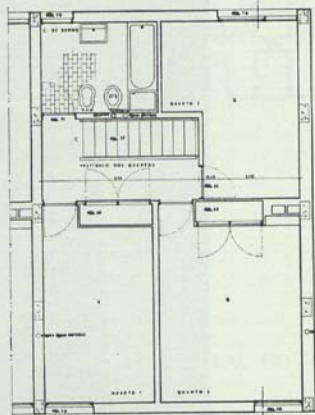
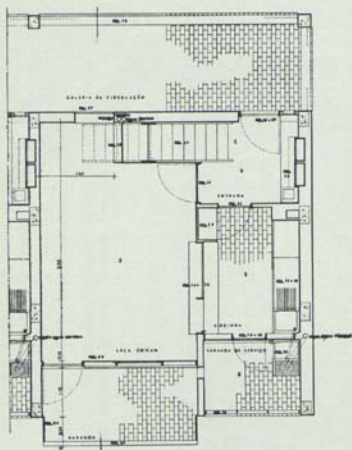
Eng.º civil: Ruy José Gomes

Construtor: João Cândido da Silva Júnior.

ÁREAS	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
bruta	59,29 m ²	81,19 m ²	103,55 m ²
total útil	38,50 m ²	58,55 m ²	77,22 m ²
útil líquida	34 m ²	53 m ²	73,40 m ²
habitável	28 m ²	43,40 m ²	57,20 m ²
não encerrada	4,04 m ²	4,04 m ²	4,16 m ²

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:	2 995 000\$00
adjudicado:	2 869 500\$00



HABITAÇÕES
EM DUPLEX

- 1 — vestibulo.
- 2 — sala comum
- 3 — cozinha
- 4 — quarto principal
- 5 — quarto
- 6 — lavadouro

EDIFÍCIO DE 4 PISOS

20 fogos do tipo 3

20 fogos do tipo 4

FICHA TÉCNICA

Arquitectos: Pedro Cid

Fernando Torres

Eng.º civil: António Gonçalves

Construtor: António Pereira Campos

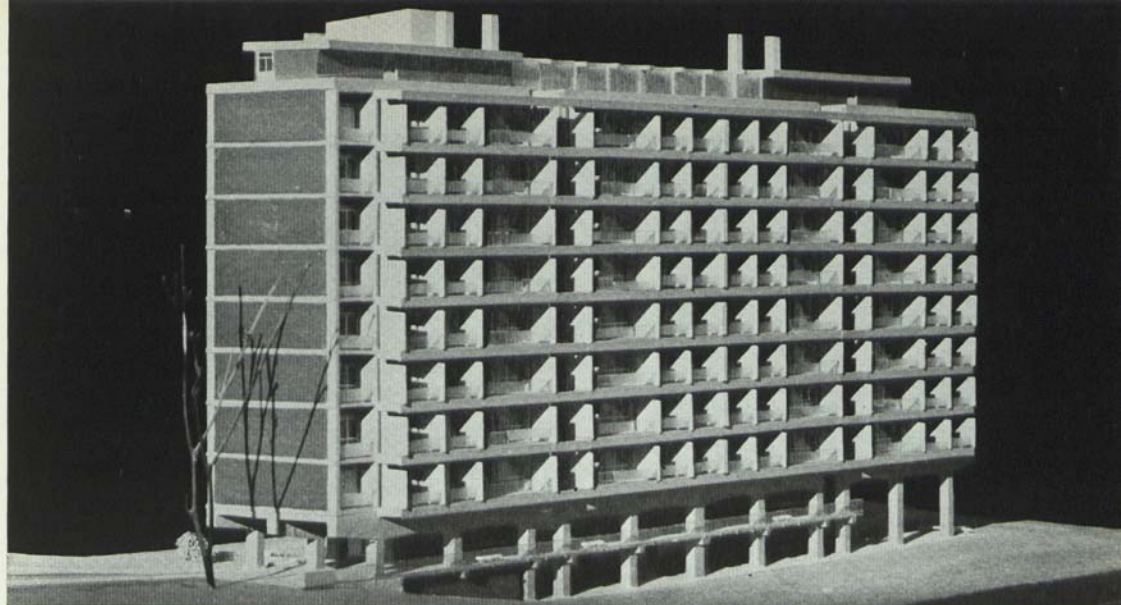
ÁREAS

	Tipo 3	Tipo 4
bruta	105,28 m ²	107,83 m ²
total útil	79,43 m ²	88,06 m ²
útil líquida	71,24 m ²	77,51 m ²
habitável	55,17 m ²	61,44 m ²
não encerrada	6,12 m ²	6,12 m ²

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:	3 087 140\$00
adjudicado:	5 389 235\$00





EDIFÍCIO DE 8 PISOS

16 fogos do tipo 3

16 fogos do tipo 4

FICHA TÉCNICA

Arquitetos: Pires Martins
Palma de Melo

Eng.º civil: Jaime Pereira Gomes

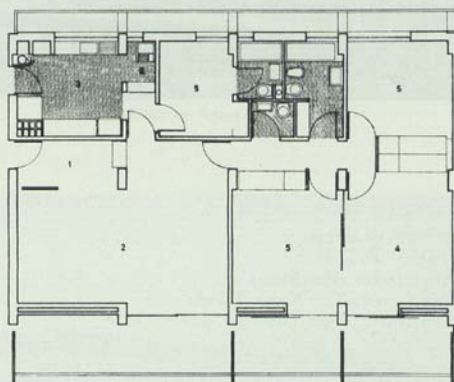
Construtor: Francisco da Costa M. Parente

ÁREAS

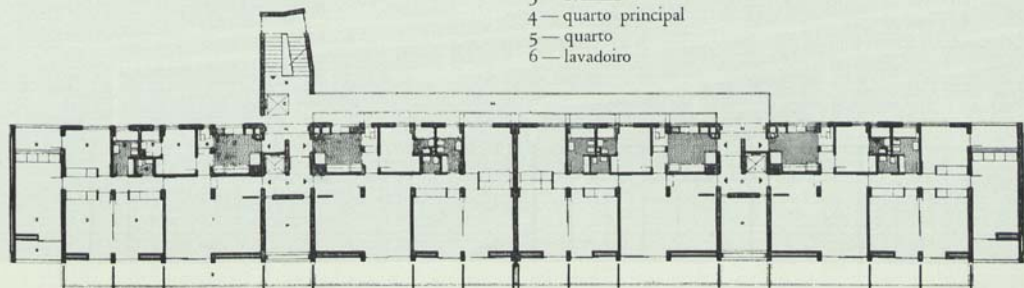
	Tipo 3	Tipo 4
bruta	198,25 m ²	224,60 m ²
total útil	119,03 m ²	139,14 m ²
útil líquida	107,87 m ²	139,91 m ²
habitável	96,14 m ²	113,05 m ²
não encerrada	26,85 m ²	37,05 m ²

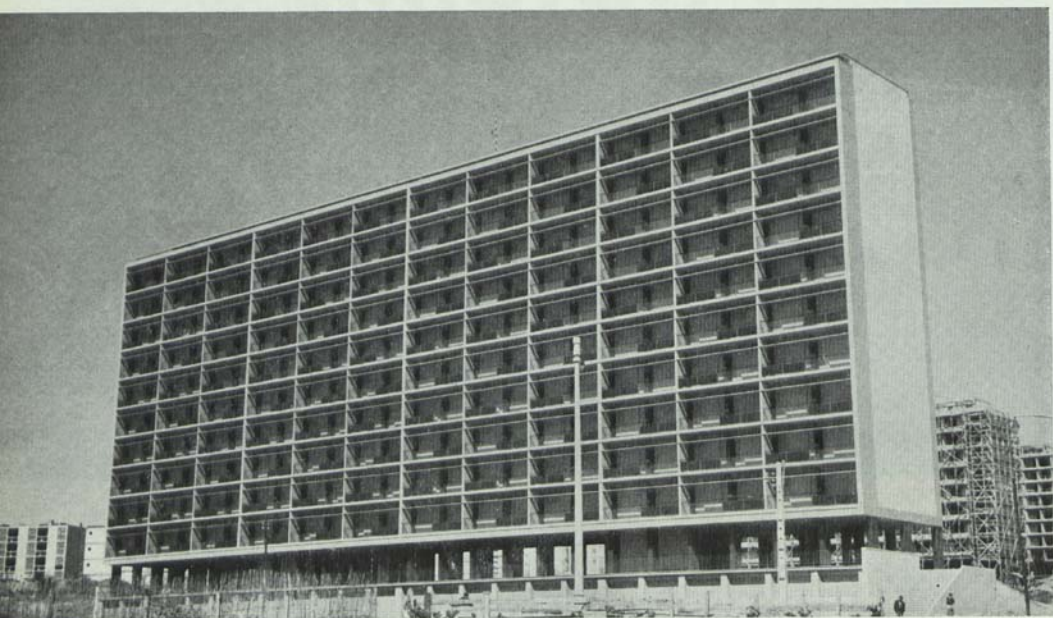
CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:	9 491 900\$00
adjudicado:	9 450 000\$00



- 1 — Vestibulo
- 2 — sala comum
- 3 — cozinha
- 4 — quarto principal
- 5 — quarto
- 6 — lavadouro





EDIFÍCIO DE 12 PISOS

20 fogos do tipo 4

FICHA TÉCNICA

Arquitecto: Abel Manta

Eng.º civil: Tito Nunes Tavares

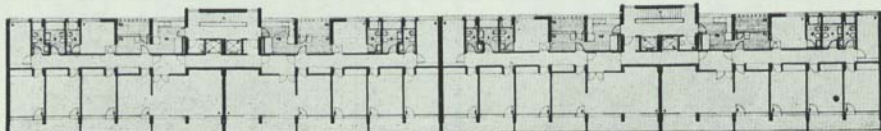
Construtor: Pires Fernandes, Irmãos, Ltd.ª

ÁREAS

	Tipo 4
bruta	227,21 m ²
total útil	161,69 m ²
útil líquida	150,66 m ²
habitável	103,75 m ²
não encerrada	28,47 m ²

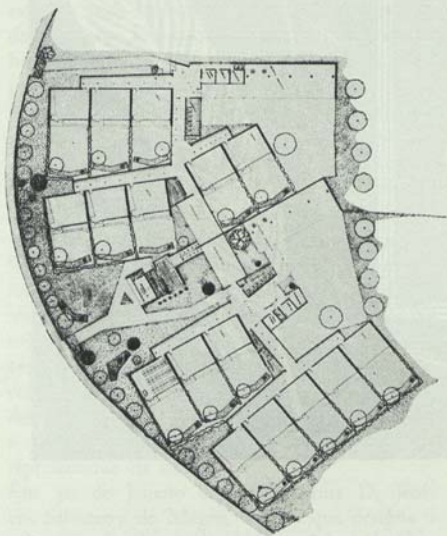
CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:	4 580 000\$00
adjudicado:	6 993 900\$00



ESCOLA PRIMÁRIA DE OLIVAIS-NORTE

Arqs.
Vitor Palla
Benito de Almeida

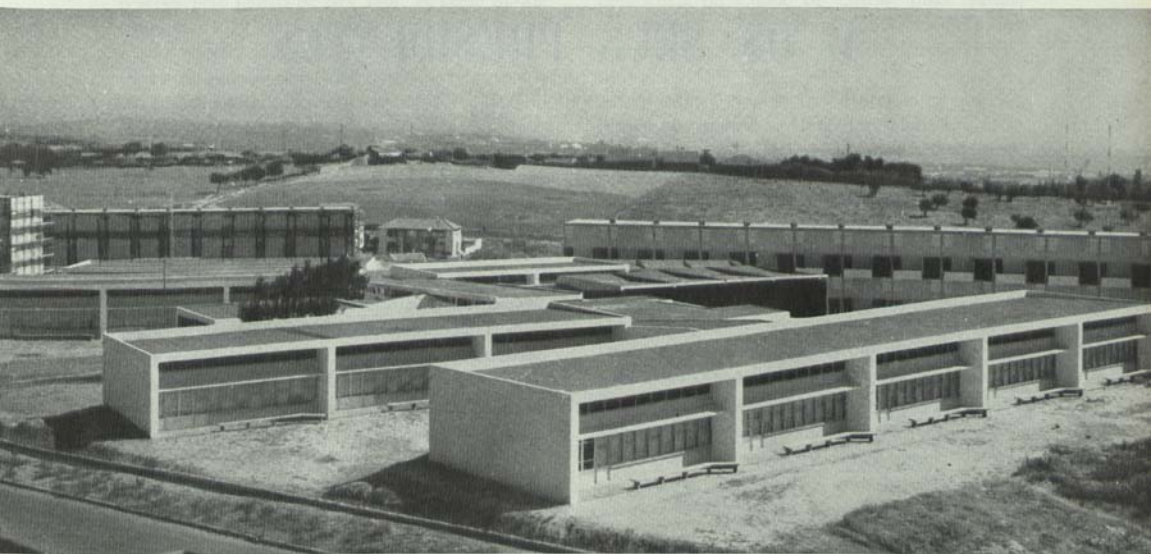


BLOCO ESCOLAR:

16 salas de aula.
Instalações dos professores.
Serviços médicos.
Caixa Escolar.
Secretaria.
Refeitório e serviços anexos.
Sanitários.
Recreio coberto.

INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES:

Biblioteca.
Salão de festas.





O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(CONTINUAÇÃO DO N.º 96)

POR FERREIRA DE ANDRADE

HENRIQUE JOSÉ MARIA
DE CARVALHO E MELO

2.º CONDE DE OEIRAS

1770-1779

Estava em pleno auge o consulado do já então (1769) Marquês de Pombal. A reconstrução da cidade mártir seguia num ritmo normal, moroso decerto para o muito que urgia acabar e delinear, mas firme e em obediência a planos estudados com critérios seguros e de harmonia

com as exigências urbanísticas experimentadas já nos principais centros europeus. Lisboa ia, assim, «normalizando» o seu aspecto de grande cidade, despida, muito embora, de monumentos, mas «toucada», onde a onde, de motivos arquitectónicos, de traços de uma beleza indiscutível: os seus chafarizes, os seus arcos, as suas capelinhas, os edifícios medievais que teimosamente resistiam ainda, seus solares, seus portais manuelinos e, como testemunhas de duas épocas áureas da urbe, a Torre de Belém e o Aqueduto das Águas Livres.

Em todos os seus aspectos, político, social, religioso e económico, Lisboa era, decerto, uma outra cidade. A acção do Marquês de Pombal ia, pouco a pouco, transformando não só o «facies» da cidade do Tejo, mas a sua própria «alma». Sem exagero, pode-se afirmar que à frente do Senado da mui nobre Lisboa continuavam a existir um só homem, uma só força e uma só vontade: a do poderoso ministro de D. José.

Finda a gerência do Marquês de Alegrete, anos passaram sem que Pombal designasse novo presidente. Toda a direcção da difícil tarefa de reconstruir a cidade dele dependia directamente. Nomeado Paulo de Carvalho, pouco mudaram as normas até então seguidas. Sebastião José de Carvalho e Melo continuou a predominar na direcção do Senado e, morto seu irmão, fácil não seria encontrar quem o substituisse, quem se sujeitasse, como ele, a não ser mais do que uma apagada figura representativa. E, assim, concebida, com a fria e calma premeditação do arguto e déspota ministro, só uma solução se lhe deparou: a nomeação de seu filho para o alto cargo de representante da cidade.

Em 30 de Janeiro de 1770 assina D. José, em Salvaterra de Magos, a carta que designa o 2.º conde de Oeiras (¹), Henrique José de Carvalho e Melo, presidente do Senado (²), para o servir pelo tempo de três anos. A posse foi-lhe conferida a 13 de Fevereiro. Nesse mesmo dia recebe o novo presidente a mensagem congratulatória do juiz do povo, Silvestre Carreira, eivada de um mesquinho sentimento adulator, espelho fiel da época que Portugal vivia (³).

«Quem, senão V. Ex.ª — lê-se na mensagem — poderia suceder em tão alta dignidade, depois de ocupada pelo E.º e Rev.º Sr. Paulo de Carvalho de Mendonça, cujas memorias trazem consigo o mais valente e poderoso elogio?» E mais adiante: «... porém, nos congratulamos e felicitamos a nós mesmos por tão grande honra e mercê que Sua Majestade nos fez em conceder-nos o mesmo que apeteçíamos, porque ficamos seguros que V. Ex.ª, por desempenho das gloriosas acções e sempre gratas memórias que este

reino conferia e conferirá sempre aos Ex.ººº progenitores de V. Ex.ª, como edis da pátria e glória lusitana, fará nesta sua presidência com que os grandes se satisfaçam, os pequenos se gloriem e o povo se felicite, os officios e artes mecánicas se aumentem e todo o Governo económico seja ilustrado, como dirigido pelas acertadas máximas de V. Ex.ª».

Mas não ficou por aqui a acção do torpe servilismo da Casa dos Vinte e Quatro. Assinada igualmente pelo juiz do povo, é enviada também uma carta a D. José. Transcrevêmo-la na íntegra, porque nela ressalta, de facto, como referimos, toda uma atmosfera de adulação, de sabujice, de incrível atitude encomiástica da outrora independente e, por vezes até, irreverente Casa dos Vinte e Quatro (⁴):

«Senhor — Quando o povo desta Capital estava sentindo a falta de um presidente do Senado como Paulo de Carvalho e Mendonça que, pelas suas acertadas providências, tinha constituído uma grande parte do felicissimo (⁵) governo de V. Majestade, seguindo as verdadeiras máximas inspiradas do seu trono sempre augusto, veio socorrê-lo aquela inexaurível e interminável clemência, com que V. Majestade em todos os tempos se compadeceu sempre dos seus fiéis e humildes vassallos, fazendo substituir a mesma presidência no Conde de Oeiras, filho, vassallo tão distinto e benemérito, como instruído nas preciosísimas máximas do seu illustre progenitor».

«Não cabem, Senhor, na expressão os precisos termos de mostrar a Casa dos Vinte e Quatro e o povo desta capital as verdadeiras demonstrações do quanto, por todos os benefícios recebidos dos inexauríveis tesouros da magnanimidade de V. Majestade, se contemplam felizes de serem vassallos de tão supremo como clementíssimo monarca».

★

Baldadas foram as pesquisas que efectuámos para alguma coisa se saber sobre a figura do 2.º Conde de Oeiras. Pouco mais se conhece: que nasceu em 1748 e morreu no Rio de Janeiro a 26 de

(¹) Desde 1764.

(²) *Livro Carmesim*, fls. 226 e 226 v.

(³) *Livro de Registos*, tomo II, da Casa dos Vinte e Quatro, fl. 61.

(⁴) *Idem*, fl. 61 v.

(⁵) *Felicissimo* (¹). «Escreve-se isto 15 anos depois do terramoto...»

Abril de 1812; que foi, por duas vezes, presidente do Senado de Lisboa e gentil-homem da Rainha D. Maria I; que casou em 1764 e recebeu o título de Marquês de Pombal por carta régia de 26 de Junho de 1786.

Segundo a opinião de Beckford (*), Henrique José de Carvalho e Melo era já em Junho de 1787 «um homem gasto pelo jogo e pela luxúria», mas havia nele «um à-vontade e uma elegância nas suas maneiras nada vulgares em Portugal». E Beckford acrescenta: «Embora ele seja das maiores fortunas portuguesas, cerca de cento e dez mil coroas de rendimento anual, quis-me fazer acreditar que o pai tinha morrido em péssimas circunstâncias, sobrecarregado de dívidas contraídas para manter a dignidade da sua posição e a honra do País». E, mais adiante: «Quanto mais conheço o Marquês, mais razões tenho para gostar dele».

★

Deportado para Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, após a morte de D. José, afastados seus áulicos e amigos, dá-se, no entanto, na cena política portuguesa um facto de difícil compreensão. À frente do Senado e na Corte, o jovem Conde de Oeiras, 29 anos apenas, continua como servidor da Rainha. Se, por um lado, é de estranhar a benevolência régia, não é menos de espantar a atitude de Henrique José de Carvalho e Melo perante as perseguições a seu Pai. A tudo se resignou o insinuante Conde de Oeiras, inclusive a servir os responsáveis pelo julgamento atroz do velho e doente Marquês.

★

Antes de nos referirmos às principais obras ordenadas na cidade pelo Conde de Oeiras, apontemos, por ordem cronológica, os factos principais ocorridos durante a sua gerência.

Pouco tempo depois da sua posse foi promulgada uma nova divisão administrativa da cidade (†).

(*) *Diário de William Beckford* (tradução de João Gaspar Simões).

(†) 8 de Abril de 1770. Texto publicado na íntegra na obra *Lisboa do meu tempo e do passado*, de João Paulo Freire (Mário), vol. 1, págs. 315 e segs.

O número de freguesias passou de 37 para 40, com a criação da paróquia de Santa Joana (depois Coração de Jesus) e da do Senhor Jesus da Boa Morte (hoje do Salvador). Dez anos mais tarde, após a queda de Pombal, um outro decreto (*) determina uma nova delimitação às freguesias existentes, trasladando algumas e aumentando a área de outras. A freguesia de Nossa Senhora da Ajuda é incluída na cidade. Porém, com a extinção da nova freguesia de S. Salvador, que voltou para Alfama, a cidade continuou com as mesmas 40 freguesias.

★

No capítulo anterior, ao esboçarmos a gerência de Paulo de Carvalho e Mendonça lembrámos que, após o terramoto, algumas foram as casas que serviram para sede dos Paços do Concelho e que, em Janeiro de 1770, estes estavam localizados no Palácio do Conde de Sampaio.

A edificação de uma sede própria, com a dignidade necessária, era urgente. Deste modo pensava decerto o Marquês de Pombal que, assim, instruíra seu filho, logo nos primórdios da sua presidência, a levar a cabo a obra indispensável. O decreto de 17 de Março de 1770 (†) demonstra esse desejo, ao autorizar a Câmara a vender os directos domínios dos prazos que tinha na cidade e no seu termo. E o início das obras não se fez esperar. Logo a 5 de Abril começam os trabalhos, executados segundo o risco de Eugénio dos Santos. O local onde se iriam erguer os futuros Paços era então limitado pelas novas ruas: Direita do Arsenal, de El-Rei, Áurea e Praça das Arrematações ou dos Leilões, praça esta que, mais tarde (1783) viria a denominar-se «Praça do Pelourinho».

Menos de quatro anos volvidos é inaugurada a nova Casa da Câmara de Lisboa.

A 27 de Dezembro de 1773 o escrivão do Senado envia a todos os seus membros o seguinte aviso:

«O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Oeiras me ordena diga a V. S.^a que no domingo que vem, que se hão de contar 2 de Janeiro do ano proximo de

(*) 22 de Janeiro de 1780, aprovado em 19 de Abril.

(†) *Livro XVII de consultas e decretos de D. José*, fl. 24.

1774, pelas 3 horas da tarde, vai o mesmo Senhor com todo o tribunal visitar as casas novas onde ha de fazer do dito dia em diante, as suas conferencias, a cujo acto deve V. S.^a assistir vestido de preto, como vogal dele» (10).

A cerimonia realizou-se, de facto, com grande ceremonial (11) nesse mesmo dia 2; e logo a 4 se reuniu pela primeira vez na nova Sala das Sessões o Senado (12).

Como preâmbulo da pragmática a seguir desde então nas magnas assembleias da Câmara, a carta régia de 13 do mês anterior determina os lugares que os vogais do Senado deveriam ocupar, isto é, segundo a hierarquia dos seus cargos, o presidente, vereadores, procuradores da cidade, escrivão da Câmara e procuradores dos mesteres. E o documento estabelece que «quanto à ordem dos ditos assentos se observe o mesmo que há em todos os tribunais; havendo uma só mesa; assentando-se na cabeceira dela o presidente em um banco de espaldar e estofado, colocado em um estrado superior e com uma banca ao lado direito para o seu chapéu, como se pratica em todos os tribunais...; aos dois lados da mesa, em primeiro lugar, os quatro vereadores pelas suas antiguidades; em bancos estofados de espaldar; depois deles, no lado direito, o escrivão da Câmara, em assento igual e no lado esquerdo, em assento também de espaldar, os procuradores da cidade; ultimamente, nos dois lados inferiores, em assentos com espaldar liso, os procuradores dos mesteres».

★

No ano seguinte, a 2 de Maio, a Câmara reúne extraordinariamente na nova «casa do despacho» para «assentar», de «comum acordo», a participação do Senado na «majestosa e sempre plausível inauguração da real estátua equestre de el-rei», que teve lugar no dia 6 de Junho. E várias foram as medidas então deliberadas para que a cidade contribuisse para tão faustoso acontecimento. Entre elas, a Câmara resolveu «que toda a pessoa de qualidade e condição que seja, moradora nesta cidade e seu termo, na noite do

referido dia 6 de Junho e nas duas próximas seguintes, ilumine todas as janelas e portas da sua habitação com o maior aparato e decência que lhe for possível...».

É o dia 6 de Junho chegou, finalmente. Muitos são os documentos, publicados já alguns, outros ainda inéditos, que nos descrevem as soleníssimas cerimónias da inauguração do bronze maravilhoso de Machado de Castro.

Lado a lado, o Marquês de Pombal e seu filho, dirigiram-se, pelas duas e meia da tarde, em cortejo esplendoroso, aos Paços do Concelho, e daqui, três horas depois — precisa um dos documentos publicados — saíram em direcção ao Terreiro do Paço. Acompanhado pelo Conselheiro Joaquim Inácio da Cruz Sobral, o poderoso ministro «descobre», então, a estátua; e, não só a figura do monarca, mas, também, a sua própria effigie.

(Curioso é notar — isto num breve parêntese — que, uns anos depois, deposto o Marquês de Pombal, o 2.º Conde de Oeiras tolera, ainda como presidente do Senado, a ignomínia de ser retirado da estátua o busto de seu Pai...).

Lisboa assistira, de facto, a uma das cerimónias mais imponentes de que fora teatro a magnífica praça, embora inacabada ainda; «vivera» um dos dias mais festivos de toda a sua história.

Henrique de Carvalho e Melo não se eximiu a imprimir às cerimónias um cunho de extraordinária grandeza. Em verdade, mais do que uma homenagem ao Rei, a inauguração do monumento traduziu o aplauso público à obra de seu Pai.

Freire de Oliveira, compulsando os documentos do arquivo municipal, apresenta-nos uma cifra deveras significativa e que bem demonstra a magnificência de que se revestiram os festejos: oitenta e dois contos, verba extraordinária para a época e para as possibilidades da Câmara.

Já então, desde 1 de Fevereiro do ano anterior, o Conde de Oeiras havia sido reconduzido no lugar (13).

★

Não é fácil, por motivos já apontados — a interferência dos poderes públicos na condução dos trabalhos da reedificação de Lisboa — traçarmos

(10) *Elementos, etc.*, vol. XVII, pág. 433.

(11) *Gabinete Histórico*, vol. XVII, pág. 118.

(12) *Elementos, etc.*, vol. XVII, pág. 272.

(13) *Elementos, etc.*, vol. XVII, pág. 399.

uma resenha das obras mandadas executar pela Câmara durante os nove anos da presidência do 2.º Conde de Oeiras.

Não tinham desaparecido ainda muitas das ruínas causadas pelo terramoto. A reconstrução da cidade caminhava lentamente. Já se notavam contudo os traçados das principais artérias da Baixa. É curioso recordar o testemunho de um viajante espanhol, que nos descreve a cidade no ano de 1772⁽¹⁴⁾. Lê-se num dos seus parágrafos: «La lamentable ruina del terremoto, y fuego (mas voraces en una grande planicie, que hace la orilla del Rio) se va convirtiendo en beneficio y femosura de la ciudad, sin cuya grande nobedad, jamas hubiera podido lograrle: Han acavado de arruinarlas, y planteado de nuevo seis calles maestras, y otras seis traviesas todas rectas, sobre las que estan ya construidas quasi todas las casas de una fabrica fuerte uniforme, y hermosa, con quantas precauciones ha administrado el discurso para el fracaso de terremotos, y fuego: Quedando dos Plazas perfectamente quadradas, maníficas, y grandes, que dentro de 50 años seran las mejores de Europa: En una cuio lado meridional lo hace el tajo de tres leguas de ancho; se esta haciendo una Portada hostentosa en donde colocan la Estatua Equestre del Rey actual; hecha de Bronce, y a sus lados dos casas para la que llaman Bolsa del Comercio y Audiencia...».

Estava já, como referimos, delineada a nossa actual Baixa; erguidos os edifícios que limitavam as principais artérias.

Na Biblioteca Nacional existe um documento⁽¹⁵⁾, ainda inédito, que se intitula «Relação de todas as obras e Calçadas, Pontes, Muros e outros reparos que mandou fazer o Illustrissimo e Exce-

lentissimo Conde de Oeiras, em todo o tempo que foi presidente do Senado da Camara». Este manuscrito pouco nos elucidava, no entanto, sobre quaisquer obras de vulto então realizadas. Depois de se referir ao «Sumptuoso Edefficio do Tribunal do Senado ...com todas as suas pertenças», ao Depósito Público, Casa dos Vinte e Quatro, Praças da Ribeira Nova e de S. Paulo e da Praça da Figueira, enumera vários trabalhos feitos em muros, cortinas e chafarizes.

É ainda curioso notar que o documento termina recordando que todas essas obras foram feitas sem que o Senado tivesse necessidade de recorrer «se não ao que era seu próprio, por títulos os mais legítimos e os mais autenticos».

Teria sido esta relação mandada elaborar pelo Conde de Oeiras para justificar, ao retirar-se da Câmara, a sua acção, como presidente, liberta de qualquer auxílio ou amparo do Governo? Não deixa de facto de causar espanto a circunstância de Henrique de Carvalho e Melo ter continuado à frente do Senado após a «queda» de seu Pai. Reconduzido no cargo novamente em Janeiro de 1776, recebe, menos de três anos depois, a quarta confirmação do seu mandato. Por motivos que se desconhecem havia-se afastado do lugar temporariamente quase todo o ano de 1778⁽¹⁶⁾, voltando à Câmara pelo menos até Maio do ano seguinte.

Já Marquês de Pombal, acalmados os ânimos, esboçada uma política de justiça e de reconhecimento pela obra grandiosa de seu Pai, embora discutível e justamente criticável em vários aspectos, Henrique José de Carvalho e Melo volta a ocupar o cargo de presidente do Senado de Lisboa.

(Continua)

(14) Publicado pelo Dr. Fidelino de Figueiredo em 1933.

(15) *Pombalina*, 646, fl. 278.

(16) *Livro 23 de assuntos do Senado*. Foi substituído pelo vereador Manuel Freire de Andrade (*Livro 24 de Assuntos*).





ACONTE CIMEN- TOS CITA- DINOS

O CAPITÃO HORTA DA VEIGA TOMA POSSE DO SEU
NOVO CARGO DE COMANDANTE DA POLÍCIA
MUNICIPAL—O ELOGIO DO EMPOSSADO
FEITO PELO PRESIDENTE DA C. M. L.





INAUGURAÇÃO DA
«EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS
ESCOLARES SOBRE TEMAS DA
HISTÓRIA DE LISBOA»
NO PALÁCIO GALVEIAS,
COM A PRESENÇA DO
MINISTRO DA EDUCAÇÃO
NACIONAL



APRESENTAÇÃO
DE CUMPRIMENTOS
À C. M. L., PELAS
DELEGADAS DA MOCIDADE
PORTUGUESA FEMININA
DO ULTRAMAR

VISITA DO MINISTRO
DO INTERIOR A OBRAS
MUNICIPAIS EM CURSO



NO BAIRRO PADRE CRUZ



NO BAIRRO DOS OLIVAIS

NO BAIRRO DOS OLIVAIS





O SR. SIMÃO CUNHA TENREIRO
FAZENDO ENTREGA DE UMA
MENSAGEM DO «MAYOR» DE
NOVA BEDFORD,
AO PRESIDENTE DA C. M. L.



O SR. CARLTON SMITH,
EM NOME DO «MAYOR»
DE NOVA BEDFORD, APRESENTA
CUMPRIMENTOS À C. M. L.



RECEPÇÃO NA C. M. L.
AOS COMPONENTES
DA «FRENTE DE JUVENTUDES
ESPANHOLAS»
—OS CUMPRIMENTOS
DO PRESIDENTE



O GRUPO DE BAILADOS «VERDE-GAIO», NO PARQUE EDUARDO VII — UM ASPECTO DA ASSISTENCIA, COM A PRESENÇA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA E ESPOSA

RECEPÇÃO NA C. M. L. À DIRECÇÃO DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS FARMACEUTICOS CATÓLICOS E COMISSÃO EXECUTIVA DO VII CONGRESSO — O DISCURSO DO PRESIDENTE DA C. M. L.





O GRUPO DE TEATRO
POPULAR DE LISBOA
NA ESTUFA FRIA

«O SENHOR ROUBADO»,
DE CHAGAS ROQUETE

«TARZAN DO 5.º ESQUERDO»,
DE COSTA FERREIRA

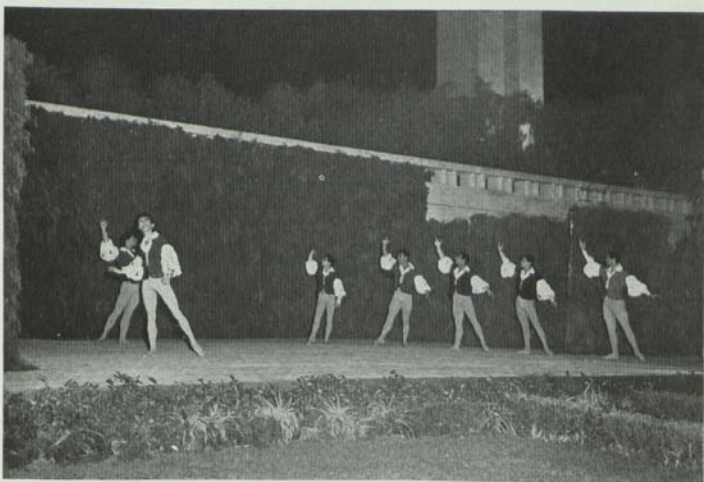


«RECOMPENSA»,
DE RAMADA CURTO

O GRUPO DE BAILADOS
«VERDE-GAIO»
NO PARQUE EDUARDO VII



«PASTORAL»



«PASTORAL»



«O HOMEM DO CRAVO»



MANIFESTAÇÃO AO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO
DE APOIO A POLITICA ULTRAMARINA
— OS MANIFESTANTES NA PRAÇA DO COMERCIO

MANIFESTAÇÃO
AO SR. PRESIDENTE DO
CONSELHO
DE APOIO À POLÍTICA
ULTRAMARINA
— DESFILE DOS
MANIFESTANTES
NA RUA AUGUSTA





HOMENAGEM
A MATOS SEQUEIRA
—O DR. AUGUSTO
DE CASTRO
FAZENDO O ELOGIO
DO HOMENAGEADO



O SR. FLORIVAL BARLETTI,
VEREADOR DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SANTOS,
ACOMPANHADO
DE SUA ESPOSA,
FAZ ENTREGA
DE UMA MENSAGEM
A CÂMARA MUNICIPAL
DE LISBOA

O DR. FRANCISCO PEREIRA
SÃO BRÁS TOMA POSSE
DO CARGO DE CHEFE DE
REPARTIÇÃO DA Direcção
DOS SERVIÇOS
CENTRAIS E CULTURAIS



A COMPANHADO
PELO PROF. DR. CID DOS
SANTOS, O PROF. ALTON
OSCHNER E SUA ESPOSA
APRESENTAM
CUMPRIMENTOS
NA CÂMARA MUNICIPAL
DE LISBOA





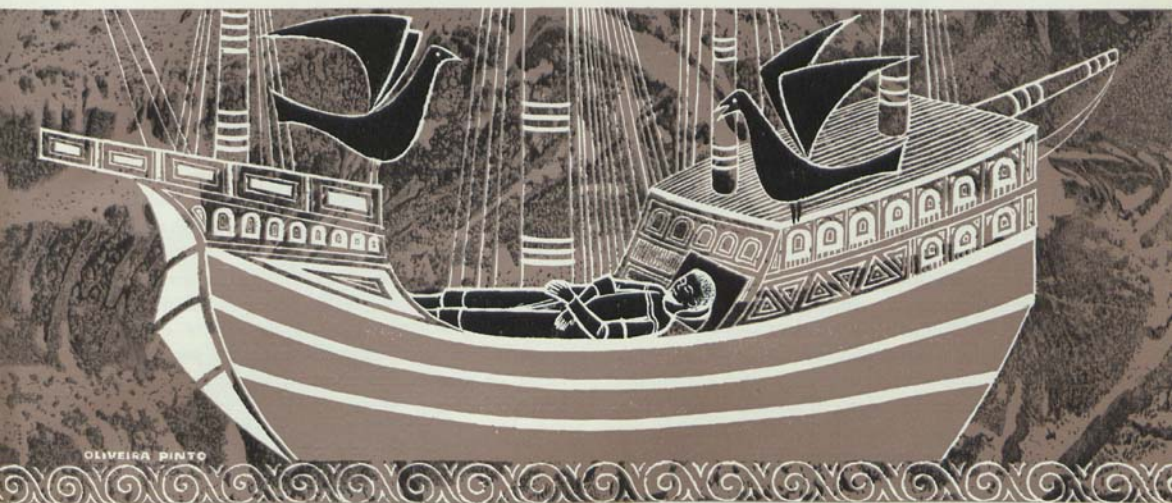
VISITA DOS MEMBROS DO CONSELHO
MUNICIPAL DE PARIS
AOS SERVIÇOS DA C. M. L.
—NO MERCADO DO CHÃO DO LOUREIRO

VISITA DOS MEMBROS DO CONSELHO
MUNICIPAL DE PARIS
AOS SERVIÇOS DA C. M. L.
—NO MATADOURO





IGREJA DE S. ROQUE — CAPELA DE S. JOÃO BAPTISTA



SÃO VICENTE

O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA

POR P.^{FE} JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

II PARTE

RELIQUIAS, CULTO E SUBSIDIOS PARA O ESTUDO DA ICONO- GRAFIA DE SÃO VICENTE

1) — *Nota prévia:*

Como que vamos entrar em novo capítulo sobre a vida de São Vicente, vida que ultrapassou o «Sepulcro vazio», vida imorredoura entre os homens, principalmente entre aqueles homens valorosos que amam os heróis não apenas nas suas epopeias mas até procurando imitar as altas virtudes, entre esses homens que procuram cingir a espada da honra e que, como os Romanos de velhos tempos aspiravam envergar a túnica de púrpura dos consules, sinal de que eram considerados «homens para a paz e para a guerra»,

assim também ainda hoje eles querem ser «homens» na felicidade e no infortúnio. É que só os homens de valor podem conhecer o valor dos outros homens.

Este capítulo (seja-nos lícita a expressão...) é, e não pode deixar de ser, cheio de interesse.

De facto, quer queiramos quer não, temos de concordar que há um certame, todo ele espiritual, entre quatro nações para as quais o Mártir VICENTE é objecto da mais profunda admiração e do mais elevado respeito.

Essas nações são a Espanha, a França, a Itália e Portugal.

Através dos tempos o calor espiritual subiu a tal gradação que, coisa curiosa, cada um desses povos o considerou como seu, como muito seu, e por isso cada um o foi esculpindo, vestindo e pintando à sua maneira.

Não lhe dispensam os espanhóis a «aspá», os italianos a «palma», os franceses do Sul o «raisin», o cachinho de uvas (porque protector dos «vignerons») e os portugueses cujos sonhos dourados foram sempre barcos e caravelas, a estimada «nau».

Reconheço que não tenho o talento preciso para me abalançar aos altos problemas da iconografia, no entanto, se não me torno maçador, recordarei o que escrevi de início: — «Não é um Padre-mestre que dita, é um lisboeta que escreve aos outros lisboetas...» mas, sem pretensões de ostentar ciência que não lhe domina o espírito.

Juntamente com os poucos subsídios que nos auxiliariam no estudo da parte iconográfica surgem-nos interessantes narrações e referências desses povos ao seu querido e mui estimado SÃO VICENTE, surgem-nos as manifestações dessa simpatia e até, em horizonte de luz lobrigamos os lugares onde refulgiu o nome do «Grande Cid», como dizem os valencianos referindo-se ao seu protector espiritual. Para complemento do nosso estudo teremos pois de peregrinar pela linha sinuosa do Volturmo que, no seu serpentear, vai engalanando as proximidades do notável ascetério de Monte Cassino, teremos de peregrinar pelas amenas terras de Castres, teremos de peregrinar pelo Cabo Sacro nas nossas costas do Algarve, e, como é natural, voltar em maravilhosa peregrinação à «hermosa» Valência, terra abençoada porque regada pelo sangue dum dos mais insignes mártires que se finou há perto de dezasseis séculos mas que ainda vive na mente daqueles homens que na terra estão cheios, plenos de boa vontade. Sim, vamos já a Valência meditar um pouco perante «el sepulcro vacio».

Como tivemos ocasião de constatar apareceu em Valência, em 1865, um túmulo romano-cristão que, submetido a séria crítica por parte dos arqueólogos, se verificou ser um túmulo do século IV e nada mais nada menos do que o túmulo de SÃO VICENTE MÁRTIR. O túmulo porém estava vazio...

Onde estariam as ossadas ou ao menos as cinzas do diácono oense, melhor, do arqui-diácono que foi luz fulgurante na Sé de Saragoça, daquele que em dias remotos se encontrou à frente dos sete diáconos que, à semelhança das igrejas primitivas se encontravam reunidos na Igreja Episcopal de Saragoça? Onde?

O historiador valenciano Chabás, procurando pulverizar as versões da trasladação das relíquias para Zaragoza, Capua ou Metz, afirma: — «Creyo que ninguna mereca fé sino que el cuerpo de San VICENTE en Valencia». Pena é que não venha a aduzir um único argumento em favor da sua linda afirmação circundada por um bairrismo que ninguém poderá condenar. Afirmando mas não provando deixa-nos ficar na encruzilhada sem resposta segura. Paciência...

Felipe Mateu y Llopes, insigne director da Biblioteca de Barcelona (Artigo em «Valencia Atracion» Fev.º de 1947) é do parecer que algumas lá teriam ficado não excluindo a possibilidade de, que quanto a outras, se tivesse dado uma verdadeira

DISPERSÃO

Há pois que ter calma para que analisando-se as múltiplas versões de autores eclesiásticos (em grande parte firmadas na base de «pro domo mea», acrescente-se isto em abono da verdade) possam ser ponderados os seus pormenores e só pondo-as em confronto com os livros litúrgicos das épocas mais próximas dos acontecimentos narrados, se poderá formar uma ideia tanto quanto possível aproximada desta questão ou seja que de facto as relíquias se encontram dispersas por várias regiões o que não é inconcebível visto que sendo uma a Cruz em que Cristo foi crucificado, muitas são as relíquias desse Santo Lenho as quais se encontram dispersas por todo o mundo cristão, esta é a verdade.

Seguindo tal orientação passemos a analisar quais os argumentos e consequentemente os factos que os povos cristãos das nações citadas aduzem em seu favor e assim vamos principiar por

II) — *Espanha:*

Diz o historiador José Sanchis y Sivera na sua «La Diocesis Valentina»: — «Las reliquias de San Vicente, es muy probable, fueran escondidas a otro sitio más seguro, cuando las guerras y continuas revueltas entre los árabes hicieron difícil la situación de los cristianos que habitaban los alrededores de la Roqueta, desapareciendo del lugar donde se habían colocado en los primeros tiempos».



*São Vicente segundo a iconografia valenciana:
Trajes de diácono, aspa (X) com palma e mó*

E, um pouco mais adiante: — «A pesar de lo dicho, la Iglesia de Valencia adoptó en su antiguo Breviario la traslación consignada por la crónica de Aymon, la que se creyó como verdadera, lo mismo que en Francia».

Por nossa parte podemos também acrescentar que antes do século XIII a igreja tarraconense também celebrava os mesmos ofícios da trasladação das relíquias para o mosteiro beneditino de Castres, perto de Albi, em França.

Em face do exposto seja-nos lícito registar aqui uma simples pergunta: — Se essas igrejas celebravam essa festa em data tão próxima da DISPERSÃO (admitindo mesmo qualquer erro no Breviário, o que também é possível) estavam ou não convencidas de que as relíquias no todo ou parte tinham seguida para Castres? ...Qual o bispo que consagrava a memória dum facto destituído de fundamento?

Sanchis y Sivera, na valiosa obra que já citámos, afirma: — «En la actualidad todavía se conservan en la catedral cuatro huesos que se tienen por reliquias de San Vicente mártir, cuya fiesta, eminentemente popular, que se celebra todos los años, prueba el intenso amor, que a través de los siglos, le profesan aun los valencianos». Não há pois que lamentar a falta de relíquias em Valência. De resto, pode afirmar-se que Valência tem a melhor parte das relíquias, se não as do corpo do Mártir e seu insigne padroeiro, que desejava possuir na totalidade, ela tem o seu túmulo, tem o Carcel del Horno, o Carcel de San Valério e San Vicente, a Plaza de la Reina, Figuereta, Plaza de Almoína e la Roquetta (muladar) e creio que com a posse destes lugares, que nunca poderão ser trasladados para outros povos ou nações, Valência pode orgulhar-se de ter nos seus limites, uma das mais belas páginas da vida do Mártir, porque página de carácter e de fortaleza de ânimo. Para glória de Jesuralem basta-lhe ainda hoje a memória do Santo Sepulcro!

O Hostal



Quanto não daria eu para ter na minha querida Lisboa, o célebre «Hostal» para poder repetir aos que por ali passassem, aquela lenda que D. Bernardo Bono y Barber não se cansou de contar ao micro de Rádio Valenciana na sua palestra intitulada «San Vicente, mártir patrono de las ciudades de Lisboa y Valencia» (1956) lenda que faz reviver um drama que se vai repetindo por esse Mundo além, drama que nos arroja para a visão dum quadro horrendo de ver um velho de setenta anos chicoteado e arremessado a soco e a pontapé para um recanto da estrada e de ver um jovem, uma vida em flor, brutalmente atado ao marco divisionário da estrada de Tarragona a Sagunto, como qualquer perro civado de raiva.

A este quadro segue-se outro não menos movimentado de ver o velho Emilio, pescador do Turia, chamar os seus amigos pela calada da noite, preparar o barco para dar fuga aos dois prisioneiros, e, logo que tudo pronto, lançarem-se ao

São Vicente, segundo a iconografia valenciana: Estátua de S. Vicente junto da Ponte «Del Real». Obra moderna, pois a antiga imagem foi destruída pelos «Rojos»



ataque da escolta romana, ataque infeliz que tingiu de sangue as águas do Turia pois em acto de crueldade todos foram decapitados.

Será pura lenda? É possível, mas, se bem repararmos nela, está descrito com exactidão o carácter peninsular, pleno de coragem, de audácia e de abnegação.

Página linda, página dourada no livro da história duma península que dois mares adornam com suas águas espalhando-se nas fulvas areias que vão engalanando os denegridos rochedos, os arautos da firmeza de carácter dos povos que deles são senhores. Que pena a nossa querida Lisboa não ter ao menos esse «Hostal»...

Mas, não vamos apenas à lenda por mais graciosa que seja, estudemos o culto, pois esse é e sempre será a expressão duma realidade mais forte e mais palpável.

A) CULTO de SÃO VICENTE em Espanha:

O culto de SÃO VICENTE não se confinou apenas aos acanhados muros de Valença; o vulto atingido e martirizado, vulto que em muito excedia a média da craveira humana, deveria dar que falar aos maiores daquele tempo; e, quem o iria até cantar por esse agregado de povos que hoje formam a grande Espanha? Quem se acharia com o talento preciso para o fazer? Uma outra figura nobre, fidalga e simpática: o poeta saragoçano *Aurélio Prudêncio Clemente*.

B) PRUDÊNCIO:

Para quem vive nuns tempos de relativa mediocridade espiritual e para quem essa mediocridade se arvorou talvez em regra de vida, poderá ser ingrato o contacto com a alma nobre e generosa de Prudêncio, desse que tendo cingido a toga de romano, em todo o seu fausto, era profundo conhecedor da magistratura e a quem o imperador Teodósio num gesto de reconhecimento presenteara com um elevado grau militar; desse que atingira o máximo das aspirações na vida romana: ser governador de Província.

No fastígio da glória, Prudêncio considera que tudo é efémero, e como todos os que consideram na caducidade dos frutos alimentados no humus fofo da vaidade humana, Prudêncio abandona as grandezas, deixa o seu palácio de governador para se consagrar à glória imorredoura de Deus e dos

Santos. Prudêncio vai já nos cinquenta anos, mas não importa; o seu talento ainda irá refulgir na senda da virtude e então faz-se um cantor, um poeta e poeta de tal ordem que, decorridos séculos, Tixerant pode afirmar que «era um poeta de sangue, com a imaginação viva e o estilo quente e colorido. Podemos mesmo dizer, um dos melhores poetas do século IV, poeta que nimba a sua extraordinária cultura clássica com uma Fé imensamente cristã.

Não obstante um ou outro defeito que nas suas poesias surge aqui ou acolá, pode designar-se, com Mendez y Pelayo, «o poeta lírico mais inspirado que veio ao mundo depois de Horácio e antes de Dante».

C) PERISTEPHANON:

É no 5.º Hino do Peristephanon que ele canta VICENTE, que ele o exalta e até lhe pede numa prece ardente, como a sua alma, para que o Mártir seja seu intercessor junto do trono do Pai, e de Jesus Cristo, para que o perdão divino venha sobre as suas faltas e então num desses arrebatamentos de que só o seu espírito era capaz, dedilha na sua lira poética:

Adesto nunc et percipe
 Voces precantum supplices
 Nostris reatus efficax
 Orator ad thronum Patris
 Miserere nostrarum precum,
 Placatus ut Christus suis
 Inclinet aurem prosperum
 Noxas nec omnes imputet

É ainda através o seu 5.º Hino que o agiologio, na parte que diz respeito a VICENTE, recebe elementos substanciais para a sua formação e mesmo depuração num futuro longínquo. Prudêncio (*) cantara as glórias do mártir pouco tempo depois da sua morte.

(*) Ainda a propósito do 5.º hino do «Peristephanon», recordo com saudade o dia, já longínquo, de 27 de Janeiro de 1918 em que a Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, foi reaberta ao culto no tempo do Presidente da República, Sidónio Pais. Nesse dia, Monsenhor Francisco Esteves de Jesus, prior que suportara durante alguns anos o peso duma demagogia estulta e insidiosa, alegrou-se e com ele os católicos de Lisboa. Radiante distribuía pessoalmente as últimas estrofes desse lindo hino que passo a reproduzir embora noutra lugar se dê na íntegra «A Paixão de S. Vicente» (5.º Hino):

Vincenti, adesto, et percipe
 Voces precantum supplices,
 Nostris reatus efficax
 Orator ad thronum Patris.



Iconografia valenciana. Ao fundo «El Miguelete» e «Nau» com corvos levando as reliquias

Mas, ponhamos de parte os cantores de Prudêncio largamente disseminados na liturgia romana e consideremos um pouco sobre o culto especial dedicado ao valoroso Mártir no território da que um dia seria a grande Espanha.

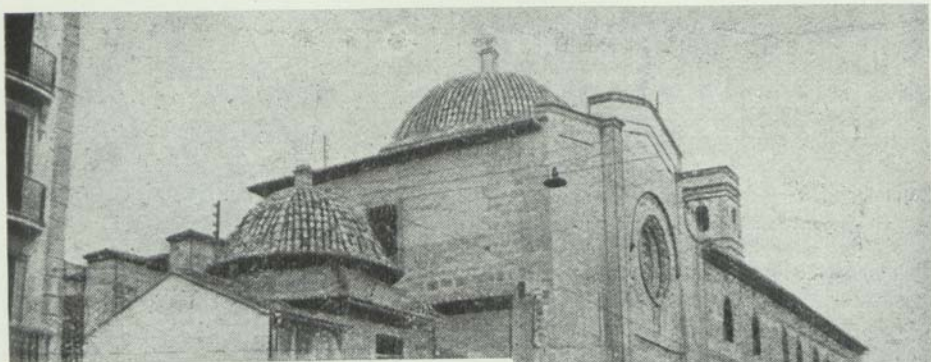
Per te, per illum carcerem,
 Honores augmentum tui,
 Per vincla, flamas, ungulas
 Per carceralem stiptem:

Per fragmen illud testem,
 Quo parta crevit gloria,
 Per quem trementes posteri
 Exosculantur lectulum

Miserere nostrarum precum,
 Placatus ut Christus suis
 Inclinet aurem prosperam,
 Noxas nec omnes imputet.

Si ritem solemnem diem
 Veneramur ore, et pectore
 Si sub tuorum gaudio
 Vestigiorum sternimur;

Paulisper huc tu illabere
 Christi favorem deferens,
 Sensus gravati ut sentiant
 Levamen indulgentiae.



Igreja e Convento de S. Vicente de la Roqueta

D) VALENÇA:

Sendo útil recordar o culto que esta cidade dispensa ao arcebispo de Saragoça, culto que rodeia o cárcere, a coluna, o poço e até a rua por onde o Mártir passou a caminho da prisão, todos devem reconhecer que uma repetição, embora cheia de entusiasmo, iria estorvar num caminho onde todos estão ansiosos por ver o termo.

E) OVIEDO:

Oviedo principiou por um convento fundado por monges durante o reinado de Froila, rei visigodo da Espanha (768), os quais o haviam fundado para nele collocarem algumas relíquias de SÃO VICENTE. Oviedo, fundada por Froila e que um dia lhe recebeu os restos mortais, Oviedo, a velha corte dos reis asturianos, prezava-se acima de tudo de guardar as relíquias do Mártir de Valência.

De facto, mais uma vez S. Vicente triunfara, vencerá... O actual Prior, P.^o José Correia da Cunha, verteu em verso as primeiras estrofes do mesmo 5.^o hino, tradução muito interessante que, devidamente autorizado, passo a reproduzir:

Vicente, Mártir Santo,
Este dia é radioso,
Pois nele ganhaste a palma
De um martírio glorioso

Porque em tal dia venceste
O carrasco e o tirano,
Cristo te leva aos Céus,
Vitorioso e ufano.

F) SARAGOÇA:

Possuía e tinha uma especial veneração pela túnica de SÃO VICENTE e tanto assim era que sendo a cidade cercada pelo rei franco Childeberto, todos os habitantes da cidade organizaram uma procissão de penitência levando a mesma túnica. Também se guardava nesta cidade a estola ensanguentada de SÃO VICENTE, mas um bispo ofereceu-a a Childeberto, que a levou para Paris com grande devoção.

Hoje ao lado dos anjos
Tua veste resplandece,
Foi lavada no teu sangue,
Por isso bela aparece.

Levita da tribo sacra,
Ministro do Santo Altar,
Es coluna da Igreja
Que ajudaste a triunfar.

Em vida triunfador,
Na morte vitorioso,
Não te deixaste dobrar
Pelo tirano orgulhoso

Ó Mártir, por tuas dores,
Escuta os devotos teus:
— Sê para nós pecadores
Advogado junto de Deus.

Pequena amostra de tão linco poema...

G) CATALUNHA (Marca Hispânica):

Nesta região, compreendida entre Aragão e a Aquitania (França), a devoção era grande, celebrando-se com toda a pompa a festa do Santo, pompa que se tornou notória no século IX.

H) SALAMANCA:

Existia nesta cidade uma igreja notável dedicada a SÃO VICENTE a qual foi doada por Berenger, bispo de Salamanca, à abadia de Cluny, doação que foi confirmada pelo Papa Honório II, como consta da carta que escreveu a 6 de Março de 1144, a Pedro, abade de Cluny, conforme afirma Dom Remy Geillier, o qual teria citado Honório II por Celestino II (26 Set. 1143 a 8 Mar. 1144).

Ermida de la Roqueta em Valência



I) IGREJAS E CATEDRAIS:

No século X foi instituído titular da Igreja de Cardona, cidade próxima de Lérida a 86 quilómetros de Barcelona.

As catedrais de Córdova e Sevilha também lhe foram dedicadas.

E, já que toquei ainda que em nota, na mais bela poesia em que o Mártir foi cantado, permitam-me que encerre este capítulo com cantares do povo valenciano ao seu «Primier Patron de la ciudad de Valencia».

Gozos

Ya qué fuisteis del tirano
Vivo y muerto vencedor:
Sed hoy nuestro defensor,
Vicent, Cid Valenciano

A Aragon, tu patrio suelo,
la vida debiste y ser;
Pero a Valencia el nacer
A luz nueva para el cielo;
ella Mártir más que humano,
te dió blasón superior

Diácono de Valero
intérprete, fiel y sabio,
Fué de ambos pechos tu labio
intrépido pregonero;
en diptongo soberano
brilláis oveja e Pastor

Valencia, jardín ameno,
al riego de tus corales
fecundó de celestiales
plantas su fértil terreno;
al sudor de este Hortelano
Vicente Ferrer fué flor

En cruz atado, crueles
Uñas, peines, hierros fieros,
Visten tu cuerpo de aceros
y tu alma de laureles;
fué una muela peso vano
a tangigante valor

Cama componen de cruces
para anadirte martirios
y éstos los vuelves en lirios,
como las llamas en luces;
con el rigor inhumano
cobraste nuevo vigor.

Trueca el tirano sus iras,
y las llamas sus rigores
cama te oferecem de flores
Porque respiras y espíres;
así burlas a Daciano,
y desprecias su rigor.

Venciendo el tirano atroz,
vivo y muerto en mar y tierra,
te guarda un cuervo, à destierra
a tanto bruto feroz;
de los elementos llano
cede el imperio a tu honor.

A vuestra sangre vertida,
llena de prodigios tantos,
de trece Vincentes santos
se debe la ilustre vida;
dejas ía tu nome ufano
lleno de divino olor.

En vuestra hermosa capilla
os veneram los devotos,
donde consagran sus votos
con afecto e fé sencilla;
por ti el preso es libre y sano
deja al enfermo el dolor.

Pues es tan grande excelencia
al tenerte por patrón
asista tu proteccion
à la ciudad de Valencia;
y pues fuistes del tirano
Vivo y muerto vencedor (*).

Estas notas tomadas de passagem, dão-nos a ideia aproximada do culto secular e intenso que a Espanha consagra ao seu querido SÃO VICENTE, culto que se propagou à França, onde, como se vai analisar, atingiu grande esplendor.

III) — França:

A) Factos que precederam a ida, muito discutida, dos restos mortais de São Vicente Mártir, para Castres:

Decorridos mais de dois séculos sobre a morte do glorioso SÃO VICENTE, falecia em Paris (511) aos quarenta e cinco anos de idade, o grande fundador da primeira monarquia franca, CLOVIS.

Vendo próximo o momento de baixar à sua última jazida na terra, o rei legara aos seus quatro filhos, Teodorico (Thierry), Childeberto, Clodo-

(*) Estes «gozos» são a expressão viva não só da Veneração do Mártir, como da alma valenciana, dessa alma inseparável dos encantos da linda Valência e então lá vem «Valência *jardim ameno*», «Plantas su *fertil terreno*» «Sudor de este *hortelano*» tudo recordações da querida e fresca «Huerta» que ornando a cidade, não se pode apagar por um momento que seja, da quente imaginação das gentes do Cid Valenciano.



São Vicente no cárcere consolado pelos anjos

miro e Clotero (Clotario) não só o domínio duma poderosa nação como também o valor inestimável de exemplos de valentia e sacrifício pela pátria, tornada a essa hora, grande, una e poderosa.

Discípulos dum tal mestre, seus filhos procuraram seguir-lhe as pegadas e foi assim que um dia Childeberto e seu irmão Clotário vieram até às muralhas de Saragoça.

Conhecedores do valor militar dos filhos de Clovis, os saragoçanos bem longe de procurarem inútilmente a sua defesa no recurso às armas, entregaram-se às mais austeras penitências, das quais participavam as próprias mulheres, trajando o mais rigoroso luto e cobrindo com cinza os cabelos desganhados.

Nesta atitude tão humilde, tomaram o manto de SÃO VICENTE.

Cantando psalms deram volta aos muros da cidade, levando consigo a preciosa relíquia.

A princípio, os sítiantes, julgaram que se tratava dum ardil de guerra, mas em breve tiveram conhecimento de que eles levavam processionalmente a famosa túnica, pelo que ficaram possuídos do maior respeito.

Chegando à fala com o bispo de Saragoça, o rei pediu-lhe encarecidamente algumas relíquias tendo o bispo cedido a estola ensanguentada do célebre Diácono.

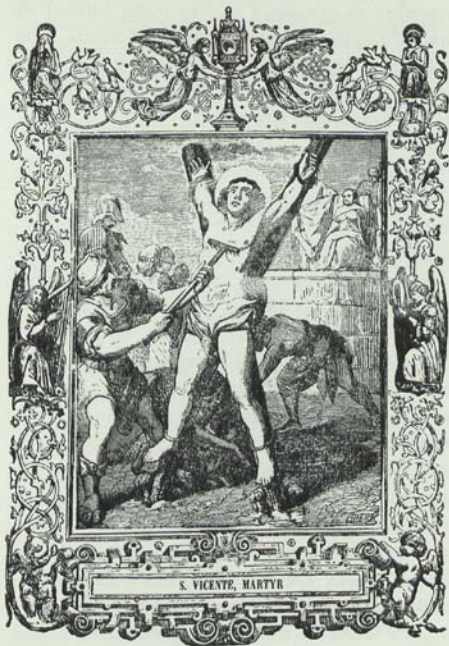
Em atenção a isto os francos levantaram o cerco e, voltando o rei a Paris, fundou uma igreja em honra do Mártir de Valença.

Foi a Igreja de SÃO VICENTE des Prés.

O referido templo que, no rodar dos anos sofreu modificações na invocação, foi inicialmente dotado de muitas preciosidades levadas de Toledo, contando-se entre elas uma cruz de ouro, ornada com ricas pedrarias, motivo porque a igreja tomou a forma duma cruz.

Entre os altares havia o de SÃO VICENTE, no qual ficou a preciosa estola.

São Vicente segundo a iconografia francesa. Antiga gravura dum livro francês da região de Paris



O rei pediu a S. Germano, para estabelecer ali um convento, no que foi atendido e ao qual convento fez doação, alguns dias antes de morrer, de muitas terras do seu património no Auxerrois e no Nivernois, a fim de que houvesse sempre azeite para as lâmpadas e cera para os altares.

Tendo o rei falecido a 23 de Dezembro de 558, foi sepultado nessa igreja, que ainda chegou a ser sagrada por S. Germano a 10 de Janeiro do ano seguinte e à qual foi dado o título de Santa Cruz e de SÃO VICENTE.

Por morte do sagrante, a igreja foi-lhe dedicada ficando a partir de então com o título de: — «San Germain-des-Prés» ou «Fauxbourgs de Paris».

Ao mosteiro foi concedido o privilégio de isenção de toda a jurisdição (excepto a do rei) ficando com liberdade de escolher o seu abade, privilégio que o monge Aimoin transcreveu por inteiro.

A este templo baixou um dia o corpo inerte de Fredegonda, trágica recordação da temível horda dos sicários, trágica recordação de Brunheut, sua emula e vítima na ascensão ao poder. Felizmente que a seu tempo levaram de lá a pedra que assinalava a sua funérea passagem, pedra que ainda existia no século passado e na qual se podia observar a sua imagem meio apagada, com a coroa com flores de liz e a reprodução do rico manto recamado de pedrarias. Se a História dos feitos das mulheres de França, tem suas páginas dignas de ficarem no olvido, também aflora nelas uma Santa Clotilde, que conseguiu vergar o duro Sicambro (Clovis), uma Santa Genoveva, a famosa pastora de Nanterre, que sabia socorrer e compreender os parisienses, mais tarde Joana d'Arc e tantas outras para quem honrar a França era lema pelo qual se vivia ou se morria.

Mas... fechemos o parêntesis e continuemos a narração sobre o grande desejo que tiveram os monges de S. Germain de possuir as relíquias de SÃO VICENTE e bem assim sobre a sua retirada para Emant em virtude das invasões dos Normandos:

Cerca de 845 houve conhecimento no já célebre mosteiro de Paris, que o corpo de SÃO VICENTE, seu padroeiro primitivo, poderia com facilidade ser trazido de Valência, onde o domínio sarraceno aumentava em poderio e em furor contra os cristãos.

Com licença do abade Hilduindo II e munidos de cartas de recomendação do rei Carlos, o Calvo,

partiram os monges Usuardo e Odilard, mas, em Uzés e Viviers souberam que o corpo já não estava em Valência, sendo-lhes dito, embora falsamente, que as relíquias tinham sido levadas para Benevente, na Itália, onde o Mártir também era muito venerado. Perdidas as esperanças de levarem as relíquias do antigo padroeiro, os bons frades foram a Córdova, donde levaram outras relíquias.

No regresso dirigiram-se a Emant (diocese de Sens) para onde a comunidade de S. Germain retirara, com medo dos normandos, levando consigo o corpo do que agora era seu padroeiro. Tal receio não era infundado pois os normandos ao retirarem de Paris, a peso de ouro, levaram entre outras preciosidades, as famosas lâminas de cobre doirado que cobriam o tecto de Saint-Germain-des-Prés.

S. Vicente segundo iconografia do Sul da França. Veste de diácono, na mão direita uma palma e na esquerda um cacho de uvas porque protector dos «vignerons»



Dissipado o temporal, voltaram em 863, sentindo o rei grande alegria, quando soube da chegada das relíquias, tendo então oportunidade para encarregar Usuardo, do qual muito bem conhecia o talento, de compor um Martiriologio, que ainda hoje é digno de consulta. Este Usuardo não é aquele a quem Alcuino dirigiu a 79.^a Carta, mas, como vemos, um monge e por sinal honrado com o sacerdócio.

B) As relíquias de SÃO VICENTE em Castres:

Parece não haver muita dúvida de que uma parte das relíquias de SÃO VICENTE se encontram em França; notemos porém que não foram directamente para Paris, onde estava apenas a estola ensanguentada, foram sim para Castres, na Aquitania, como vamos ver através desta narração cheia de movimento, de colorido e de interesse. Vai contá-la o P.^o Fabre:

«Quase na mesma altura em que no longínquo convento des-Prés se ventilava o assunto das relíquias, também no mosteiro de Conques, diocese de Rodez (no Limousin, sul da França), a questão era agitada; é que os restos mortais de SÃO VICENTE não eram simples mercadoria, nem tão pouco VICENTE figura apagada e por isso o interesse gerado em torno do que fora jovem tão nobre, era sempre crescente.

Foi encarregado da espinhosa missão de ir a Valência buscar as relíquias do Mártir, o monge Audalde, que por sua ousadia conseguiu haver-se bem do feito, ficando a França a dever-lhe a felicidade de as possuir em grande parte.

Toda a rosa porém tem seus espinhos e o pobre Audalde sentiu bem a dor desses aculeos do infortúnio humano quando no regresso, ao passar por Saragoça, foi detido pelo bispo Senior, que prevenido a tempo o obrigou a entregar a bagagem, e, como os tempos não permitiam grandes liberdades apressou-se em enterrar essas relíquias na sua Catedral, após o que o obrigou, servindo-se até do tormento, a declarar de quem eram as relíquias. Em transe tão difícil recorreu o astuto monge ao expediente de dizer que eram de Mártir São Marinho. De nada lhe valeu a falsa declaração pois teve de partir e as relíquias lá ficaram a bom recato na catedral saragoçana.

Não tinha terminado porém a odisseia de Audalde, pois ao chegar ao seu convento sem as relíquias, foi tratado como monge vagabundo, sendo-lhe apontado o caminho do convento de Castres, na Aquitania (sul da França), cuja igreja serve presentemente de Catedral da Diocese.

Uma vez ali, teve a felicidade de ser bem recebido pelo abade Gisleberto, a quem narrou o triste acontecimento.

Finalmente por intermédio de Salomão, conde da Sardenha, o bispo de Saragoça foi obrigado a dar a parte do corpo de SÃO VICENTE que ali ficara e que foi levado para CASTRES em 864».

Por esta forma entraram em França algumas relíquias do Mártir de VALÊNCIA.

C) Outras abadias de SÃO VICENTE:

A devoção que a França consagrou ao Mártir SÃO VICENTE não se limitou apenas ao acto generoso do rei Childeberto, ao entusiasmo de S. Germano, à dedicação dos monges de Saint-Germain-des-Prés-Paris mandando Usuardo e Odilard em busca das relíquias ou ao fervor dos monges de Conques encarregando de idêntica missão Audalde ou mesmo à incomparável alegria dos monges de Castres entrando na posse do que a França tanto ambicionava. A devoção que alastrou por toda a França vêmo-la traduzida na fundação de outros mosteiros, assim:

S. Domnole, bispo de Mans, construiu a *Abadia de Mans*, onde por sua expressa vontade um dia havia de ser enterrado.

Em duas cartas menciona a doação feita e essa abadia, dum parte da cabeça de SÃO VICENTE assim como dum fragmento da grelha de S. Lourenço.

S. Gervásio, nascido em Mans a 2 de Fevereiro de 1007 e que contribuíra para a fundação de tão próspera abadia, quando bispo da diocese, restaurou-a povoando-a de monges e dando-lhe por abade Avesgand. Procurou então que fosse restituído ao mosteiro o que lhe fora roubado, não chegando porém a publicar as cartas necessárias para se conseguir tal, por ter sido transferido para a diocese de Reims.

Também Thierry, *bispo de Metz*, fundou na sua diocese uma abadia em honra de SÃO VICENTE.



Igreja de S.^{to} Germain-des-Prés

Foram os monges desta abadia que fizeram doação dum terra a Siegebert, de Gemblours, em reconhecimento das lições que lhes dera ⁽¹⁰⁾.

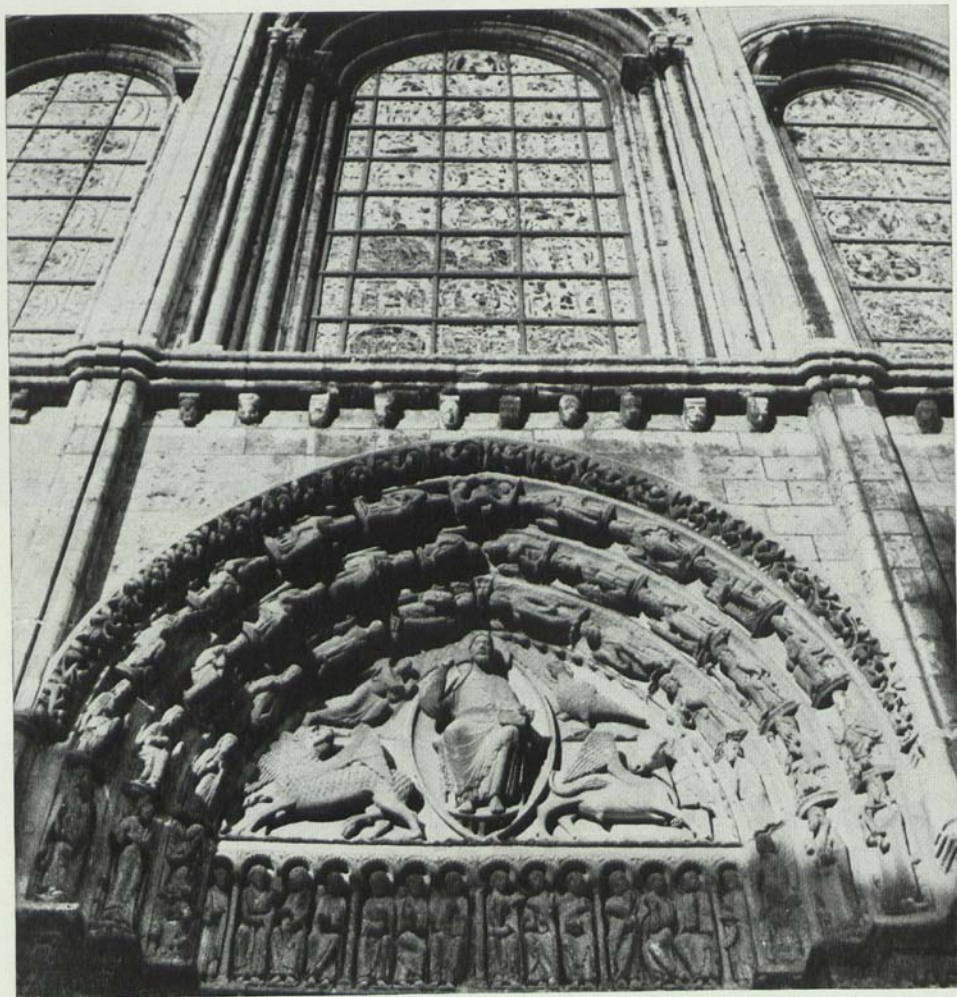
Por sua vez, Ternace, *bispo de Besançon*, fundou no campo de Marte uma igreja em honra dos Santos Marcelino e Pedro, a qual foi depois convertida em abadia da Ordem de S. Bento, sob o título e protecção de SÃO VICENTE.

Em *Tours*, também se dedicou uma igreja a SÃO VICENTE.

Mas, não é apenas nessas épocas recuadas que o povo francês pensa em SÃO VICENTE; ainda no século passado, se é que também não é assim no presente, o francês o considerava muito seu amigo e tão popular era essa estima que o tomavam até como padroeiro dos vinhateiros; isto, não obstante todas as perigosíssimas reformas políticas e religiosas, que a França atravessou ⁽¹¹⁾.

⁽¹⁰⁾ Esta terra era precisamente a mesma que fora dada a Hucbald (monge de Saint-Amand) por Rudolfo, abade de S. Bertin, em reconhecimento dos serviços na escola do mosteiro. Foi por sua vez Hucbald que doou a referida terra, situada no Vermandois a este mosteiro de Metz.

⁽¹¹⁾ Confirma-o uma carta recente de Bourges do P.^o Eduard Cothenet, e na qual se refere ao entusiasmo dos franceses por São Vicente.



Pormento da Catedral de Chartres — Vitrais

SÃO VICENTE que não era francês impunha-se à consideração dos filhos dessa mesma França que no seu sangue e no seu martírio iria redimindo as suas faltas.

No final, bem vistas as coisas, o brutal lançamento do corpo do Mártir nas águas do Mediterrâneo, havia de abalar todas as praias desse mar e não só as de Espanha, como as de França e até da Itália.

O martírio de SÃO VICENTE teve uma repercussão mediterrânica digna da nobreza da vítima oferecida ao Senhor.

D) Obras e poemas franceses sobre SÃO VICENTE: E, o que não escreveu essa gente de França, sobre o querido SÃO VICENTE? Um breve resumo irá elucidar-nos sobre o entusiasmo da França para com o glorioso Mártir.

AIMOIN, monge de Saint-Germain-des-Prés, sendo abade Ebroin, pelo meio do século IX (ainda vivia em 889), ficou anotado no Necrologio da Abadia, com a qualidade de padre.

Foi nessa abadia que ele compôs, pelo ano de 869, e a pedido de Bernon, abade de Castres (diocese de Alby) a célebre obra:

«A HISTÓRIA DA INVENÇÃO E TRASLADAÇÃO DAS RELÍQUIAS DE SÃO VICENTE, MÁRTIR DE ESPANHA».

Esta história foi escrita seguindo a narração do Padre Audalde, monge de Castres, que veio a Espanha para levar as relíquias.

A obra está dividida em dois livros:

I — Narração da descoberta do Corpo do Santo Mártir e por que maneira foi levado a Castres.

II — Os milagres operados na trasladação.

THEOTGER, diácono e monge de Castres, tendo lido a «História» escrita por Aimoin, sentiu-se de tal maneira entusiasmado que lhe pediu para a pôr em verso, o que ele fez, dividindo o seu conteúdo por 60 versos ficando o poema a constar de 2 partes, cada uma das quais se subdividia em 3 capítulos⁽¹²⁾.

ANGUERRAN ou ENGARREMAN, escreveu a «Histoire du Martyre de Saint-Vicent».

Anguerran, nascido em Ponthien, foi abade de S. Riquier, tendo estado em Chartres. Foi tido por Saint Gerauld, como o homem mais sábio do seu tempo (séc. XI).

O venerável HILDEBERT, bispo de Mans e mais tarde bispo de Tours, nasceu no Castelo de Lavardin, no Vendômois, em 1507.

Entre muitos poemas no meio dos quais figura o poema da obra dos seis dias, compôs uma poesia em honra de SÃO VICENTE.

Os «bollandistas» escreveram mais tarde «A VIDA DE SÃO VICENTE» que, na sua distribuição colocaram a 22 de Janeiro⁽¹³⁾.

(12) Esta dupla «História» foi impressa a 1.^a vez em 1602 e depois em 1614, por cuidado de D. Jacques du Breul, como sequência de *L'Histoire des François* par Aimon de Fleury (era outro) e no suplemento das antiguidades de Paris. Também se encontra essa «História» no V tomo das *Actes de l'Ordre de S. Benoit*.

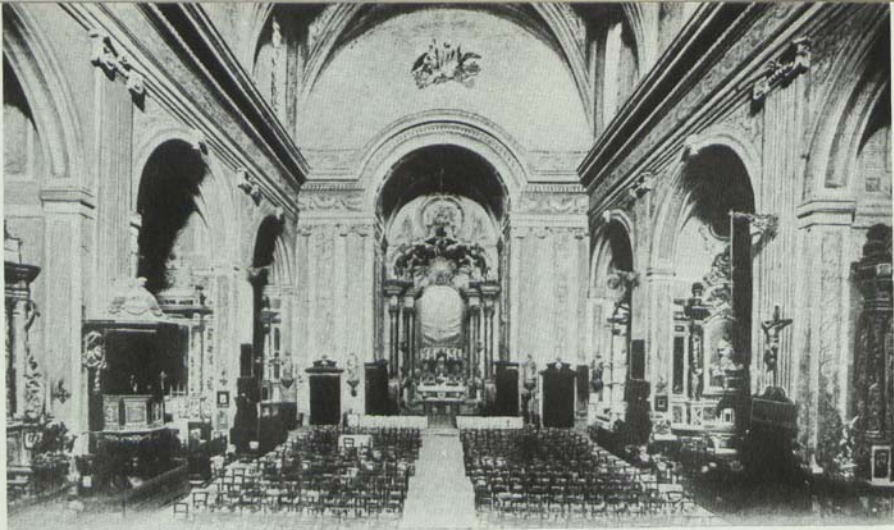
(13) Os bollandistas reviram a obra de Aimoin num manuscrito da abadia de Larivoir.



Castres — A velha «Torre de São Bento»

É interessante notar, como recordação do entusiasmo por SÃO VICENTE que alastrou por terras de França e em especial pela Aquitania, que no Arquivo de Braga ainda se encontra um pergaminho medieval com a Missa de SÃO VICENTE e as lições do Ofício do mesmo, documentos dos séculos XII e XIII, os quais trazem a música em «notação aquitana neumada» com uma linha.

Depois do que acabamos de escrever não nos custará a compreender como o filho do Conde D. Henrique e bisneto do duque de Borgonha, procurou com anciedade as relíquias de SÃO VICENTE, do santo falado por toda a França e por isso do santo que vivia nas gloriosas tradições dos seus ascendentes para quem a Borgonha era terra acolhedora, e, recordemos mais, era terra que quase se confundia com o Nivernois onde o velho mosteiro de Saint-Vicent-des-Prés, disfrutava os benefícios que muito voluntariamente lhe tinham



Castres: — O interior da actual «Catedral de São Bento» profundamente ligada à memória da Igreja de São Vicente a qual foi destruída aquando das guerras de Religião (Séc. XVI)

sido ofertados por Childeberto, filho de Clovis, como houve ocasião de ficar descrito no princípio deste capítulo.

D. Afonso Henriques não corria atrás dum mito, buscava sim aquilo que aos olhos de Deus e... de seus parentes o podia dignificar, pois teria no seu Portugal as relíquias que a França tanto amava.

Deixemos porém a França com a sua bela Catedral de Chartres, onde se ostenta o célebre vitral do

século XIII, representando o corpo de SÃO VICENTE exposto às feras mas defendido por aves de rapina, deixemos Castres onde quase se vai extinguindo a sombra do velho convento beneditino que teria recebido as estimadas relíquias, deixemos os operosos «vignerons» que também ornaram a seu modo a imagem do Santo e ornaram-na a seu modo, porque ele, SÃO VICENTE, era seu, muito seu e por isso além da indumentária litúrgica de França lhe puseram na mão o «cachinho de uvas»

Castres: — Jardim do Bispo



recordando o fermento espiritual que ele representa para a juventude de sempre, deixemos a França que alguém apelidou de filha mais velha da Igreja, vamos até Itália recordar os fastos da vida do santo peninsular em Bari, Benevento e Roma.

IV) — Itália:

Receio que o meu trabalho de alguns anos, desses anos da minha saudosa juventude, se torne pesado e conseqüentemente eu me venha a tornar maçador com a descrição de tantos pormenores e circunstâncias, aliás indispensáveis para boa compreensão do assunto. No entanto, não devo ocultar a verdade.

O modesto trabalho que respeitosamente apresento não passa dum ensaio, de simples tentativa de estudo da personalidade de SÃO VICENTE MÁRTIR e dos reflexos dela naquele tempo e na actualidade, personalidade que parecia ter caído no esquecimento, mas que em nossos dias revive em toda a sua pujança.

O meu trabalho é um resumo do muito que se poderia escrever sobre tão refulgente astro no céu duma sociedade humana que cientificamente progride mas que moralmente se encontra num estado de desagregação, de desintegração. Oxalá que ele seja o início do muito que um dia outros jovens de Portugal venham a escrever, sinal evidente de que a juventude portuguesa rejuvenesceu ao contacto com SÃO VICENTE e SÃO VICENTE ressuscitou nela com o seu saber, com a sua honra e dignidade de proceder. Oxalá que assim seja. . .

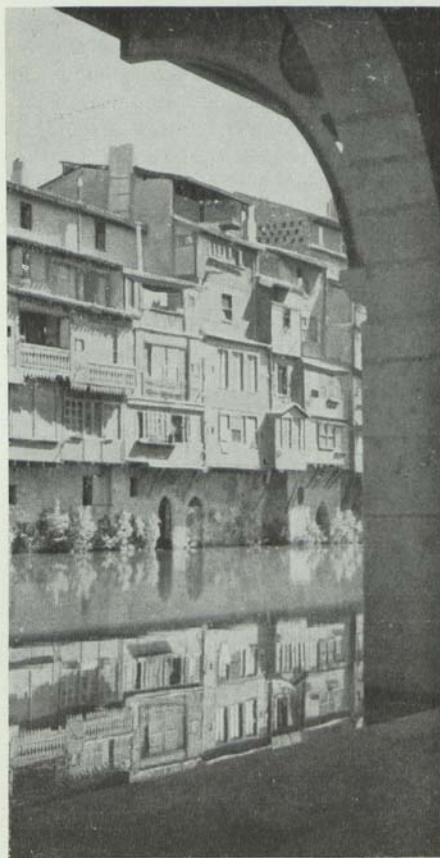
Passemos então a encarar, em nova perspectiva, o assunto da trasladação das relíquias do diácono oscense e a sua presença no meio do povo romano para quem a evocação do poder dos Césares constituiu grata recordação, poder que o Mártir repeliu de si deixando-nos esta contradição: «Combatido pela velha Roma, é venerado pela Roma de hoje».

Refere a obra «SAN VICENTE MARTIR EN VALENCIA» que também a Itália pugnava pela posse das relíquias. . .

Que fundamento terá esta afirmação?

Lê-se na «Histoire ecclesiastique» de Mgr Fleury et du P. Fabre que:

«Dois monges franceses Usuard e Odilard, do Mosteiro de Saint-Germain-des-Prés, se dirigiram



Castres: — As águas de «L'Agout» embelezam o casario das margens

para Valência em busca do corpo de SÃO VICENTE e que uma vez lá chegados lhes foi dito «enganosamente» que o venerável corpo já fora levado de Valência para Benevento (Itália)».

Como é natural este «enganosamente» obriga-nos a um reparo e por isso tal expressão leva-nos a melhor devassar o assunto. Achamos natural que a morte de SÃO VICENTE pelas circunstâncias em que se deu e pelo local, tivesse seu reflexo na outra Península ou seja na outra banda do «Mare Nostrum», é mesmo naturalíssimo que em toda a região tivesse sido ventilado esse assunto do desacordo do neto do Cônsul Agressus com o

Pró-Cônsul Daciano e então parece natural que o eco do bruaá tivesse agitado e chegado mesmo a toda a região do Mediterrâneo, inclusivamente à própria África. Sim, tudo isso é muito compreensível mas... nada nos diz que justifique a presença das relíquias em Itália.

Que o Papa Leão Magno, «si vera est fama», tivesse feito largo encómio do Santo, em terras romanas, compreende-se como se compreende que em Roma a devoção pelo sublime Mártir, tivesse levado o clero a mudar a invocação da igreja de «Santa Maria ad aquas salvas» pela de SÃO VICENTE (mais tarde São Vicente e Anastácio) mas daí a afirmar-se que os povos do território que hoje é conhecido por Itália pugnaram por relíquias vindas de Valência, parece à primeira vista um excesso com pouca justificação em terras onde

*São Vicente no conceito dos artistas italianos.
Missal da Sé de Lisboa. Veste paramentos romanos*



abundavam as relíquias de mártires, uns velhos, outros novos, os mártires de três séculos calamitosos das mais violentas perseguições⁽¹⁴⁾.

De facto, os povos da Itália não procuraram tais relíquias, elas é que lá foram parar.

Contemos o caso algo interessante:

«Corria o ano de 1087 quando um bispo moçarabe de Valência, cujo nome se ignora, resolveu ir visitar os Lugares Santos.

Nesse intuito ele e seus companheiros tomaram lugar numa embarcação que seguindo a rota dos Mares Tyrrhenum, Siculum, Jonium e Hadriaticum foi aproar a Bari, na Apulia (Sul da Itália).

Como os tempos não iam de feição para o Cristianismo, o ardoroso bispo levou juntamente como seu viático para a longa jornada, uma relíquia do MÁRTIR SÃO VICENTE que, segundo se refere, era um osso do braço.

Sucedeu porém que o Bispo sentiu-se mal, mesmo muito mal; a doença progredia a olhos vistos e a morte parecia avizinhar-se. Nesta emergência chamou Elias, arcebispo de Bari (entre 1083 e 1105) e com toda a lealdade lhe disse: — Querido irmão. Há muitos anos que abrigo o desejo de ir a Jerusalém para visitar o Sepulcro do Salvador, porém, até agora não tem sido possível pôr isso em prática, umas vezes impedido por muitos e vários negócios do meu grave cargo episcopal, outras vezes condescendendo com os meus parentes que me suplicavam que não encettasse tão larga peregrinação com os perigos inherentes. Conheço porém que se aproxima o fim dos meus dias. Devo dizer-te que trago comigo esta relíquia do glorioso mártir de Valência, SÃO VICENTE. Peço-te pois encarecidamente que a coloques na igreja de São Nicolau e que encomendes a Deus a minha alma com os devidos sufrágios».

Assim falou o bispo moçarabe de Valência, donde possivelmente era natural, pois referiu-se aos seus parentes que moravam na cidade. Passado pouco tempo o bispo falecia...

⁽¹⁴⁾ O cônego José Falcão, na sua valiosa obra *O Mártir São Vicente e a sua liturgia* cita mais duas igrejas em Roma, uma perto de S. Pedro e outra no Trastévere.

Elias, arcebispo de Bari, cumpriu religiosamente quanto lhe pedira o bispo moçarabe e depois das solenes exéquias colocou a relíquia no referido templo juntamente com a do apóstolo S. Tomé.

Relata o acontecido um antigo manuscrito de Bari, encontrado pelo sábio jesuíta António Beutilo e publicado pelos bollandistas no 11 tomo da sua obra.

Esta relíquia que, na opinião dos valencianos é autêntica, deve ser aquela que o Conde de Benavente e Vice-Rei de Nápoles devolveu à Catedral de Valência a 20 de Maio de 1610, como consta do pergaminho n.º 17 do arquivo metropolitano de Valência ao qual está apenas uma carta do Cardeal Aquaviva (12/12/1603).

Conservava-se em relicário de ouro esmaltado em azul, branco e preto, tendo um pé de cristal engastado em prata dourada, sendo sobrepujado por uma imagem do Mártir.

São Vicente no conceito dos artistas italianos que trabalharam em Mafra. Veste paramentos romanos. Na mão direita tem o Livro dos Evangelhos e na esquerda a palma



Igreja de S. Vicente e Anastácio em Roma. Está situada à saída da Porta Ostiense, ad Aguas Salvias

O regresso desta relíquia foi motivo de extraordinário gáudio em Valência, tendo pregado o Patriarca D. Joan de Ribera, de Valência ⁽¹⁵⁾.

Anteriormente a esta devolução teriam transitado de Bari para uma Capela do ducado de Benevento, a qual foi consagrada a SÃO VICENTE MÁRTIR, sendo propriedade dum duque de Benevento.

Nas Actas da Ordem de S. Bento refere-se o seguinte sobre essa Capela mais tarde transformada em grandioso mosteiro também dedicado a SÃO VICENTE:

«No alvorecer do século VIII batiam à porta do Convento de Farfe, três jòvens andrajosamente vestidos os quais se davam pelos nomes, aliás pouco vulgares, de Paldon, Tason e Taton. Recebeu-os a caridade do Venerável Tomás para quem constituiu forte surpresa encontrar pés tão

⁽¹⁵⁾ Livro de antiguidades, fls. 154, n.º 70, do Arquivo da Catedral.

delicados junto de vestes tão rotas quando, em virtude das regras da hospitalidade, se dispunha a lavar-lhos.

Soube então que se tratava de três homens nobres de Benevento, primos entre si, que despedida a creadagem e os cavalos, tinham trocado seus fatos por andrajos e que, como pobretões, seguiam para Roma na intenção de iniciar uma vida inteiramente nova, no desejo de percorrerem alguns conventos e no propósito firme de viverem longe do bulício do mundo seguindo no futuro uma vida de ascese e oração.

Sabendo do propósito que alimentavam de abandonar a histórica península que tivera Roma por cabeça, Tomás, quando soube que regressavam dessa viagem à cidade eterna, procurou-os, convencendo-os a ficarem por ali, tendo-lhes indicado um lugar mui propício aos seus desígnios. Tratava-se duma capela dedicada a SÃO VICENTE MÁRTIR, cercada de grandes matas alimentadas na sua vegetação luxuriante pelas águas mansas do Volturno. Tomás iria ter com Gisulfo, duque de Benevento e dono da propriedade, pedir-lhe-ia o edifício e a mata para ali ser estabelecido um mosteiro em honra de SÃO VICENTE».

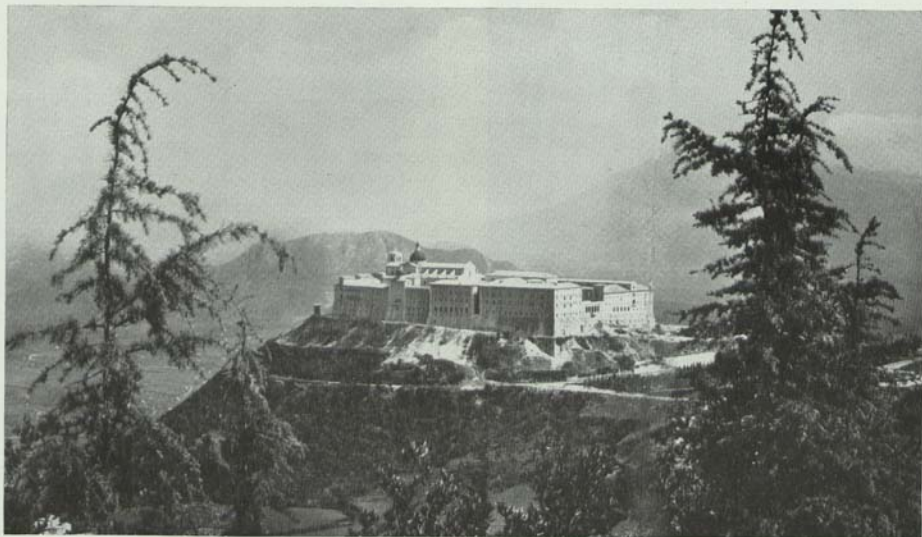
De bom grado, o lombardo cedeu quando lhe pediam tendo-se assim lançado base duma obra altamente caritativa e útil à sociedade.

De futuro, os bandoleiros que infestavam a região, deixariam de constituir motivo de terror dos viandantes que nessas paragens temerosas passariam a encontrar a caridade fraterna do mosteiro incipiente. É bom não esquecer que a Calábria não ficava distante.

Tudo vogava com vento bonançoso e até para que nada faltasse sucedeu que a pouco espaço da sua fundação o rei Carlos Magno, que fora a Roma a pedido do Papa Adriano I, deu a esta casa religiosa, cartas de confirmação das doações que lhe tinham sido feitas pelos reis lombardos e pelos duques de Benevento. Era então abade, Ambroise Aupert.

Decorridos perto de dois séculos, depois da fundação, notava-se claramente o hálito de vida que o convento mantinha gerações em fora, junto dos seus muros. Ao redor matagais arroteados, campos de cultura, lá por dentro importantes celeiros regorgitando do bom trigo romano, dos saborosos legumes do Volturno e até das frutas secas com que se presentavam os viandantes.

Monte Cassino e a soberba paisagem



A dois passos dali erguia-se MONTE CASSINO, colmeal operoso donde não só evolava o aroma das mais sublimes virtudes, como do mais requintado saber. Ninho de águias donde se contempla a fresca paisagem do vale do Volturno, por onde passara a célebre figura de Tomás de Aquino...

Tudo decorria no meio duma prosperidade digna de inveja, quando um dia (10/10/881) Sangdam, chefe dos sarracenos apareceu naquela parte da Península, com os seus homens.

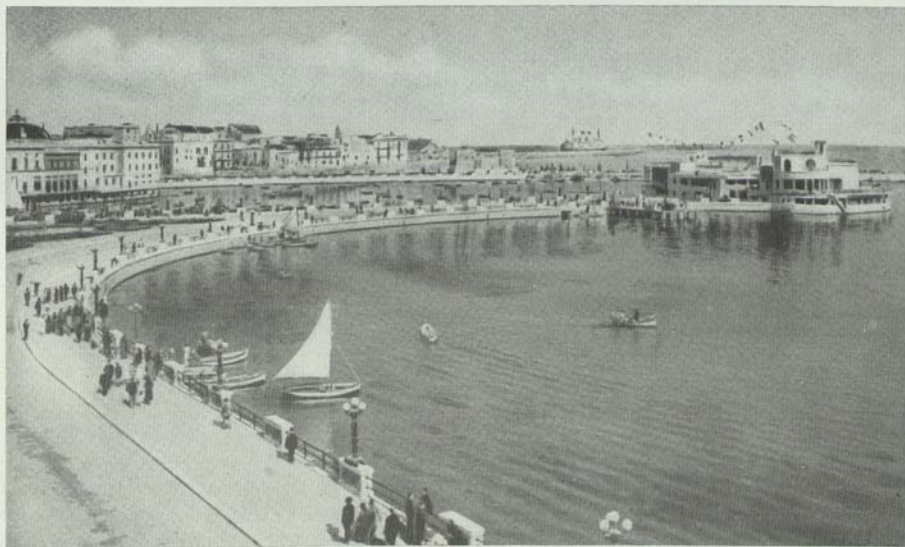
Sem tardança se procurou uma resistência que em breve cedia ao peso das armas muçulmanas, auxiliadas pela vil traição dos maus servos do convento.

Transformado o mosteiro em arena de sangue e altar de holocausto dos monges de São Vicente do Volturno, acabou por ser incendiado depois de roubado o tesouro e da prática dos actos mais sacrílegos de que houve memória por aquelas proximidades; os cálices sagrados serviram para inebriantes libações; os turbulos de ouro profanados perante Sangdam que com eles se fazia incensar; as provisões essas foram lançadas na corrente do Volturno.



Imponente Catedral de Monte Cassino

Vista panorâmica do actual Porto de Bari (Itália) por onde peregrinou uma veneranda relíquia de São Vicente

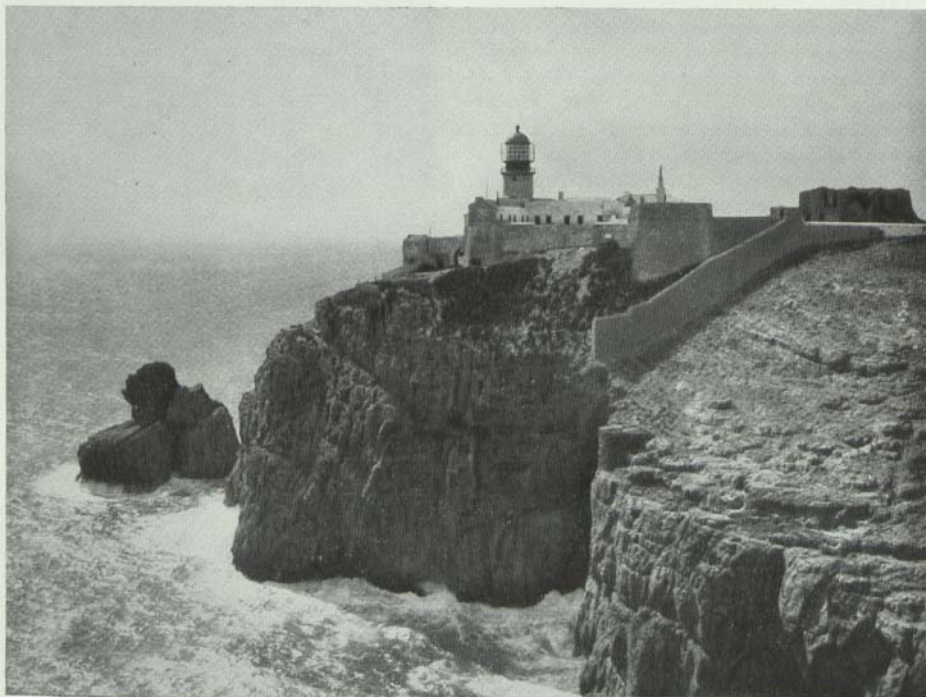


Os poucos monges que escaparam refugiaram-se em Capua onde, com o auxílio do príncipe e dos cidadãos fundaram novo mosteiro em honra de SÃO VICENTE.

Deixando os países latinos poderíamos fazer boa referência à devoção de SÃO VICENTE que chegou até Inglaterra onde, segundo afirma o cônego José Falcão, professor do Seminário dos Olivais,

no seu valioso estudo «O Mártir SÃO VICENTE e a sua liturgia» a devoção teve larga expansão, como se depreende dos livros litúrgicos ingleses próprios dessa época.

Mas, não foi só na Grã-Bretanha onde tal se pode constatar ainda hoje através esses livros, em Bruxelas, Mogúncia e Praga a devoção ao SANTO marcou nas memórias desses povos seus devotos.



Cabo São Vicente

É necessário porém encurtar caminho e, deixando Valência, França e Itália, vamos ao CABO DE SÃO VICENTE, no nosso lindo Portugal, em terras privilegiadas do Algarve onde a amendoeira se cobre de flores e onde a alfarrobeira se desentranha em frutos, é lá, nessa extremidade SO da Europa, que se pode precisar o local onde a tradição, mais velha do que Portugal, assinalou a presença das relíquias do SANTO.

V) — *Portugal:*

A) O CABO DE SÃO VICENTE em si e na antiguidade:

Depois de nos termos ocupado da linda Valência, de nos termos referido a Castres com seus encantos naturais e bem assim às margens aprazíveis do Volturmo, é tempo de voltarmos a nossa atenção para o velho «Promontório Sacro», ponta



Iconografia Portuguesa: — São Vicente tendo na mão direita a palma e na esquerda o Evangelário. Perto a nau com os corvos e ao longe a igreja do Corvo

áspera, fria e dura do nosso Portugal, maravilha (seja-nos lícita a expressão) grandiosamente bárbara que, com arrogância, entra pelo Oceano, do alto da qual se disfruta da vista dum horizonte verdadeiramente soberbo ou seja, na expressão de Landmann «exceedingly majestic».

A direita (na direcção ao N) a vista espraia-se até à Ponta da Carrapateira e Aljezur, à esquerda, Belixe e ao fundo, Sagres.

«Exceedingly majestic», repetimos com Landmann...

Mas, as suas altas penedias não nos podem segredar nada porque o marulhar das ondas é incessante, contínuo...

Não me admira que os antigos tivessem circundado essa ponta colossal de rochedos com os mais extraordinários mitos, não me causa pasmo que eles tivessem afirmado com Artemidon, que os

deuses ao cabo do dia iam repousar das suas viagens e trabalhos naquelas paragens onde a neblina é meiga companheira, não me admira também que eles tivessem afirmado que era dali que se via o Sol mergulhar no Oceano e até se ouvia o estrondo da sua queda nas águas, e, não me admira porquê? Porque aquele cabo entontece e fascina a ponto de obsecar o espírito e excitar a imaginação que, enlouquecida e sem norte, vai criar os mais inconcebíveis mitos.

Era conhecido entre gregos e romanos por «Promontorium Sacrum», monte sagrado, terra de deuses.

Foi nesta extremidade SO da Europa, já carcomida por uma erosão multiseccular, neste cerro cortado a pique com alturas de 60 m sobre o nível do mar e tendo apenas como ornamento uma vegetação pobre, a vegetação do astragalo, da scilla e centaurea vicentinas, baloiçando-se ao sabor dum vento por vezes tremendo, gemebundo e sibilante, que, segundo uma tradição, que vem já dos tempos da mourama, foram depositar alguns restos mortais do Mártir de Valência. A esse tempo ela era conhecida por Tharaf-el-Arab e o local onde se encontravam as relíquias—El Kini-ciet al Corabh, ou, igreja do corvo onde, segundo Idrisi estavam dez corvos que nunca se afastavam do local.

A partir porém do tempo de D. Afonso Henriques (e ainda não era senhor do Algarve) foi conhecido por CABO DE SÃO VICENTE objecto do nosso estudo.

Ninguém estranhará que só depois do estudo do local se apresente o palpitante assunto da trasladação das relíquias de Valência para ali e dali para Lisboa, devendo ser esclarecido desde já que com a vinda das relíquias para Lisboa, não se extinguiu a vida religiosa no Promontório do Algarve.

*Cabo de São Vicente
Esboço da costa do Algarve*



Como estamos escrevendo para portugueses seria quase inútil lembrar que o Cabo de SÃO VICENTE fica situado no Algarve (do lado oposto ao da fronteira de Espanha) resultando da entrada pelo mar dentro da Serra de Espinhaço de Cão, pitoresco prolongamento da grande Serra de Monchique.

Ficando como se referiu no extremo SO da Europa, mede 100 m em comprimento, estando ligado à Península de SÃO VICENTE, a qual península, se encontra ligada, por sua vez, ao Continente por um escasso istmo de 60 m de largura.

É provido dum farol que domina o mar da altura de 62 m. Este cabo oferecia, antes da existência do farol, grandes perigos à navegação principal-

São Vicente, num quadro do Museu Nacional de Arte Antiga (Frei Carlos — Séc. XVI)

Como em outro quadro do mesmo autor (S. Vicente, S. Martinho e S. Sebastião) sustenta com ambas as mãos o Evangelário, tendo a nau ao longe, surgindo nele a particularidade de aparecer o Cabo de São Vicente e a Ponta de Sagres.

Note-se porém que ao contrário do quadro que serve de termo de comparação não tem manipulo no braço esquerdo vendo-se apenas uma das pontas da estola diaconal, juntamente com o cingulo, expressão de arte e realidade que raramente surge na pintura e escultura do Santo.



mente do lado norte por ser fácil os mareantes equivocarem-se com a «Ponta da Carrapateira» que está a 20 Km do cabo e a «Torre da Aspa ou da Áspera» que se avista primeiro e são pontos mais altos do que o cabo propriamente dito, atingindo esta última a altura de 152 m.

Como elemento de estudo informamos que a costa norte do cabo e por isso a costa onde possivelmente se efectuou o desembarque da expedição do Rei D. Afonso I, apresenta aos mareantes as seguintes praias: «Armação Nova» (a 1,5 Km); «Telheiro» (a 5 Km), e «Ponta Ruiva». Em qual delas teriam desembarcado?

Ainda como elemento de estudo registamos que a costa apresenta numerosas furnas, sendo a maior de todas a «Caverna da Barriga» (a 5 Km).

Actualmente, a vida ainda é bastante difícil nesta região, onde nem o próprio mar, pela sua agitação provocada pelo vento norte, se presta às pescarias, as quais se fazem sempre no meio de grandes riscos, contentando-se os mais pobres em apanhar perceves e, vamos lá, os bons mexilhões que ali felizmente abundam. Noutras eras as dificuldades seriam idênticas.

Mas, medindo o Cabo de SÃO VICENTE 600 palmos de comprimento por aproximadamente 200 de largo, em que lugar foi edificada a primeira capela dedicada ao SANTO? É de crer que no cume duns rochedos muito altos (alguns deles com 300 palmos sobre o nível do mar), é que foi edificada — sobre três picos de rocha entre os quais se via o mar, lá em baixo, escuro e profundíssimo — a célebre Capela onde foram depositadas as relíquias do nosso SANTO. É o que consta da tradição...

B) As romarias:

O nosso CABO DE SÃO VICENTE foi sempre propício a manifestações religiosas algumas das quais passamos a enumerar, tanto quanto possível, pela ordem cronológica:

- I — Refere Edrisi, geógrafo árabe muito notável, nascido em Ceuta, o qual viveu entre os anos de 1099 e 1164, que os cristãos ergueram ali um templo, era o Keniciet-al-Corabh (Igreja do Corvo), ao qual os fiéis acorriam em romaria e onde levavam suas ofertas. Mais diz o afamado



Iconografia portuguesa — São Vicente em estátua de pedra policromada (Séc. XV) tendo na mão direita o Evangelhário e na esquerda uma nau sem corvos, notando-se a ausência de manípulo no braço esquerdo

Nubiense que no alto do templo estavam sempre 10 corvos, referindo-se a eles os sacerdotes em termos que maravilhavam os peregrinos, chegando mesmo a acrescentar: «É impossível ir lá sem tomar parte no lauto banquete que os da igreja oferecem aos visitantes, usança antiga que estão sempre dispostos a cumprir». Seria este o templo dedicado a SÃO VICENTE ou seria outro? Como quer que seja, as romarias não constituíam novidade no afamado Promontório; por isso sorri quando li no «Guia de Portugal» que os

cristãos criaram «mito» de SÃO VICENTE⁽¹⁶⁾. Seriam então cristãos Edrisi? Amed Rasis? e até Alibhoacem ou Míboacem, notável cavaleiro de Fez, que confirmou e completou a narrativa continuada por Osa Rasis? Compreende-se que o mesmo assunto pode ser encarado por diversas formas.

- II — A segunda romaria foi seguramente aquela expedição que ali chegou sob a indicação do 1.º rei de Portugal; romaria arriscada, mas romaria iluminada pela Fé e enriquecida com orações.
- III — Pelo ano de 1260, D. Afonso III, mandou construir ali uma casa para se abrigarem os que iam em romaria a São Vicente pois as idas tornaram-se notáveis, frequentes e numerosas.
- IV — D. Fernando Coutinho, que foi bispo do Algarve, entre 1515 e 1520, não só ali foi, como também mandou construir uma residência nesse local.
- V — Pelo Breve do Papa Pio VI, de 21 de Março de 1794, se concedem indulgências aos que forem em romaria ao Cabo de SÃO VICENTE.

Devemos reconhecer que enquanto na famosa Sé de Lisboa se ia prestando culto dia a dia ao valeroso Mártir de Valência, os portugueses não esqueciam o lugar, que lá ao longe guardara por 400 anos as preciosas relíquias, lugar que continuavam a visitar e a venerar com suas piedosas romarias.

C) Um convento de religiosos:

Tendo observado o movimento de piedade que continuou a alentar a vida religiosa dos portugueses, e que se traduzia nas frequentes e devotas romarias ao Cabo de SÃO VICENTE, irei apresentar o que consta da documentação acerca das edificações religiosas no mesmo local.

Diz-nos Sousa Amado⁽¹⁷⁾ «que D. Afonso Henriques mandara construir um mosteiro nesse lugar» (não se contentou com menos. . .) É possível que essa ordem fosse dada, sim, é possível, mas o certo é que não temos bases para afirmar

⁽¹⁶⁾ Isto sem querer atingir o merecimento do *Guia de Portugal* ou do seu ilustre autor.

⁽¹⁷⁾ *História da Igreja Católica em Portugal*, vol. III, pág. 184.



Cabo de S. Vicente: — Ruínas do Convento ou da casa de recreio de D. Fernando Coutinho

que ela tivesse sido cumprida. E, como se havia ela de cumprir, se o Cabo era e foi por longo tempo, pertença dos mouros? Coisas maravilhosas estas...

O que conseguimos apurar, após diligentes investigações, foi o seguinte:

Diz Pinho Leal que «D. Afonso III, mandou fazer uma casa pelos anos de 1260, para se abrigarem os que iam em romaria a São Vicente». Neste caso não era um mosteiro, mas uma casa de abrigo. Mesmo assim isto já é mais razoável, pois que no tempo de D. Afonso III é que o Algarve passou definitivamente para a coroa portuguesa. Nessa altura, já se podia sem reparo mudar o nome de Tharaf-el-Arab por Cabo de SÃO VICENTE e lá mandar construir mosteiros e igrejas; sim, nessa altura já os reis de Portugal mandavam nesse território.

Diz o mesmo autor que D. Dinis ordenou (?) por Carta Régia de 24 de Setembro de 1316, dirigida ao Bispo de Silves (D. Afonso Annes) que visitasse essa casa.

Não existiu então naquele lugar nenhuma memória (não falamos em mosteiro) mandada levantar ou gravar, por ordem do 1.º rei de Portugal? A crítica histórica o dirá a seu tempo; o que não oferece dúvida é que 335 anos após a morte de D. Afonso Henriques foi ali edificado um convento, sendo Bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho. Este, quando se encontrava na sua diocese, entre 1515 e 1520, mandou edificar não só o «convento» como uma casa de recreio para si e uma torre com farol para aviso dos navegantes.

O «convento» foi edificado junto de uma «ermida» dedicada a SÃO VICENTE, a qual tinha sido mandada construir pelo *Infante D. Pedro*, conforme nos diz Fortunato de Almeida⁽¹⁸⁾ muito embora não identifique a pessoa do *Infante D. Pedro*, o que nos leva a considerar essa declaração como incompleta, pois sabemos que desde

(18) *História da Igreja em Portugal.*

D. Afonso Henriques até à morte desse bispo (1536 ou 1538) existiram, pelo menos, 4 infantes com esse nome (¹⁹):

- 1.º — Filho de D. Sancho I.
- 2.º — Dois filhos de D. Dinis.

(Um, Pedro Afonso — Conde de Barcelos e outro, simplesmente: Pedro).

- 3.º — Filho de D. João I.

(Pedro de Alfarrobeira e irmão do célebre Infante D. Henrique).

João Baptista da Silva Lopes (²⁰) diz que foi o filho de D. João I, pelo que transcrevemos esta passagem da sua obra: «...Tinha o Bispo, além destas boas qualidades, uma grande devoção para com SÃO VICENTE; por isso logo na primeira visita que fez ao Bispado se encaminhou à ermida do Cabo, a qual tinha sido mandada construir pelo Infante D. Pedro, filho de D. João I sobre o lugar da sepultura do Santo. Era esta ermida forrada de azulejos nas paredes, com o tecto de madeira pintado com tanta variedade, que fazia bela vista; ficava a porta principal, para a parte do mar, fazendo rosto ao meio dia; entrando por ela estava a sepultura do SANTO MÁRTIR metida na parede debaixo de um arco de boa fabrica, e fechado com grades...».

Embora se fale da existência de outra capela, parece não haver dúvidas de que a primitiva foi dedicada a São Vicente pelas seguintes razões:

I — Segundo a tradição o corpo do SANTO foi depositado numa capela construída na escarpa, num sítio onde se via «o mar lá em baixo escuro e profundíssimo».

II — A Capela dedicada a SÃO VICENTE a que se refere Fortunato de Almeida e que Silva

(¹⁹) Ainda a propósito da existência duma capela no Cabo, esclarece o *Guia de Portugal*: «...A esquerda sobre uma riba sobranceira ao mar, levantam-se alguns panos de paredes esventradas, restos informes da *fortaleza de Belixe*, construída em 1632. Mesmo à beira da escarpa e a prumo sobre o mar as ruínas de uma capela dedicada a *Santa Catarina*...» E, mais adiante lê-se: «...E ainda hoje a arruinada capelinha da fortaleza de Belixe, próxima do farol, conserva como dissemos, a mesma invocação de *Santa Catarina* a que era consagrada uma outra capela fundada pelo Infante no mesmo lugar».

Em face do exposto «parece» que a invocação (Santa Catarina) indicada no *Guia de Portugal* não era a verdadeira invocação da capela.

(²⁰) *Memórias da História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, pág. 295.

Lopes descreve era também a Capela construída na escarpa indicada pela tradição, pois dentro da Capela estava «o lugar da sepultura do Santo, debaixo de um arco».

III — No século XVI fundou-se um «convento» próximo da tal «capela» o qual convento é localizado pelo «Guia de Portugal» que depois de se referir à tal Capela de *Santa Catarina*, acrescenta: «...À direita e antes do transporte do portão que dá para o recinto do farol encontram-se umas outras ruínas ao que parece de um *convento de Franciscanos* fundado em 1510...».

São Vicente numa estátua de pedra policromada do (Séc. XVI). A mão direita está destruída. Na mão esquerda tem uma nau com corvos. No braço esquerdo o manipulo



Existiria uma capela dedicada a Santa Catarina e outra dedicada a São Vicente, uma e outra construídas na escarpa? A crítica o dirá a seu tempo.

Pondo de parte estas dúvidas, uma realidade nos aparece no Cabo de SÃO VICENTE: O convento do século XVI e não o do século XII. Ocupemo-nos pois do convento do século XVI.

Em 1516 governando a diocese de Silves e Faro (Algarve) o zeloso Bispo D. Fernando Coutinho, mandou edificar um convento no Cabo, o qual foi entregue primeiro aos religiosos de São Jerónimo, depois aos Franciscanos e por último (desgostoso com o abandono que uns e outros votaram ao convento) o entregou aos religiosos da Custódia de Santa Maria da Piedade.

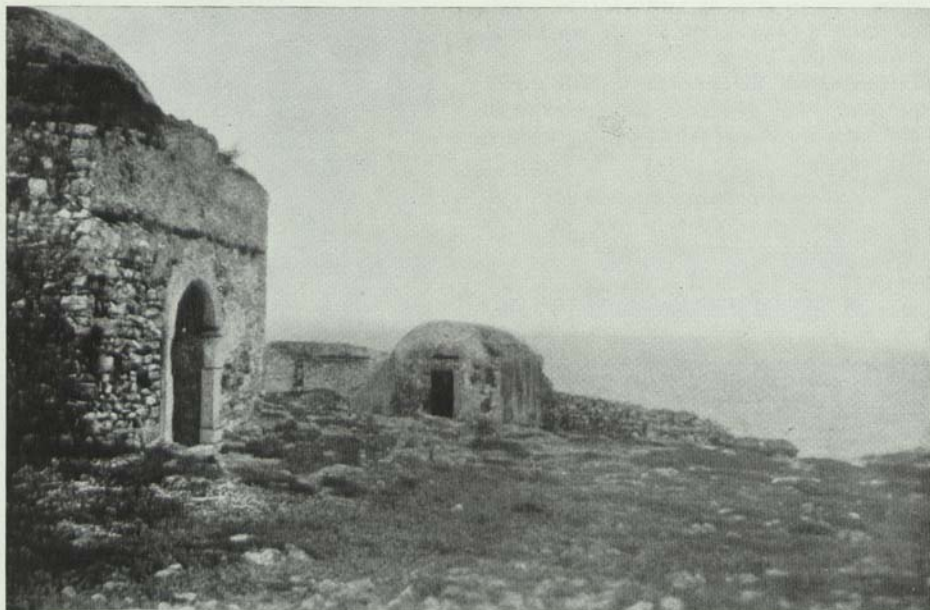
A 21 de Julho de 1520 o referido Bispo fez doação de várias propriedades ao convento, pedindo aos frades que mandassem acender o farol, *para salvação e guia daqueles que ao dito Cabo de SÃO VICENTE vêm ter*, o que foi confirmado por D. Manuel I em 7 de Agosto do mesmo ano.

E, porque ele fez largos dispêndios no referido Cabo, el-rei D. Manuel I, lhe fez doação da igreja e lugar de Santa Maria do Cabo, que passou a ter o nome de Aldeia do Bispo, hoje, Vila do Bispo, a qual foi elevada a essa categoria em 1662, reinando em Portugal D. Pedro II, que lhe deu foral.

Dada a oportunidade podemos acrescentar que o mesmo Bispo em 1519 criara a freguesia de Sagres, desmembrando-a da de Sant'Ana de Aldeia do Bispo e nomeou-lhe prior com obrigação de dizer ali Missa todos os dias, aplicando a Missa dos Domingos e dias de guarda pelo povo e as restantes por alma do célebre Infante D. Henrique. Por esta forma a freguesia de Sant'Ana de Aldeia do Bispo, ficou dividida: uma parte, juntamente com Santa Maria do Cabo, que constitui a freguesia de Vila do Bispo, a outra parte foi destinada a constituir a freguesia de Sagres.

Passados 67 anos sobre as doações de D. Fernando Coutinho, foram incendiados todos os edifícios

Um aspecto de Belixe



do CABO, pelos ingleses, escapando apenas uma pequena capela que não ardeu por ser de abóbada tendo o convento de ser abandonado, refugiando-se os frades em Lagos e Portimão. Passou-se isto a 25 de Maio de 1587, por ocasião da arrojada expedição do vice-almirante inglês, Francisco Drake, em guerra com a Espanha, à qual Portugal estava sujeito então.

Estamos agora em 1606; as ruínas já desapareceram, levantando-se de novo o Mosteiro de

São Vicente; mandara-o reedificar D. Filipe III de Espanha (II de Portugal) e passados 19 anos sobre as represálias do destemido inglês, das novas paredes partem louvores ao Céu e sem dúvida, acções de graças ao grande MÁRTIR que alcançou protecção para os seus devotos.

Se continuamente não nos apoiássemos na História, alguém poderia dizer, que tínhamos engendrado uma lenda famosa em torno do Cabo de SÃO VICENTE, e agora que vamos apresentar mais



Das altas penedias do Cabo de São Vicente divisa-se Sagres

uma triste realidade, as suspeitas da veracidade do que apresentamos iriam alastrar no seu espírito. É que a 1 de Novembro de 1755 e por isso decorridos 149 anos sobre a sua fundação, um violento tremor de terra (o célebre tremor de terra de 1755) sacudiu o Cabo de SÃO VICENTE. Por causa dele fendeu a abóbada da igreja, ruindo outras no interior do convento.

Apesar do cataclismo, parte do convento continua a existir até que 79 anos depois, por alturas de

1834, sopra sobre ele o temporal revolucionário; os frades deixam então o seu convento, este vai-se esboroando, por que já não tem quem trate dele.

A monarquia portuguesa acabava de entrar num período de grande agitação política que passados 76 anos havia de fazer ruir o trono dos Braganças e rolar por terra o centro do poder real; como o longínquo mosteiro do Cabo de SÃO VICENTE ficou deserto, também decorridos esses 76 anos,

os Paços Reais ficariam abandonados dos seus donos, quero dizer, a própria Monarquia que irradiou de Portugal esses frades, também por sua vez foi irradiada pelo Governo da República. Deus «non irridetur» (Ninguém zomba de Deus).

A atestar a Fé dos nossos maiores, lá ficou a designação de CABO DE SÃO VICENTE, evocando tempos de Fé e de crença; tempos de Fé, por que foi a Fé que iluminando a alma do Infante D. Henrique, fez com que mais uma vez se falasse dele, desse rincão de Portugal, em todo o mundo; tempos de crença, porque fora a crença dos nossos maiores que envolvera, com o incenso da oração, a aspereza dessas escarpas no cimo das quais ainda hoje flutua a bandeira de Portugal.

D) Um «Convento» de sábios:

Não me permite a minha qualidade de português deixar o Cabo de SÃO VICENTE sem evocar a nobre figura do nosso INFANTE D. HENRIQUE,

Gravura do Infante



8.º Mestre (ou melhor Administrador) da célebre ORDEM DE CRISTO, de Tomar, o qual viveu nos dias gloriosos de Nuno Álvares Pereira e que, com glória cingiu a espada de cavaleiro, não em estéril torneio, mas na valorosa tomada de Ceuta em 1415.

É após esse feito glorioso que o Infante no dizer de Damião de Góis, se retira «para huma parte do reino do Algarve», é então que ele começa a lançar as suas vistas para o CABO DE SÃO VICENTE, onde se fixou, mas só posteriormente a 1443.

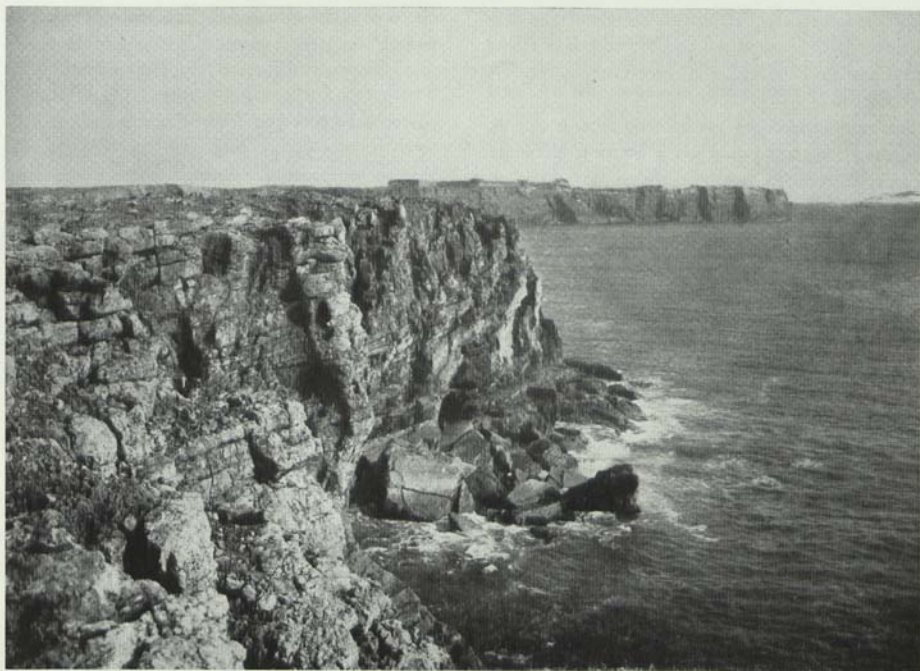
O afirmar-se que ele já no ano de 1415, tinha navios para seu serviço especial, não demonstra que a essa data tivesse fixado residência naquele local, pois, segundo consta, ele refugiava-se na Raposeira perto de Sagres; talvez seja essa a razão pela qual lhe chamam o Infante de Sagres e também a razão, por que no tempo de D. Maria II sendo ministro da Marinha, Sá de Miranda, mandou colocar uma lápide em Sagres.

A este respeito lê-se na «História de Portugal» — Edição Monumental (vol. III, pág. 372):

«... Animado por estes primeiros resultados, o Infante D. Henrique, obteve em Outubro de 1443, de seu irmão, o regente D. Pedro, o monopólio do commercio das regiões descobertas e licença para construir uma vila no outro Cabo que antes do Cabo de Sagres está aos que veem do ponente para o levante; isto é, no Cabo de SÃO VICENTE.

Tem-se dito erradamente que o Infante D. Henrique, logo após a tomada de Ceuta, mandara construir a Vila do Infante no Cabo de Sagres, onde se refugiara, creando a escola nautica de Sagres. Não só a vila do Infante, ergueu seus muros no Cabo de SÃO VICENTE, e não no de Sagres (Brito Rebelo), como só em 1443, D. Henrique projectou a sua construção que só foi iniciada volvidos alguns anos. A grande base naval do Infante foi Lagos, posto que tivemos igualmente navios em Lisboa e Porto e por esta época começasse também a utilizar a Madeira com o mesmo fim. Antes da construção da sua vila refugiava-se de preferencia, ao que parece, na Raposeira, muito perto de Sagres».

Bem entendido que tudo pode depender do sentido em que é empregada a expressão «CABO DE SÃO VICENTE» a qual em sentido restrito significa propriamente o CABO e em sentido lato



Sagres

abrange aquelas e outras mais pontas rochosas do sudoeste algarvio como refere o veneziano Alvise Cadamosto (1461/1463) quando refere que o «o senhor Infante, de feliz recordação, mandou fazer uma *fortaleza* sobre uma das pontas do CABO DE SÃO VICENTE a que deram o nome de Sagres». Isto na opinião de Jordão de Freitas ⁽²¹⁾.

⁽²¹⁾ No mesmo volume vêm-se 3 fotografias de Sagres, acompanhadas destes comentários: Aspectos da casa onde, segundo a tradição, viveu o Infante D. Henrique. Esta tradição não é verdadeira; a célebre Vila do Infante, existia no Cabo de São Vicente, págs. 362 e 373; Casas e Capelas. Págs. 380 e 381: Várias fotografias das ruínas da fortaleza de Belixe, próximo do Cabo de São Vicente. Pág. 382: Farol e ruínas da fortaleza. Vol. IV, a pág. 231: «...O Cabo de São Vicente era tomado como um ponto de especial referência já na 1.ª metade do Século XVI e com efeito lê-se nesta obra: «Já na 1.ª metade do Século XVI era costume em toda a Península fazer passar o meridiano graduado pelo Cabo de São Vicente...».

É desta época que data esse «fervet opus» científico, nessa nesga da terra portuguesa, a qual serviria de base às descobertas. Não irei afirmar que no Cabo houvesse uma escola náutica no sentido rigoroso do termo; em todo o caso, como diz Fortunato de Almeida, havia ali um «noviciado» da arte de navegar; tanto assim era que na afirmação de João de Barros (Década I) o Infante mandou vir da Ilha da Madeira o «Mestre Jácome» homem muito douto na arte de navegar que fazia cartas e instrumentos.

Refere-nos também António Ribeiro dos Santos, que o Infante erigiu ali um observatório astronómico, o primeiro que tivemos; chamou capitães e homens experimentados e com eles fez no seu Paço uma escola de estudos e aplicações matemáticas e um «seminário» de geógrafos, astrónomos e náuticos; ali se aperfeiçoou o Astrolábio e o Nocturlábio e se ensinava com vantagem o uso da bússola.

Os autores citados referem-se a «noviciado» e a «seminário»; eu direi por minha vez que os Paços do Cabo de SÃO VICENTE eram um «convento» de sábios.

Sim, um «convento» por que no final o que se buscava com tanto afan era a honra e glória de Deus; é Azurara quem o afirma ao aduzir as cinco razões pelas quais o Infante se movera aos descobrimentos e conquistas de novas terras, as quais passo a enumerar:

- 1.º — Desejo de conhecer as terras para além das Canárias e Cabo Bojador.
- 2.º — O empenho que tinha em verificar se naquelas paragens havia alguma povoação de cristãos.
- 3.º — Conhecer o poderio dos mouros nessas regiões.
- 4.º — Procurar aliados cristãos contra os mouros.
- 5.º — Aumentar a fé cristã e a conversão dos infiéis.

A alma de todo aquele apostolado, e toda aquela expansão do CRISTIANISMO era o Infante D. Henrique do qual Duarte Leite escreveu com exactidão: «Melhor do que qualquer outro documento, o preâmbulo do seu testamento, revela o clima espiritual de toda a sua vivência e acção; é um católico que vive a sua crença».

Essa crença não se expandia no comodismo egoísta e no gozo estéril, vivia-se no trabalho e na privação, pois com ser Infante dele, podemos dizer que nada possuía; tudo o que recebia, todos os rendimentos que o Mestrado da Ordem de Cristo lhe dava, eram absorvidos nesse apostolado de Deus e da Pátria. É interessante anotar a frase de Azurara neste século materialista e sexual: «Não casou, e, se jovem não desdenhou o galanteio das damas, parece todavia que virgem o comeu a terra».

Este apóstolo que a um tempo era rico e pobre, afável e casto, sentiu que a sua hora chegara na noite de 13 de Novembro de 1460. Nessa mesma noite foi trazido para a Igreja de Santa Maria de Lagos, sendo mais tarde trasladado para a Batalha, gloriosa evocação do heroísmo e de santidade de outro astro de primeira grandeza; Nuno Álvares Pereira, desse que com a espada conqui-

tara o terreno onde um dia repousariam os restos mortais do maior vulto da nossa história e da nossa epopeia marítima, o Infante D. Henrique.

«DITOSA PÁTRIA QUE TAIS FILHOS POSSUE. . .»

Eis por que a nossa alma de portugueses vibra ao recordar o Cabo de SÃO VICENTE, nessa evocação do Santo que saído de Valência abençoa Portugal e do Apóstolo que nascido no Porto exalou o seu último suspiro próximo do local onde por 400 anos repousaram, segundo se crê, as preciosas relíquias hoje veneradas na Sé de Lisboa.

E) Trasladação das relíquias de Valência para o CABO DE SÃO VICENTE:

a) A tradição:

Tendo sido estudado o nosso CABO DE SÃO VICENTE em si mesmo e através os tempos, com suas edificações, ruínas e instituições, é chegado o momento de nos referirmos à trasladação das relíquias de SÃO VICENTE para aquele local, assunto bastante ingrato sob o ponto de vista da História que, com sua crítica, não tendo por vezes razões para excluir também, por outro lado, não pode confirmar por insuficiência de documentação. É este o presente caso.

Quando se tratou da trasladação das relíquias para Castres os próprios livros litúrgicos disso deram prova, quando se tratou da ida para Itália e regresso das mesmas, os manuscritos esclareceram bem o assunto. No presente caso porém, a cidade de Valência, onde temos bons amigos e amigos de Portugal, só nos dá um sinal vago e indeterminado, a tradição.

Segundo ela os moçarabes fugiram com as relíquias de SÃO VICENTE para Saragoça, dirigindo-se por terra à costa do Algarve, guardando-as no chamado Promontório Sacro.

Outra tradição sustenta que, embarcados em Valência (e esta é a mais generalizada, quiçá, a mais provável) aproucam ao mesmo Promontório, depois de terem arrostado com os maiores temporais. Passava-se isto quatro séculos e meio após a morte do Santo, nesses dias calamitosos em que os cristãos de Espanha fugiam ante a tremenda

ofensiva desencadeada pelo sanguinário Abd-er-Rahman (755 a 788). Ao embate dos seus exércitos nada resistia.

Chegou o dia em que coube a vez a Valência e Valência teve de ceder ao peso das armas mouras. Alguns procuraram a salvação na fuga mas ao deixarem aquela terra, temendo alguma profanação, levaram consigo os restos mortais do SANTO MÁRTIR, esses restos que há séculos tinham sido arrojados para um paúl, levados até ao mar alto e reconduzidos pelo poder de Deus às praias do aprazível golfo.

A peregrinação continuaria.

Refere Duarte Nunes de Leão (Descrição do reino de Portugal) que os cristãos, portadores das santas relíquias, notaram que na proa do barco, poisou um corvo o mesmo corvo que não as abandonara desde o martírio.

A rota da navegação, a odisseia dos foragidos, a Fé que obrigou a clamar, e possivelmente por mais de uma vez: «Senhor, salva-nos porque perecemos», os ais soltados pelos que no meio das vagas sentiam o coração despedaçado pela angustiosa lembrança desse lar desfeito que já lá ficava muito ao longe, tudo isto bem pode servir de motivo para confundir os que gostam de viver plácidamente no confortável ambiente de suas casas, sem um sacrifício por Deus ou, ao menos, pelo próximo, pelo qual também Jesus veio ao mundo.

Para esse punhado de heróis que via a morte na sua frente, apenas existia uma única consolação, é que lá ao longe ficava o lar desfeito, mas não ficava o corpo do SANTO; no seu coração ainda não se sumira de todo a esperança de poderem, em terra firme, louvar e bem-dizer a Deus na pessoa do SANTO MÁRTIR, e essa esperança que pairava nesses corações alanceados, que ainda animava esses corpos fustigados em excesso pelas tempestades, desabrochou um dia.

A nau aproara, talvez vacilante, ao antigo Promontório Sacro, ao Tharaf-el-Arab de ontem, ao glorioso Cabo de São Vicente de hoje.

Aí edificaram casas para os homens e uma ermida para o SANTO e foi nessa ermida que, com um carinho fácil de imaginar, acabam por depor os restos mortais do MÁRTIR, que devem repousar ali por mais quatro séculos.

À tempestade, sucede de novo a bonança; sempre perseguida mas nunca vencida, a Igreja vai de novo triunfar nas glórias dos seus santos. Esta *tradição valenciana* não é mais do que a

b) Versão do mouro Rasis (22):

Referindo-se a Abd-er-Rahman, 4.º de nome e 21.º, rei dos Sarracenos, conta a sua acção militar na Península, desde a saída de Sevilha até à tomada de Beja, Évora, Santarém, Lissibona e todo o Algarve, com esse cortejo de perseguições aos cristãos e grande rol de sacrilégios, que o tornaram conhecido.

No vir Abd-er-Rahman, sobre Valência, em 755, sucedeu o seguinte:

«...Possuíam ali os cristãos o corpo de certo homem virtuoso chamado VICENTE, e queriam-lhe quase tanto como a Deus. E os guardas do cadáver persuadiam ao vulgo que, pelas virtudes dele, os cegos recobravam vista, os mudos alcançavam fala, e os coxos andavam; e assim dementavam a pobresinha da plebe. Mal constou a chegada de Abd-er-Rahman, temerosos de que o seu engano viesse a declarar-se, fugiram, levando consigo o corpo do homem santo.

E contou, a Rasis, Aliboacem, bom cavaleiro da cidade de Fez, que certa ocasião, indo com seus montadores caçar às inhóspitas brenhas do Algarve deu com o corpo do tal homem, guardado pelos mesmos que o tinham trazido de Valença e ali viviam em pobríssimas choças, formando aldeia.

(22) O seu verdadeiro nome era Ahmed ben Mohammadar Razi também conhecido por at Tarigi, ou seja, «o historiador por excelência».

Nasceu na Arábia, filho do médico Zacarias, tendo sido educado na Mauritânia.

Viveu pelo ano de 950, exercendo o cargo de historiógrafo do Miramolim de Marrocos e do Rei de Córdova.

No intuito de completar as crónicas dos cristãos, Rasis, escreveu sobre antiguidades das Espanhas.

A sua obra foi traduzida por Mafamede (Machometo), arquitecto sarraceno, auxiliado pelo capelão de D. Pedro Annes de Portugal, Egas Peres.

Sobre Ahmed Razi e sua crónica pronunciou-se Contador de Argote, na Academia Real de História Portuguesa em 4 de Janeiro de 1731, rendendo homenagem ao mesmo, mas condenando certas ficções que aparecem numa versão dessa Crónica as quais foram introduzidas pelo mouro *Mafamede* (sic.) no tempo do Rei D. Dinis.

O verdadeiro original da Crónica estava, ao tempo, na Biblioteca da Sé de Toledo.

Mais tarde, Carolina Micaelis de Vasconcelos, deveria comentar a mesma Crónica.

O mouro matou os adultos e levou consigo cativas todas as crianças. O corpo do Santo, esse lá ficou...»⁽²³⁾.

Uma outra crónica se refere a essa trasladação é a

c) Versão do geógrafo árabe Idrisi:

Referindo-se ao templo edificado ou reconstruído pelos moçarabes, designa-o por Canisat-el-Gorab, ou, igreja dos Corvos, porque, refere:

«Dez dessas aves, descendentes das que defenderam o corpo do Santo quando foi atirado para o paúl (muladar), depois do martírio, realizavam cousas maravilhosas ocorrendo ali os fíciis *em romaria* e levando suas ofertas, no que eram retribuídos pela generosidade dos sacerdotes, moçarabes». A este respeito acrescenta: «É impossível ir lá sem tomar parte no lauto banquete que os da igreja oferecem aos visitantes, usança antiga que estão sempre dispostos a cumprir»⁽²⁴⁾.

d) Versão do geógrafo árabe Abu Hamid Alandalusi:

Nos moldes aproximados da anterior.

Citado por Omor Ibu Aluardi, confirma também o depoimento de Idrisi⁽²⁵⁾.

e) Conclusão:

Se às tradições valencianas juntarmos os depoimentos do mouro Razi e dos geógrafos árabes Idrisi e Abu Hamid Alandalusi, pessoas que não eram cristãs, devemos chegar à conclusão de, ainda que muito houvesse de lendário nas suas narrações, alguma realidade deveria ter existido.

⁽²³⁾ Deve ser esta a mais antiga narração sobre a deslocação das relíquias de São Vicente, de Valença para o Algarve, narração insuspeita ou pelo menos escrita por pessoa à margem de toda a suspeita.

Esta versão, escrita por 950, faz parte da «Crónica do historiógrafo mouro Rasis» principiada por Amed Rasis e continuada por seu filho Osa Rasis.

A «Crónica» é um documento de certo valor histórico, e, para o nosso caso, um depoimento de grande valor pois que foi a obra que mais se aproximou da perseguição de Abd-er-Rahman e por conseguinte a obra em que, com maior aproximação se tratou da «trasladação das relíquias».

⁽²⁴⁾ Ver *Cosmografía del Idrisi*, tomo II, pág. 22, da edição francesa de M. Jaubert e edição de Dozy de Coejo, a págs. 218 a 219.

⁽²⁵⁾ Códice árabe da Biblioteca do Escorial n.º 1634. Vide também Simonet *Historia de los moçarabes de España*, pág. 814, na sua «Crestomatia».



São Vicente na expressão do escultor Raul Xavier. Estátua aprovada pela Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa

Lançar o anátema sobre tudo isso parece tarefa bastante dura; de resto, a lenda supõe sempre uma realidade, bem ou mal engalanada.

Se nada existia no CABO DE SÃO VICENTE, nem mesmo os pantagruélicos manjares que Idrisi refere, como se pode compreender o papel que foi desempenhado por D. Afonso Henriques? Estaria ele no número dos «ingénuos»? Estou que ninguém iria colocar em tal posição o homem que, contra todas as expectativas, se abalçou a fundar uma nação, o homem para quem a hesitação era sombra que não pairava no seu espírito nem nos seus potentes braços de cavaleiro da Idade-Média. Melhor do que ninguém bem o poderia ter afirmado aquele legado do Papa que

*São Vicente na expressão do escultor Raul Xavier.
Tem manípulo no braço esquerdo faltando-lhe
apenas a estola diaconal que teria bom
cabimento na bela estátua*



lhe veio exigir o pagamento dum prometido tributo e a quem o 1.º rei de Portugal esclareceu que andando em luta viva com os infieis não poderia pagar o quer que fosse. Porém o legado insistiu. Então o temido cavaleiro levantou ao alto, bem alto, o seu montante, exclamando: «Diga a Sua Santidade que o meu tributo é este!». Tanto bastou para que o legado montasse sem tardança na sua mulinha e lhe parecesse que Roma ficava mais distante do que de facto estava. «Si vera est fama...» O profundo respeito que o 1.º rei de Portugal tinha por Sua Santidade o Papa, salvava o legado...

Não conhecia bem, ele e os seus companheiros da Aquitania, o caso das relíquias tão falado entre os seus ascendentes? Não tinha ele junto de si o Cônego S. Teotónio, João Peculiar e mais tarde D. Gilberto, capelão inglês incorporado na Armada dos Cruzados o qual seria o 1.º bispo cristão da velha Lischbuna mourisca? Estaria tudo cego? Divisa-se um exagero excessivo.

De resto, se Afonso Henriques, que tanto empenho tinha nas relíquias, não tivesse a certeza de que elas estavam no Algarve mouro, ele as mandaria vir da Aquitania onde não lhe faltavam amigos e parentes.

Dado mas não concedido que se venha a tratar de pura lenda, é lícito perguntar: Ficaria mal a alguém acarinhar uma lenda da sua Pátria?

Felipe Mateu y Llopes, em 1947, escrevia em «Valencia Atracion»:

«Entre Jucar y Turia las velas que cruzan las tranquilas aguas de la Albufera recuerdan las dal Tajo.

Tierras bajas de aqui y tierras bajas de allá».

Dois rios que no mesmo paralelo correm em sentidos opostos unidos por uma lenda.

Frase muito poética que mantendo a tradição não ofende a História. Felipe Mateus, director da Biblioteca de Barcelona, era sublime na sua maneira de escrever na sonora e difusa língua dos filhos de Cid.

Ao terminar a 2.ª parte e como início da 3.ª, certamente que não ficará mal repetir, recordar e exaltar o nosso Épico nos seus versos doirados:

.....
E depois que o mártir Vicente
o santíssimo corpo venerado
Do Promontório conhecido
A cidade Ulissea foi trazido



São Vicente no paúl (muladar). Estátua que antigamente estava em «La Roqueta», hoje no Museu de Bellas Artes, em Valência

VI) — *Subsídios para o estudo da iconografia de São Vicente, Mártir:*

Como Bolland, na sua «Acta Sanctorum» e como Henrique Florez, na sua «Espana Sagrada», perfilhamos a opinião de que, mesmo na Península, existiram diversos mártires com o nome de Vicente, todos eles distintos do nosso SÃO VICENTE, objecto dos encómios por parte de Santo Agostinho e Santo António.

Um dos casos a apontar fora da Península é o da Aquitania apresentado por André de Resende, o qual S. Vicente foi martirizado em Agen (287) (ou 273?) e que, segundo se crê, foi o antecessor de SÃO VICENTE no arcediagado de Saragoça (304), mas não é caso único. Uma simples passagem pelo «AGIOLOGIO BOLANDISTA» dá-nos a presença de quatro santos com o mesmo nome, seguindo nós as respectivas datas festivas e acompanhando-se a sua enumeração com notas alusivas às suas actividades apostólicas:

5 de Abril — SÃO VICENTE FERRER — Desempenhou papel importante no tempo dos

Papas de Avinhão. Tendo nascido em Valência, onde era alcunhado de «El Pobret» morreu em Vannes (Bretanha) onde lhe mudaram o apelido para «Ferrier». (Século xv).

20 de Abril — SÃO VICENTE — Morreu em Embrun (França). Apóstolo dos Alpes Marítimos. (Século iv).

24 de Maio — SÃO VICENTE — Presbítero no Mosteiro de Lerins (450). (Século v).

19 de Junho — SÃO VICENTE DE PAULO — França (1576). (Século xvi).

Lê-se também nos *Gozos Valencianos* em honra de SÃO VICENTE MÁRTIR (como foi apresentado no início da II Parte — Espanha (Culto):

A vuestra sangre vertida,
llena de prodigios tantos,
de trece Vicentes santos
se debe la illustre vida

Contaram pois os valencianos, depois da morte de SÃO VICENTE, treze santos com esse nome.

Seriam estes os que constam do

Martiriologio Romano?

- 22 de Janeiro — Diácono — Valência (Espanha).
(Século iv).
22 de Janeiro — Embrun (França). (Século iv).
27 de Janeiro — África. (Vândalos).
11 de Março — Leão (Espanha).
19 de Abril — Colibre (Espanha). (Daciano).
24 de Maio — Porto Romano.
9 de Junho — Diácono — Agen. (273).
24 de Julho — Roma (Via Tiburtina).

*São Vicente. Estátua policromada (Séc. XVI).
Veste de diácono. Tem a palma na mão
direita e a nau com corvos na esquerda*



- 6 de Agosto — Subdiácono de S. Sisto. (259).
(Enterrado no cemitério de Pretextato).
25 de Agosto — Roma (Império de Comodo).
(Século II).
1 de Setembro — Espanha.
11 de Setembro — Abade e Mártir — Leão
(Espanha).
27 de Outubro — Natural de Évora mas morto
em Ávila (Daciano).
(Até ao tempo dos Reis Católicos, os jura-
mentos, em Ávila, eram feitos sobre o seu
túmulo).
11 de Novembro — Ancyre. (Século III).

Uma simples passagem pela «Encyclopédie Théo-
logique» de Migne dar-nos-á uma vaga ideia, se
bem que bastante orientadora no assunto da
Iconografia, onde os atributos muito nos podem
esclarecer:

- 22 de Janeiro — SÃO VICENTE MÁRTIR — Va-
lência. (Século iv).
Veste de Diácono.
Espanha — Aspa e por vezes uma mó.
Itália — Paramentos romanos e palma.
França (Sul) — Um cacho de uvas.
Portugal — Uma nau. Palma ou Evange-
lário.

Migne chama a atenção para:

- I — A estátua de SÃO VICENTE, na frontaria
da Igreja de Germano, em Paris.
II — Diversas cenas da sua vida até à sua morte
que se encontram desenhadas numa tape-
çaria de Berna (1515).
III — Um vitral da Catedral de Chartres repre-
sentando o corpo do Santo exposto às feras
e defendido pelas aves de rapina. (Sé-
culo XIII).
IV — Um vitral da Capela de São Maurício na
Igreja de S. Dinis, representando o corpo
do Santo estendido sobre uma grelha de
ferro. (Séculos XII a XIII).
5 de Abril — SÃO VICENTE FERRER — Vannes
(Valência). (Século xv).
Traja de Religioso da Ordem dos Prega-
dores.
Chapéu e livro (Missionário Apostólico).
Uma chama na testa (iluminado pelo Céu).

14 de Julho — SÃO VICENTE MAUGER — Hainaut (Século VII).

Trages de gala (porque conde), tendo à direita um filho, S. Landry e à esquerda S. Dantflin.

27 de Setembro — SÃO VICENTE DE PAULO — França. (Século XVI).

Expressões de bondade e simplicidade.

Geralmente envolto em manto.

27 de Outubro — SÃO VICENTE — Ávila. (Século IV).

Representado com uma mó junto dele.

Estendido numa aspa, mas com a cabeça esmagada.

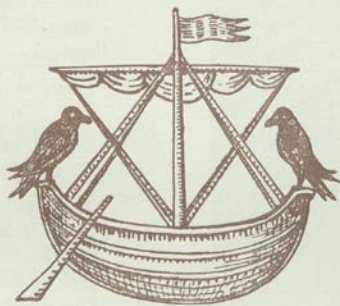
Tendo três espadas junto dele.

Tendo um livro na mão.

A sua iconografia toca muito a de SÃO VICENTE DE VALÊNCIA.

11 de Novembro — SÃO VICENTE DE ANCYRE — (Século III).

Representado decapitado tendo outro Mártir junto dele.





HOMENAGEM A UM GRANDE SOBERANO:

O ACTO INAUGURAL DA ESTÁTUA DO REI D. CARLOS DEFRENTE DO PALÁCIO DA AJUDA

A inauguração da estátua de D. Carlos, no largo fronteiro ao Palácio da Ajuda, assinalou o início das comemorações do centenário do nascimento do monarca. Cerimónia soleníssima, num cenário luminoso, teve a presença das mais altas personalidades e de muito povo, que quis prestar o seu tributo e a sua gratidão à memória do grande rei. O Largo da Ajuda apresentava um aspecto diferente, festivo — o cenário próprio das solenes

cerimónias, com que a Nação costuma homenagear os que bem a serviram. Duas tribunas, vários toldos, belos panejamentos pendendo das janelas do Palácio, e flores e verduras emolduravam o quadro em que decorreu a cerimónia. No local compareceram os contingentes do Exército e da Marinha. Elementos da Polícia Militar, empunhando lanças com flâmulas, postavam-se, por seu turno, frente ao monumento e junto das tribunas.

O acto teve as presenças do Presidente do Conselho, dos membros do Governo, do Corpo Diplomático, de D. Duarte Nuno, do representante da Casa de Bragança do Brasil, do presidente da Câmara Municipal, vereadores e de muitas outras altas personalidades.

Começou a solenidade com o discurso pronunciado pelo Dr. Rui de Andrade. Recortamos os seguintes passos da sua oração:

«O rei D. Carlos morreu ao serviço da Pátria e é por isso que muitos portugueses se esforçaram para lhe prestar esta homenagem e lembrar que foi um mártir.

D. Carlos foi o maior dos príncipes da família de Bragança, depois do Restaurador, tanto pelo engenho superior, como pelas suas aspirações, desgraçadamente aniquiladas.

Eu sou ainda do seu tempo, era jovem, então, mas em idade de o poder apreciar. Era seu maior desejo o progresso e engrandecimento de Portugal.

No meio da nossa emaranhada política, foi-lhe difícil encontrar os homens que poderiam tê-lo auxiliado, obcecados como estavam pelas suas posições partidárias. A Nação estava em dificuldades, porque o nosso ultramar, tão dividido, espolhado e invejado por interesses alheios, nos criava perigos tremendos.

Sabemos pelas notícias posteriores que o rei conhecia os compromissos secretos e combinações que se tinham feito acerca da repartição do nosso poderio ultramarino, que esteve em perigo como no momento actual. Só os inimigos eram outros.

Um incidente preparado na África Oriental fora a causa do «ultimatum» inglês e do despertar de um movimento nativo. O nosso comércio estava arruinado, cerceado por dificuldades. A moeda enfraquecida, enfim, o panorama político da Nação apresentava-se cheio de trovoadas e de perigos.

El-rei D. Carlos tentou opor-se a esta gravíssima situação. Procurou, então, antes de tudo, readquirir a posição de prestígio e simpatia junto da França e da Inglaterra, obter o equilíbrio económico e financeiro. Com uma administração acertada e leis protectoras, pôde revalorizar a moeda.

A libra voltou ao par. Depois, para preparar a defesa, reorganizou o Exército e a Marinha e, por meio de expedições militares, reafirmou a nossa posição em África, na Índia e em Timor.

E reconhecida a nossa posição naquelas regiões, tratou de desenvolver a economia das provincias do continente e do ultramar.

O auxilio à produção interna, à agricultura, às Belas-Artes, das quais era um cultivador exímio, o desenvolvimento da viação acelerada, das estradas, dos portos, da navegação, fazem dele uma figura excepcional de afinco e previsão.

Entre os políticos daquele tempo, apareceu então um homem, João Franco, e, com este, D. Carlos tentou fazer obra vasta, e urgente, mas foi então quando, de dentro e de fora, vistas as possibilidades da salvação, que não convinham, a sanha se multiplicou e não podendo vencer frente a frente, surgiu, naquelas gentes desvaídas, a ideia da sua supressão.

E assim, um homem da mais alta categoria, um homem bom, um rei de primeira grandeza, foi roubado ao País.

Agora é que se sente como a sua figura era grande. Quando passado o tempo se fizer justiça à obra encetada por este grande rei, não se poderá esquecer que foi o seu sacrificio que ateou aquela chama inspiradora, obra magistral que alumia actualmente a ressurreição nacional sob a égide do nosso Chefe do Governo.

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, general França Borges, as comissões que trataram a preparação deste monumento confiam-no à sua guarda e entregam-lhe neste acto, a sua posse».

«TEMOS DE NOS INCLINAR PERANTE O ALTO EXEMPLO DE CORAGEM E FIDELIDADE DO REI D. CARLOS» — AFIRMOU O GENERAL FRANÇA BORGES

Discursou, em seguida, em nome da Cidade, o Sr. General França Borges, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que proferiu as seguintes palavras:

«Cumpro-me declarar que aceito, em nome da Câmara Municipal de Lisboa, este monumento construído em memória de el-rei D. Carlos I. Ele vem valorizar o património histórico-artístico da Cidade onde, cada grande monumento, ou

perpetua alguém que por seus méritos próprios influíu no rumo da História, das Ciências e das Artes, ou lembra ainda uma geração e uma época onde se verificou a realidade de um esforço de conjunto, em circunstâncias difíceis a favor da defesa da integridade nacional ou das grandes e generosas ideias que facilitam a vida e dignificam os homens.

D. Afonso Henriques, do alto do seu castelo, traz à vida de hoje a evocação dos tempos em que a Nação se fundou, se alargou e se consolidou. Apenas o Fundador está representando toda a primeira dinastia.

O Infante D. Henrique, no simbolismo de uma proa de barco, frente aos mares do quadrante sul e acompanhado por algumas das maiores figuras que, em continuidade da luz do seu farol, tornaram realidade o seu sonho, faz reviver essa segunda dinastia de Avis; desse período estão presentes na Cidade Afonso de Albuquerque nos areais de Belém e olhando o Tejo donde partiram as armadas, rumo à Índia e Pedro Álvares Cabral a quem estava destinada a glória de apresentar ao Mundo um novo continente, sob a protecção de Vera Cruz.

Já no final da 2.^a dinastia, Camões enfrenta a Cidade, num ambiente de asas brancas, tão de acordo com a extrema sensibilidade da sua alma, plena de altos ideais e incitando a posteridade a lutar e a confiar, depois dos dias tristes de Alcácer Quibir. Acompanham-no Fernão Lopes, Pedro Nunes, Azurara, Castanheda, Quevedo, Corte-Real e Sá de Miranda.

A dinastia de Bragança, lembrada desde o seu início com todos aqueles que realizaram o feito da Restauração, chama a atenção da Cidade para D. José I e o Marquês de Pombal; para D. João IV e os duques de Saldanha, da Terceira e de Sá da Bandeira; para os heróis da Guerra Peninsular. Estão ainda presentes Camilo, Eça e Ramalho, Herculano, Castilho, Garrett e Oliveira Martins bem como Sousa Martins. É o período mais amplamente representado e que hoje culmina com a estátua de D. Carlos I.

Do período contemporâneo, apenas se evoca nas ruas de Lisboa um chefe de Estado, o Presidente Dr. António José de Almeida, a geração que se bateu na primeira grande guerra e a gratidão das mulheres portuguesas ao maior vulto da vida portuguesa nas últimas décadas. São esses os senti-

mentos de gratidão que transbordaram do coração dos homens para delzs darem público testemunho às futuras gerações.

Ao voltar as páginas da História onde se inscrevem tantos feitos impregnados de coragem, de lealdade e saber; de altas virtudes postas ao serviço de Deus e da Pátria em todos os continentes e em todos os tempos, sentimos que faltam nos lugares públicos da Cidade, homenagens inteiramente devidas àqueles que «por obras valorosas se vão da lei da morte libertando».

A dívida reveste aspecto nacional e confiamos em que algum dia, circunstâncias propícias se verifiquem que permitam ir saldando as dívidas contraídas.

Tal como sucedeu nos últimos tempos com este monumento e com o do Infante D. Henrique, o Município de Lisboa prestará a sua colaboração a todas as iniciativas que visem tal finalidade. Todos os Chefes de Estado merecem o profundo e sincero respeito do Município e devem-no merecer, igualmente, de todos os portugueses.

Colocados num lugar em que os chefes se irmanam e confundem com a própria Pátria, com todos eles sentem, com forte amargura, que as divergências quando irredutíveis e cegas, constituem o pior veneno para a vida da Nação.

Há que prestar justiça à devoção de todos eles, cujo anseio tem por finalidade o progresso e felicidade do agregado nacional, só possíveis de conseguir pela unidade e pela leal cooperação impulsionadas por uma educação cívica, desinteressada, consciente e honesta.

A evocação da vida e obra do rei D. Carlos I ainda ecoa neste recanto da Ajuda.

Morreu em serviço e no seu posto. Amou a Nação e pugnou pelo seu engrandecimento. Defendeu o Ultramar.

Viveu porém numa época de violentas convulsões sociais e de difícil administração.

Conheceu o travo da incompreensão e algumas vezes o do isolamento; soube ser forte perante a adversidade que lhe tolhia os passos; olhou sempre de frente e corajosamente a eventualidade do seu sacrificio pessoal; manteve-se fiel ao compromisso que representava o seu dever; morreu como um digno soldado, o que mais imprime à sua memória majestade e heroicidade.

Temos que nos inclinar perante esse alto exemplo de coragem e de fidelidade ao dever.

Este monumento foi erguido com a participação do Município em representação da Cidade que assim quis associar-se à homenagem a prestar a um lisboeta que tão bem conhecia e tanto amou a sua terra natal.

Mas ele encontra-se vincadamente construído com o bronze da fidelidade e com a branca pedra portuguesa que pode significar a enternecida gratidão e a admiração dos seus amigos que quiseram comemorar frente ao palácio em que nasceu, o aniversário daquele que foi um dos mais infelizes reis de Portugal.

Fidelidade, constância na amizade sobretudo na adversidade e gratidão são sentimentos que caracterizam a alma portuguesa, mesmo no campo político. Caracterizam e engrandecem a alma portuguesa.

O rei D. Carlos, como todos os chefes do Estado inteligentes e patriotas, desejou a cooperação entre todos os portugueses. Ele sabia por experiência própria que a divisão é fraqueza e que a dúvida que se instila nos espíritos provoca igualmente a fraqueza; que divisão e dúvida, conduzem à desordem e minam a autoridade; que sem autoridade e sem ordem, a Nação não pode sobreviver.

Dois grandes partidos criam no país dois pequenos países, dois pequenos mundos de interesses que se digladiam inglôriamente e que mutuamente se neutralizam, tornando impossível qualquer trabalho útil a favor da colectividade.

Para os nossos inimigos externos, quanto maiores forem as divisões, mais certa será a sua vitória.

É por isso que a experiência política conduziu nos dias difíceis que atravessamos à conclusão de que,

no interesse da defesa nacional, só pode existir um único partido, o nacional, dentro do qual a mais ampla discussão seja permitida, mas considerando-se como indiscutíveis princípios que têm de estar fundidos na alma de todos: Pátria, bandeira, lei constitucional.

Se el-rei D. Carlos desejou durante o seu reinado ver unidos e congregateados todos os portugueses do seu tempo, porque só dessa unidade podia advir felicidade para a Nação, justo é ainda em sua homenagem que fidelidade, constância, dedicação e sacrifício de qualquer natureza sejam colocados por todos os portugueses e acima de tudo no altar da Pátria que deles carece, hoje mais do que nunca. E assim, por mais um título será bendita a sua memória.

Está hoje um luminoso dia de paz e de esperança».

Verificou-se, após as últimas palavras do presidente do Município, a assinatura do acto da entrega da estátua à Câmara Municipal. O acto terminou com deposição de flores na base do monumento, desfile das forças militares e romagem do povo ao redor da estátua.

Na base do monumento, que esteve durante algum tempo com uma guarda de honra constituída por quatro elementos da Polícia Militar, empunhando lanças com flâmulas, acham-se inscritas as seguintes quatro legendas: «Dom Carlos I, Rei de Portugal — 28/9/1863-1/2/1908»; «Consolidou o Ultramar Português e reorganizou o Exército e a Marinha»; «Desejou a grandeza da Nação, sacrificando-se por ela...» e «Cultivou e protegeu as artes e as ciências e impulsionou a agricultura e as obras públicas».



EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITOFESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO»

ANAIS DO MUNICIPIO

ARCOS DE LISBOA

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CHAFARIZES DE LISBOA

LUIS CHAVES

O CASTELO DE S. JORGE

COSTA GARCEZ

ESCULTURAS DE LISBOA

FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA

MATOS SEQUEIRA

JANELAS DE LISBOA

MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA

LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA

FERNANDO CASTELO-ERANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»

DESENHOS DE LINO ANTÓNIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

GUIA TURISTICO DE LISBOA

PORTAS E BRASOES DE LISBOA

LUIS FERROS PONCE DE LEAO



*Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa*

PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telefone 36 29 51



município
de Lisboa